

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – FACEM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo  
MESTRADO EM GEOGRAFIA – MG

ERIKA BARBOZA DE SOUZA

**TURISMO, DINÂMICA DO SETOR DE SERVIÇOS E SEUS POSSÍVEIS  
PROBLEMAS AMBIENTAIS NO LITORAL DE AREIA BRANCA, RN**

MOSSORÓ, RN

2018

ERIKA BARBOZA DE SOUZA

**TURISMO, DINÂMICA DO SETOR DE SERVIÇOS E SEUS POSSÍVEIS  
PROBLEMAS AMBIENTAIS NO LITORAL DE AREIA BRANCA, RN**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Paisagens Naturais e Meio Ambiente.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Silvana Praxedes de Paiva Gurgel

MOSSORÓ, RN

2018

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

**Catálogo da Publicação na Fonte.**  
**Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

B239t Barboza de Souza, Erika  
TURISMO, DINÂMICA DO SETOR DE SERVIÇOS E SEUS POSSÍVEIS PROBLEMAS AMBIENTAIS NO LITORAL DE AREIA BRANCA, RN. / Erika Barboza de Souza. - Mossoró-RN, 2018.  
108p.

Orientador(a): Profa. Dra. Silvana Praxedes de Paiva Gurgel.

Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Geografia). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2. Litoral. 3. Serviços. 4. Turismo. 5. Problemas Ambientais. I. Praxedes de Paiva Gurgel, Silvana. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pela Diretoria de Informatização (DINF), sob orientação dos bibliotecários do SIB-UERN, para ser adaptado às necessidades da comunidade acadêmica UERN.

ERIKA BARBOZA DE SOUZA

**TURISMO, DINÂMICA DO SETOR DE SERVIÇOS E SEUS POSSÍVEIS  
PROBLEMAS AMBIENTAIS NO LITORAL DE AREIA BRANCA, RN**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Geografia e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Banca Examinadora

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Silvana Praxedes de Paiva Gurgel (PPGEO/UERN)  
Orientadora

---

Prof. Dr. Alexandre de Oliveira Lima (PPGEO/UERN)  
Membro Interno

---

Prof. Dr. Sidcley D’Sordi Alves Alegrini da Silva (UERN)  
Membro Externo ao PPGEO

MOSSORÓ, RN

2018



***Dedicatória***

*Ao meu esposo Adriano Câmara  
e às minhas filhas,  
Híllary Câmara e Yohanna Câmara.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter me dado forças para superar todas as dificuldades que surgiram no decorrer deste mestrado.

A minha orientadora Professora Dra. Silvana Praxedes de Paiva Gurgel, por ter aceitado o desafio dessa orientação na reta final do prazo para conclusão deste trabalho, pelo incentivo constante e por ter confiado na minha proposta de estudo, mesmo diante de tantas dificuldades.

Ao meu esposo Adriano Câmara por ter me acompanhado durante a aplicação dos questionários.

Gostaria de agradecer também aos avaliadores participantes desta banca de defesa, Prof. Dr. Alexandre de Oliveira Lima (UERN) e Prof. Dr. Sidcley D'Sordi Alves Alegrini da Silva (UERN), por terem aceitado o convite e pela colaboração ao melhoramento deste estudo.

Não poderia deixar de agradecer a professora Dra. Márcia Regina Farias da Silva, coordenadora deste programa, pelo apoio moral e pelo incentivo constante nas fases mais difíceis desta caminhada. Suas palavras me deram forças para seguir em frente de cabeça erguida e nunca pensar em desistir.

Ao professor Dr. Alfredo Marcelo Grigio, vice-coordenador deste programa, pelo apoio e incentivo ao término deste trabalho.

Ao Secretário deste mestrado e amigo Diego Ezaú, pelo incentivo e apoio moral de sempre.

Agradeço também ao professor e amigo Dr. Jean Henrique Costa (UERN), pelo apoio moral e por ter acreditado na minha capacidade de chegar até aqui.

Ao colega Francisco Antônio Pimentel, por ter me acompanhado na primeira visita *in loco* ao campo de estudo e por ter sido tão solícito durante a construção desta obra.

Evidentemente, agradeço a todos os empresários (donos de bares, restaurantes, pousadas/hotéis) situados na orla de Areia Branca/RN, pela disponibilidade em participar desta pesquisa.

Por fim, agradeço à equipe da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, Urbanismo e Obras do município de Areia Branca/RN, por terem se disponibilizado em dar a entrevista que contribuiu significativamente para a finalização deste trabalho.

*Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*

**Art. 225, Constituição da República Federativa do Brasil**

## RESUMO

Na zona costeira nordestina, a atividade turística tem sido uma dinâmica fonte produtora e consumidora de espaço. O município de Areia Branca-RN, cidade que tenta minimamente explorar, pelo turismo, sua área litorânea composta por atrativos naturais (praias, dunas e falésias), tem sido alvo de políticas que visam transformá-la em destino turístico da região da Costa Branca potiguar. Tendo em vista a atual pretensão do poder público e privado em tornar Areia Branca-RN um dos destinos turísticos da região, e os reais problemas ambientais que esta atividade tende a provocar, surgiu o problema que norteou esta pesquisa: quais problemas ambientais, decorrentes da oferta de serviços de hospedagem e alimentação, podem ser observados ao longo do litoral areia-branquense? Este estudo se justificou na possibilidade de incentivar o poder público competente, os empresários e a população residente a uma reflexão sobre a implantação do turismo na cidade de Areia Branca/RN, visando pensar o processo de produção dos espaços turísticos e os problemas que esta atividade poderá ocasionar, principalmente na área ambiental, observando as possíveis consequências que um turismo de massa poderá trazer para o município e para o meio ambiente. Metodologicamente, o estudo foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa de campo se deu através da aplicação de questionários com 32 empresários do setor terciário da orla de Areia Branca (hotéis, pousadas, bares e restaurantes). Também foi realizado um levantamento e descrição das atividades turísticas ao longo da orla, através de um check list dos problemas ambientais observados *in loco*. Por fim, foi realizada uma entrevista com o poder público local. Como resultados, percebeu-se que, apesar de a atividade turística ser ainda limitada, amadora e incipiente neste recorte espacial, já podem ser observados certos tipos de danos ao meio ambiente, principalmente decorrentes de construções irregulares, problemas de esgotamento e má gestão dos resíduos sólidos. Tais adversidades ainda são menores, em termos quantitativos, se comparados às dinâmicas de destinos turísticos consolidados; todavia, já demonstram a inadequação ambiental vigente na orla de Areia Branca, a pouca efetividade do poder público em fiscalizar a área e, o mais importante, revela uma lógica da produção do espaço pouco atenta aos princípios básicos de um turismo competitivo em termos de qualidade ambiental. No geral, do ponto de vista geográfico, temos mais um exemplo de cidade litorânea nordestina fortemente influenciada pelos discursos do turismo como 'salvação da lavoura' que, minimamente, não tem condições de suportar, em termos ambientais, a expansão da atividade. Impera no território areia-branquense, pois, uma lógica territorial mercantil amadora, decorrente de empresas familiares e da ação pontual e dispersa do poder público em regular e gerir questões ambientais básicas de seu litoral. Nesse sentido, a produção do espaço do terciário na cidade, embora seja pensada a partir de uma lógica global de reprodução de um turismo moderno, termina sendo mais a reprodução socioespacial de desigualdades locais pré-existentes no território em sua forma-conteúdo, não permitindo, assim, a existência do desenvolvimento como um fator qualitativo para a cidade.

**Palavras-chave:** Zona Costeira; Litoral; Serviços; Turismo; Problemas Ambientais.



## ABSTRACT

In the coastal zone of Northwest Brazil, touristic activity has been a strong dynamic producer and consumer of space. The city of Areia Branca-RN, city that tries minimally to explore, through tourism, its coast area composed by natural attractions (beaches, dunes and cliffs), has been target of politics that view to transform it into a touristic destination of the Costa Branca region. Considering the current pretension of public and private power to make Areia Branca-RN one of the touristic destinations of the region, and the real environmental problems that such activity tends to cause, it has emerged the problem which orientates this research: which environmental problems, resulting from the hosting and food service offers, can be observed along the areiabranquense coast? This study is justified by the possibility of encouraging the corresponding public power, managers and the local population to a reflection about the implementation of tourism in the city of Areia Branca/RN, viewing to think through the process of production of touristic spaces and the problems that that this activity could occasion, mainly in the environmental area, observing the possible consequences that a massive tourism could bring to the city and to the environment. Methodologically, the study was accomplished through bibliographical, documental and field research. The field research was accomplished through application of questionnaires with 32 entrepreneurs of the tertiary sector of Areia Branca's waterfront (hotels, inns, bars and restaurants). It was also carried out a lifting and description of touristic activities along the waterfront, through a check list of the environmental problems observed *in loco*. Finally, it was performed an interview with the local public power. As results, it was noticed that, although touristic activity is still limited, amateur and incipient in this spatial cutting, it is possible to observe certain types of damage to the environment, mainly resulting from irregular constructions, sanitary exhaustion problems and bad management of solid residues. Such impacts are still smaller, in quantitative terms, if compared to the dynamics of consolidated touristic destination; however, it is possible to perceive the environmental inadequacy happening in the waterfront of Areia Branca, the low effectiveness of public power to supervise the area and most importantly, it reveals a perspective of space production minimally worried about the basic principles of a competitive tourism in terms of environmental quality. Generally, from the geographical point of view, we have one more example of a coastal city in Northwest Brasil strongly influenced by touristic discourse as the 'tillage salvation', that, minimally, does not have any conditions of bearing, in environmental terms, the expansion of the activity. It prevails in the areiabranquense territory, thus, a mercantile amateur territorial logic, caused by family companies and the punctual and disperse action of the public power regarding to regulating and managing environmental basic issues in its coast. In this sense, the production of tertiary sector in the city, though thought from a global logic of reproduction of modern tourism, ends up being more of a social-spatial reproduction of local inequalities pre-existent in the territory in its form and content, not allowing thus the existence of development as a qualitative factor to the city.

**Key words: Coastal Zone; Waterfront; Services; Tourism; Environmental Problems**

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Oasis Mel Beach - Praia de Ponta do Mel.....	60
Figura 02 – Hotel Costa Atlântico - Praia de Upanema .....	61
Figura 03 – Barracas da Praia de Baixa Grande .....	62
Figura 04 – Barracas da Praia de Ponta do Mel .....	62
Figura 05 – Fossa próxima à faixa de praia - Praia de Upanema .....	63
Figura 06 – Banheiros próximos à faixa de praia - Praia de Baixa Grande .....	63
Figura 07 – Caixa coletora de gorduras – Barraca da Praia de Baixa Grande .....	64
Figura 08 – Caixas coletoras de gorduras – Barraca da Praia de Upanema .....	64
Figura 09 – Caixa d’água – Barraca da Praia de Baixa Grande .....	65
Figura 10 – Poço para abastecimento de água - Praia de São Cristóvão.....	65
Figura 11 - Barraca “Fenda do Biquíni” - Praia de São Cristóvão.....	66
Figura 12 – Condomínio Pontal do Mar - Praia de Upanema .....	67
Figura 13 – Lotes “Residencial Jardins do Cristóvão” - Praia de São Cristóvão .....	67
Figura 14 – Barraca de praia – Praia de Morro Pintado .....	74
Figura 15 – Banheiro improvisado da barraca de praia – Praia de Morro Pintado .....	74
Figura 16 – Aterro de lixo do município de Areia Branca, RN.....	80
Figura 17 – RN404 (estrada que liga Areia Branca à Porto do Mangue).....	84

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Lixo.....	78
Tabela 02 – Danos à Vegetação .....	83
Tabela 03 – Erosão .....	84
Tabela 04 – Construções Irregulares .....	85
Tabela 05 – Esgotamento Sanitário .....	88
Tabela 06 – Abastecimento de Água.....	90

## LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Polos de Turismo no RN .....	37
Mapa 02 - Localização do Município de Areia Branca, RN .....	50
Mapa 03 - Litoral de Areia Branca, RN .....	55
Mapa 04 - Oferta de Bares, Restaurantes, Hotéis e Pousadas no Litoral .....	56
Mapa 05 – Presença de Lixo na Faixa de Praia.....	82
Mapa 06 - Construções Abandonadas/Irregulares.....	87
Mapa 07 – Presença de Esgoto na Faixa de Praia .....	89

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Check-List Ambiental Praia de Upanema.....	70
Quadro 02 - Check-List Ambiental Praia de Baixa Grande .....	72
Quadro 03 - Check-List Ambiental Praia de Morro Pintado.....	73
Quadro 04 - Check-List Ambiental Praia da Redonda.....	75
Quadro 05 - Check-List Ambiental Praia de São Cristóvão.....	76
Quadro 06 - Check-List Ambiental Praia de Ponta do Mel.....	77

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
<b>1 TURISMO E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO RN ...</b>	<b>18</b>
1.1 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: DILEMAS E PERSPECTIVAS .....	18
1.2 TURISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO RN: DA VIA COSTEIRA AOS POLOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO .....	27
1.3 OS ESPAÇOS TURÍSTICOS HEGEMÔNICOS NO TERRITÓRIO POTIGUAR .....	36
<b>2 A PRODUÇÃO DO TERCIÁRIO TURÍSTICO NA FAIXA DE PRAIA NA CIDADE DE AREIA BRANCA/RN.....</b>	<b>43</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>53</b>
3.1 LEVANTAMENTO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES TERCIÁRIAS (TURÍSTICAS) AO LONGO DA ORLA .....	54
3.2 CHECK LIST DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS OBSERVADOS <i>IN LOCO</i> .....	54
3.3 APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS COM OS EMPREENDEDORES TURÍSTICOS (DONOS DE EMPREENDIMENTOS SITUADOS AO LONGO DA ORLA) .....	56
3.4 ENTREVISTA COM O PODER PÚBLICO LOCAL (SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, URBANISMO E OBRAS) .....	57
<b>4 DISCUSSÃO E RESULTADOS .....</b>	<b>58</b>
4.1 NATUREZA E SOCIEDADE NA ORLA AREIA-BRANQUENSE: CHECK-LIST AMBIENTAL E ESPACIALIZAÇÃO DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS.....	58
4.2 A PERCEPÇÃO DOS EMPRESÁRIOS LOCAIS SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL .....	78
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>93</b>
REFERÊNCIAS .....	96
ANEXOS.....	105

## INTRODUÇÃO

Na zona costeira do Nordeste brasileiro, a atividade turística tem sido um dos setores produtivos que mais cresce na atualidade, revelando, em muitos municípios litorâneos, uma forte velocidade de instalação. Com a implantação da atividade turística em algumas localidades, atribuindo-a importante fator de desenvolvimento regional, estão sendo criadas políticas cujo intuito é alavancar este setor em busca de melhorias na qualidade de vida das populações residentes. Estas políticas contemplam localidades consideradas “potencialmente” turísticas, por possuírem atrativos naturais e/ou culturais, e são concebidas pelos governos federal, estadual e municipal para financiar a construção de infraestrutura turística e incentivar investimentos da iniciativa privada para implantação de equipamentos turísticos.

No Nordeste brasileiro o turismo vem se destacando desde os anos de 1990, com a implantação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE). Este é um programa de crédito para o setor público (Estados e Municípios) arquitetado tanto para criar condições favoráveis à expansão e melhoria da qualidade da atividade turística na Região Nordeste, quanto para melhorar a qualidade de vida das populações residentes nas áreas beneficiadas por meio do investimento em infraestrutura e qualificação profissional (MTUR, 2003).

No âmbito nacional, a criação do Ministério do Turismo (MTUR) possibilitou o surgimento de novas políticas para desenvolver o turismo nas regiões interioranas. Dentre estas destaca-se o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), que visa transformar a ação centrada na unidade municipal em uma política pública voltada para resultados regionais, por meio de planejamentos que buscam preparar os municípios integrantes de cada região para, conjuntamente, coordenarem seus esforços e tornarem-se mais competitivos, garantindo melhores resultados nas suas ações para o desenvolvimento turístico local e regional (MTUR, 2003). Como exemplo desses programas, foram instituídos, no Rio Grande do Norte, cinco polos de desenvolvimento turístico: Polo Costa das Dunas, Polo Seridó, Polo Serrano, Polo Agreste-Trairí e o Polo Costa Branca, abrangendo um total de 65 municípios. Os projetos elaborados para esses polos visam implantar o turismo regional em prol da melhoria do quadro socioeconômico existente. No “Polo Costa Branca” estão inseridos, atualmente, 10 municípios<sup>1</sup> do litoral da Costa Branca – localizada no extremo litoral norte do

---

<sup>1</sup> O Polo Costa Branca é composto, atualmente, por 10 municípios, sendo eles: Areia Branca, Galinhos, Grossos, Guamaré, Macau, Mossoró, Porto do Mangue, São Rafael, Serra do Mel e Tibau.

Rio Grande do Norte, na zona oeste do Estado – e tem como objetivo implantar e desenvolver o turismo no litoral através de obras e ações que possam dotar os municípios inseridos de infraestrutura necessária à atração de novos empreendimentos para o setor.

Diante disso, é preciso compreender, do ponto de vista da produção do espaço turístico, como o crescimento desta atividade poderá agregar-se ao desenvolvimento do município de Areia Branca, objetivando, principalmente, identificar de que forma essas atividades são exercidas atualmente e quais os problemas ambientais já podem ser evidenciados ao longo da faixa costeira do município de Areia Branca/RN, decorrentes da oferta de serviços turísticos na orla do município (serviços de hospedagem e alimentação). Especificamente, espera-se: a) Discutir o processo de produção dos espaços turísticos; b) Apreender a recente dinâmica histórica e espacial da cidade de Areia Branca/RN, especificamente caracterizando sua área costeira e as iniciativas econômicas de serviços; c) Identificar e mapear os problemas ambientais mais visíveis que a incipiente atividade turística já vem desencadeando na faixa litorânea do município de Areia Branca/RN.

De acordo com os estudos de Azevedo et al. (2012), através de um trabalho exploratório realizado em duas importantes praias da cidade de Areia Branca/RN (Praias de Baixa Grande e Morro Pintado), já pode-se observar, antes mesmo da presença de uma acentuada demanda turística, problemas ambientais ocasionados pelo funcionamento de pequenos empreendimentos turísticos (meios de hospedagens, bares, restaurantes, etc.). Essas alterações ambientais observadas, decorrentes da incipiente atividade turística no local, justificam a preocupação com o tema, uma vez que as consequências da falta de planejamento da atividade afetam, além da dimensão ecológica da sustentabilidade, a dimensão econômica, inviabilizando, assim, a sua continuidade. Dessa forma, a presente pesquisa busca aprofundar o referido estudo, ampliando a área de conhecimento e contemplando a totalidade do litoral areia-branquense.

A questão de partida deste estudo inicia-se no entendimento da atual pretensão dos poderes público e privado em tornar o município de “Areia Branca” um destino turístico da região do Estado do RN. Buscou-se analisar como a valorização dos espaços litorâneos para o desenvolvimento desta atividade desencadeia problemas ambientais nas localidades onde se desenvolve o turismo. Então, a questão que norteou esta pesquisa foi: quais problemas ambientais podem ser observados, decorrentes da produção do espaço destinado a oferta de serviços de hospedagem e alimentação, ao longo do litoral areia-branquense?<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> O litoral areia-branquense é composto por um total de seis praias: Praias de Upanema, Baixa Grande, Morro Pintado, Redonda, São Cristóvão e Ponta do Mel.



Este estudo se justificou na possibilidade de incentivar o poder público competente, os empresários e a população residente a uma reflexão sobre a implantação da atividade turística na cidade de Areia Branca/RN, para pensar o processo de produção dos espaços turísticos e os problemas que esta atividade poderá ocasionar nas diversas áreas em que atua, principalmente na área ambiental, observando as possíveis consequências que um turismo de massa poderá trazer para sociedade local e o meio ambiente.

A dissertação está estruturada da seguinte forma: no primeiro capítulo será visto uma discussão sobre as perspectivas do desenvolvimento, bem como a expansão da atividade turística no RN e suas relações com as cidades litorâneas, das quais Areia Branca faz parte.

No capítulo dois apresentamos a cidade de Areia Branca e algumas questões históricas acerca de seu território e vida econômica, visando preparar, para o capítulo final, o debate ligado ao pretense turismo local e a dinâmica dos serviços de bares, restaurantes, hotéis e pousadas nas seis maiores praias do município: Upanema, Baixa Grande, Morro Pintado, Redonda, São Cristóvão e Ponta do Mel.

No terceiro capítulo apresentamos a metodologia utilizada, explicando o tipo de pesquisa realizada, sua conceituação e os procedimentos adotados para a coleta dos dados.

Por fim, no quarto capítulo, destacamos, através da metodologia do check-list ambiental, de questionários com empreendedores locais e entrevista com o poder público municipal, as seis variáveis investigadas (lixo, impactos sobre a vegetação, erosão, construções irregulares, abastecimento de água e gestão do esgoto) na orla do município de Areia Branca.

# 1 TURISMO E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO RN

## 1.1 Desenvolvimento Territorial: dilemas e perspectivas

Aumentos constantes nos níveis de produção são indícios de crescimento econômico, mas, para configurarem-se em desenvolvimento econômico, esses incrementos precisam chegar efetivamente às populações via melhorias em variáveis estruturantes como saúde, renda, educação, qualidade ambiental, habitação, segurança, entre outras. Ao se pensar o desenvolvimento de uma região em particular, deve-se ter em mente o conceito de desenvolvimento regional (MADUREIRA, 2015).

Muitas abordagens sobre a problemática do desenvolvimento embasaram-se na industrialização como o meio para atingi-lo, através de relações em cadeia, visando impulsionar as principais atividades econômicas da região atingida. Limitadas, essas perspectivas teóricas vêm sofrendo muitas críticas nas últimas décadas, sobretudo em razão da expansão das desigualdades econômicas e de perspectivas de redistribuição de renda (ANDRADE, 2018).

Coriolano (2013) explica que, durante muito tempo, pensou-se que o crescimento econômico fosse o próprio desenvolvimento. A autora afirma que hoje há um consenso mundial da diferença entre crescimento e desenvolvimento, embora se possa admitir alguma relação entre eles. Ela define o termo desenvolvimento como sendo:

Um processo multidimensional, territorial, ambiental, econômico, social e cultural. Uma forma de percepção que tem modelado a realidade, produzindo mitos, fantasias, paixões, violências e políticas. Portanto, para tratar da realidade é preciso deixar explícitos os elementos e os nexos principais que conduzem a lógica do desenvolvimento hegemônico e qual desenvolvimento se pretende alcançar, desde que fuja do proposto pela economia clássica e reduzido ao crescimento econômico (CORIOLANO, 2013, p. 129).

O autor analisa o discurso do desenvolvimento composto por uma rede de conceitos-chave, tais como riqueza-pobreza, produção-consumo, Estado-sociedade, igualdade-desigualdade, políticas público-privadas, que precisam ser analisados para se compreender o modelo de sociedade atual e o que se pode fazer para transformá-la.

Souza (2002, p. 18) apoia esta abordagem quando afirma que “desenvolvimento não deve ser entendido [...] como sinônimo de *desenvolvimento econômico*, embora, muitos, e não

só economistas, continuem a reduzir aquele a este”. O chamado desenvolvimento econômico se dá através do crescimento econômico de uma localidade aliado à modernização tecnológica, e isso nem sempre ocorre em conformidade com a melhoria no quadro de concentração de renda ou dos indicadores sociais. Muitos economistas tentavam convencer os países atrasados que desenvolvimento seria um processo contínuo e inerente à produção capitalista. Para Arbix e Zilbovicius (2001), essa visão sempre acabava provocando distorções e ineficiências no Estado, visto que a promoção do crescimento econômico não mostrava nenhuma interferência direta na melhoria da qualidade de vida das populações. Olhando pelo lado do ser humano na busca do desenvolvimento propriamente dito, reconhece-se que a melhoria no atendimento à saúde, à educação e à seguridade social “ajuda-nos a viver com mais liberdade e prazer, mesmo quando não sabemos se a expansão desses serviços resultou no aumento do PIB ou da produtividade do trabalho” (ARBIX; ZILBOVICIUS, 2001, p. 64).

Sob a ótica do desenvolvimento, Sen (2010) trouxe contribuições que perpassam a dinâmica econômica, onde os fins e os meios dessa temática afloram o lado social, humano. O autor acredita que a existência de redes de segurança social para proteger os muito pobres, o fornecimento de serviços sociais para a população, entre outros, são uma consequência do desenvolvimento a partir do ganho econômico, sendo este o ponto de partida à abertura de outros fatores sociais que beneficiam a maioria, ou seja, o desenvolvimento é tido como um processo de expansão das liberdades reais (papel constitutivo e papel instrumental) que as pessoas desfrutam. Ele coloca que desenvolvimento não pode ser limitado ao crescimento econômico, algo considerado *um fim em si mesmo*. Pelo contrário! Deve estar atrelado a melhoria de vida dos indivíduos e, fundamentalmente, com o fortalecimento do que o autor chamou de liberdades substantivas.

A busca do bem-estar social é meta fundamental, única capaz de dar pleno sentido às estratégias de desenvolvimento, “o que inclui boa saúde, educação, meio ambiente e desenvolvimento social, assim como toda atividade que possa contribuir para a melhoria da qualidade da renda e da vida” (ARBIX; ZILBOVICIUS, 2001, p. 64). Nesse sentido, os programas sociais e políticas públicas, dentre eles as políticas de turismo, devem ser avaliados como um meio para as estratégias de desenvolvimento, pois eles possibilitam a ampliação da capacitação e do bem-estar das pessoas, e indiretamente impulsionam o aumento da produtividade do trabalho e da renda.

Sen (2010) procura, ainda, analisar, sob um viés diferenciado, o papel do desenvolvimento em contraposição ao viés restritivo, que associa o desenvolvimento somente através de fatores como crescimento do Produto Interno Bruto, rendas pessoais,

industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. Mostra, pois, como o desenvolvimento depende também de outras variáveis, ampliando, assim, o leque de meios promovedores desse processo. Dessa forma, o autor aponta, além da industrialização, do progresso tecnológico e da modernização social, as disposições sociais e econômicas - a exemplo dos serviços de educação e saúde - e os direitos civis, como a liberdade política, exemplo de fatores de promoção de liberdades substantivas. O êxito de uma sociedade deve ser avaliado, segundo o autor, através das liberdades substantivas que os indivíduos dessa determinada sociedade desfrutam. Em suma, a expansão das liberdades é, justamente, considerada como o principal meio para o desenvolvimento.

Rodrigues (1999, p. 10) comenta que “o vocábulo desenvolvimento, muito desgastado, não significa crescimento e muito menos regular distribuição da riqueza”. A autora assinala que:

Refletir sobre o desenvolvimento como base local é negar-se a endossar a política e a economia que originam e reforçam assimetrias, que redistribuem muito aos poucos e o pouco a muitos, gerando e reproduzindo pobreza e exclusão” (RODRIGUES, 1999, p. 10).

Essa situação é bastante comum, observada principalmente nos países em desenvolvimento, onde a acumulação de riquezas encontra-se nas mãos de uma minoria, com a simultânea produção de pobreza maciça, deterioração das condições de vida e desrespeito aos limites ambientais.

Nessa linha de raciocínio, Rodrigues (1999) ainda observa, numa perspectiva geográfica, que o desenvolvimento não deve ser visto somente sob a ótica econômica, mas sim numa concepção de desenvolvimento socioespacial, onde o mesmo deve atender as necessidades para a superação de problemas e conquista de condições que propiciem uma maior felicidade individual e coletiva nos diferentes aspectos, sejam eles culturais, econômicos ou políticos, bem como os espaços natural e social. A transformação tecnológica sem precedentes e o crescimento econômico encontram-se em lado oposto à dramática condição social de várias pessoas, e a partir daí conclui-se que o crescimento, em si, não traz, automaticamente, o desenvolvimento ou a felicidade. Na melhor das hipóteses ele tem fraca influência positiva sobre a condição das pessoas situadas na base da pirâmide social quando suas taxas são muito altas.

Por outro lado, concordando com Sachs, o fato de que o desenvolvimento não depende apenas de crescimento econômico, não deve ser entendido em termos de uma oposição entre

crescimento e desenvolvimento. Não podemos realizar o exercício limitado de opor crescimento x desenvolvimento, mas sim pensá-los de forma integrada, contraditória e dialógica. Nas palavras de Sachs (2001, p. 158):

O crescimento econômico, se repensado de forma adequada, de modo a minimizar os impactos ambientais negativos, e colocado a serviço de objetivos socialmente desejáveis, continua sendo uma condição necessária para o desenvolvimento.

A partir do que Sen (2010) coloca sobre desenvolvimento como liberdade, deve-se levar em conta o impacto direto que o Estado produz nas áreas da saúde, meio ambiente, educação e outras, assim como o seu papel na formação e no uso do capital humano, no aumento da produtividade e na real expansão da produção. Outra característica da obra do autor é destacar a necessidade de envolvimento das pessoas no processo de desenvolvimento, articulando-se com o Estado não só passivamente ao usufruírem dessas liberdades, mas principalmente na construção dessa estrutura, sendo um meio e um fim para o desenvolvimento.

Gradativamente, as pessoas compreendem que a área social, além de ser um fator indispensável para o desenvolvimento, tornou-se essencial para as próprias atividades econômicas, e que a visão filantrópica de generosidade assistencial, de caridade, que serviam como tranquilizadores para as consciências capitalistas, foram ficando para trás (DOWBOR, 2001). As empresas começaram a entender que não se trata de um simples “embelezador” social, mas das condições indispensáveis para a produtividade empresarial (que passa também pela qualidade do entorno ambiental).

Souza (2002, p. 18) explica que o desenvolvimento “deve designar um processo de superação de problemas sociais, em cujo âmbito uma sociedade se torna para seus membros mais justa e legítima”. Em outros termos, a dimensão social do desenvolvimento torna-se um dos componentes essenciais da transformação social, deixando, dessa forma, de ser visto apenas como um “complemento”. Isso não quer dizer que “devemos melhorar a educação porque as empresas irão funcionar melhor: a educação, o lazer, a saúde constituem os objetivos últimos da sociedade, e não um mero instrumento de desenvolvimento empresarial” (DOWBOR, 2001, p. 205-206). O autor entende que a existência do crescimento econômico, em qualquer setor produtivo, não é suficiente para fomentar o bem-estar social. E complementa afirmando que:

Nem a área produtiva, nem as redes de infraestrutura, nem os serviços de intermediação funcionarão de maneira adequada se não houver investimento no ser humano, na sua formação, na sua saúde, na sua cultura, no seu lazer, na sua informação (DOWBOR, 2001, p. 197).

Em outras palavras, a importância humanitária deixou de ser vista de forma externa aos processos econômicos centrais, passando a ser a parte principal do caminho ao desenvolvimento de uma localidade.

Seguindo essa vertente, Coriolano (2012, p. 63) coloca que:

Pensar o desenvolvimento exige outra lógica, que não a da produtividade a qualquer custo, competitividade e acumulação, encerra uma revolução de ideias e práticas sociais, que oriente pessoas e organizações para a produção e o consumo partilhado, respeitando os ciclos da natureza. Nesta perspectiva, praticamente inverte-se a ordem clássica, a economia colocando-se em função do desenvolvimento para que passe a estar centrado no homem, e não na acumulação do capital.

Benevides (1999) vê o desenvolvimento como fruto de um processo de indução à capacidade produtiva, que tem como objetivo o aumento, em quantidade e qualidade, dos bens e serviços disponíveis, buscando a diversificação das atividades econômicas e a elevação da produtividade, que para ele, constitui elemento propulsor relevante. O autor analisa o processo de desenvolvimento como algo intimamente ligado à elevação dos salários reais, visto que isto, na sua visão, proporcionaria uma maior capacidade de consumo e conseqüentemente um aumento na produção de bens e serviços, ocasionando desta forma a melhoria das condições de vida da população. Para ele o Estado seria um importante ator deste processo, na medida em que redistribuísse parte dos investimentos públicos, financiados através de tributos, em programas sociais como educação, saúde e saneamento. Segundo o autor:

A melhoria da qualidade de vida da população, como indicador do bem-estar coletivo, expresso no chamado índice de desenvolvimento humano, decorre, embora não intrinsecamente necessária, desse processo, como bem poderiam salientar a redução do analfabetismo e da taxa de mortalidade infantil e a elevação da esperança de vida (BENEVIDES, 1999, p. 164).

Em termos geográficos, esse desenvolvimento qualitativamente humano pode ser também expresso na noção de *desenvolvimento territorial*, tendo como foco o destaque da “importância dos atores locais, construindo um projeto capaz de gerar sinergias positivas para

o espaço em que atuam, de forma articulada às políticas públicas implantadas pelos Estados nacionais” (CORRÊA, 2009, p. 27).

Para a CEMAT (2011), o desenvolvimento territorial é entendido como o processo pelo qual a geografia dos territórios habitados é progressivamente transformada. Envolve os elementos do meio físico e os elementos do quadro humano, ou seja, a distribuição espacial da população e das atividades humanas. Trata-se de um conceito abrangente, utilizado também como objetivo de política pública de desenvolvimento territorial. A CEMAT (2011, p. 10) reafirma o fato de não se visar apenas a dimensão econômica das regiões, “mas também a sua sustentabilidade do ponto de vista econômico, social, ambiental e cultural. O desenvolvimento territorial tem assim uma dimensão fortemente qualitativa [...]”.

Importante destacar que um dos pressupostos para o desenvolvimento territorial está no protagonismo do lugar, conforme destaca Andrade (2012). Para ela, o desenvolvimento territorial está relacionado com a afirmação de uma identidade territorial e resulta da necessidade de identificar e valorizar o local, desenvolvendo as potencialidades, mas esse “desenvolvimento” só se efetivará se houver a adesão das pessoas de assumirem a condição de atores sociais, ou seja, chamando os indivíduos a se tornarem “protagonistas” na sociedade capitalista.

Assim, as formulações teóricas sobre desenvolvimento expressam a importância da mobilização das comunidades locais em todo projeto que objetive o desenvolvimento socioespacial, cuja expressão tangível é o território.

Deslocando essa discussão para a atividade turística, observa-se que a localidade muitas vezes é desrespeitada quando se trata da implantação de empreendimentos turísticos, e isso se nota na apropriação de terras para a criação de parques e outros projetos voltados para o setor. Além disso, verifica-se a existência de inúmeros conflitos de natureza territorial e socioespacial, decorrentes de um turismo aliado não a perspectiva qualitativa do desenvolvimento, mas sim, a sua dimensão puramente econômica de reprodução do capital e de suas elites econômicas. Portanto, o meio ambiente, ou o que pode ser chamado de entorno ambiental (FAYOS-SOLÁ, 1994), deve ser um fator de competitividade e não apenas um suporte vazio.

Rodrigues (2003, p. 6) ressalta que o desenvolvimento de base local seria a:

Mobilização de um conjunto de sujeitos de uma determinada comunidade em torno de um objetivo comum, após o reconhecimento tanto dos entraves ao desenvolvimento, quanto da alavancagem das potencialidades locais para a consecução de objetivos definidos, geralmente calcados na reestruturação

socioeconômica que definirá novas territorialidades onde o poder local constitui o eixo condutor.

Para a autora, o desenvolvimento local é, antes de tudo, social, não se vinculando necessariamente a um crescimento econômico significativo.

Outra definição é suscitada por Coriolano (2013, p. 133) quando diz que o desenvolvimento local é:

Aquele realizado em pequenos lugares de forma participativa, levando à mudanças socioestruturais, com caráter endógeno. Nele, os habitantes possuem relativa autonomia, para explorar o potencial do território que beneficie a maioria deles, e decidir como cada um pode contribuir com inovações.

Nessa visão, os principais agentes responsáveis pelo processo do desenvolvimento são os residentes, pois zelam pela qualidade dos relacionamentos interpessoais e interinstitucionais, aproveitando as sinergias em benefício da coletividade.

Ao se falar em desenvolvimento local, Ueda (2004) faz referência aos processos de acumulação de capitais das cidades, dos municípios e de regiões. A autora enfatiza que a disponibilidade de oferta de mão de obra qualificada e os poucos conflitos existentes, vinculados a uma capacidade empresarial e organizativa, articulada a produção local e atenta às inovações e mudanças tecnológicas, facilitam a acumulação de capitais nesses processos produtivos locais. Dessa forma, para que os processos de desenvolvimento endógeno (tendo os residentes como forte protagonismo) funcionem, a autora ressalta a necessidade de os atores sociais utilizarem com eficiência o potencial econômico local, “uma vez que o mesmo se vê facilitado pelo funcionamento adequado das instituições e dos mecanismos de regulação do território” (UEDA, 2004, p. 06). Analisa, ainda, o desenvolvimento local a partir de três dimensões: a econômica, a sociocultural e a política administrativa.

A dimensão econômica, através do sistema de produção permite aos empresários locais utilizar de forma eficiente os fatores produtivos, gerando economias de escala e aumentando a produtividade, permitindo melhorar a competitividade nos mercados. A dimensão sócio-cultural (*sic*), permite o sistema de relações econômicas e sociais, onde as instituições locais e os valores servem de base para o processo de desenvolvimento. Já as dimensões políticas e administrativas, permitem que as iniciativas locais criam (*sic*) um entorno local favorável à produção e impulsiona o desenvolvimento de forma sustentável (UEDA, 2004, p. 07-08).



Portanto, pode-se dizer que o desenvolvimento econômico local é um processo de crescimento e de mudança estrutural da economia de uma cidade ou região, podendo ser identificado, segundo a autora, através dessas três dimensões.

Falando sobre as relações entre desenvolvimento local e turismo, Ueda (2004) assinala que na última década, o reduzido potencial de desenvolvimento tem levado as comunidades locais a considerar o turismo local como uma atividade estratégica. Na realidade, esta eleição somente tem sentido quando se tem condições de demandas e de ofertas, que faz viável as iniciativas e os projetos empresariais. A questão, então, é dimensionar adequadamente a oferta turística de maneira que o turismo seja mesmo um elemento que irá impulsionar o desenvolvimento local.

Nessa perspectiva, Coriolano (2013, p. 128) define o turismo de base local como:

Aquele realizado para atender as necessidades dos moradores de um lugar, sem visar apenas o lucro - faz contraponto ao modelo de desenvolvimento hegemônico e contraditório. Esse modelo hegemônico de desenvolvimento se faz pela exploração dos territórios, sobretudo no turismo, pois é considerado um dos serviços especiais, ao se tornar eficiente, eficaz, e atender às necessidades do capital.

Dessa forma, o turismo passa a fazer parte da missão de várias empresas - estatais e privadas – na perspectiva do desenvolvimento de base local.

No estudo da economia do turismo, conceitos como renda, receita, fluxo, demanda e oferta são largamente difundidos. Apesar das opiniões divergentes, é fato auferir que todos esses elementos influem direta ou indiretamente no estudo da atividade turística, em especial, quando se aborda as consequências desses valores, números e estatísticas no contexto de um possível crescimento, de um desenvolvimento e até mesmo das variáveis que tangem ao complexo conceito de sustentabilidade, como o estudo de capacidades de carga e de um planejamento, seja este integrado, estratégico ou participativo.

Como fator de desenvolvimento econômico, a atividade turística se apropria de determinados lugares, impondo-lhes transformações que podem acabar com a singularidade e particularidade do lugar (MADUREIRA, 2015). Essa é uma das características das atividades produtivas do sistema capitalista, pois sua lógica é o lucro sobre a exploração do lugar. Para Rodrigues (1997), o turismo tem se mostrado uma atividade um tanto “perversa”. Em algumas comunidades, tem provocado profundas transformações econômicas, sociais e culturais que, no geral, não beneficiam nem o lugar enquanto possuidor dos recursos que engendram a atividade, nem a população local que muitas vezes fica excluída do processo.

Pensando a problemática do desenvolvimento aliado ao turismo, afirmamos que esta atividade é uma ferramenta que pode servir para o fomento deste processo. Dados os diversos setores de atividades econômicas que a atividade turística fomenta, percebe-se que muitos estudos sobre turismo analisam exclusivamente os seus benefícios econômicos. Essas pesquisas, geralmente, acabam considerando o turismo, exclusivamente, como produto economicamente rentável, deixando de se importar com os problemas que esta atividade poderá gerar ao meio ambiente e a sociedade. No entanto, o incremento da atividade turística implica na utilização dos espaços, os quais requerem organização e planejamento na instalação da infraestrutura e dos serviços. Dessa forma, a incorporação do turismo nas estratégias de desenvolvimento por parte do poder público será de acordo com a importância que o turismo tenha dentro da política definida para o local, e somente a partir dessas definições é que a atividade poderá ganhar organização e estrutura.

Diante do exposto, evidencia-se a necessidade de envolver diretamente, nesse processo, alguns agentes promotores da atividade turística, tais como os empresários, os turistas e a população local. Virgínio e Ferreira (2013, p. 203) corroboram com a ideia de que

O desenvolvimento turístico deve considerar diversos fatores, dentre eles o planejamento, a sustentabilidade, a integração e a atuação dos agentes que fazem parte de sua formação, importantes quando se trata de disseminar benefícios para inúmeras pessoas, o que na atividade do turismo podem ser entendidas por população local, empresários e turistas.

Vieira (2011) destaca, para além da importância dos residentes, que o desenvolvimento da atividade turística depende, em grande parte, da ação dos governantes, as quais são demonstradas por meio das políticas definidas para a sua atuação. Dessa maneira, a política de desenvolvimento do turismo pode se constituir numa forma efetiva de intervenção do poder público na regulamentação, ordenamento e fiscalização da atividade. A autora destaca que os planos de desenvolvimento definidos pelo governo para o turismo são uma estratégia de intervencionismo, pois “por meio dos planos criam-se programas e projetos que serão desenvolvidos, em grande parte, por financiamento do próprio governo, incentivos fiscais ou parcerias público-privadas” (VIEIRA, 2011, p. 20). Dessa forma, acredita que o sujeito ativo da política turística deve ser o Estado, representado por um conjunto de organismos do governo e por autoridades regionais, e que o mesmo não pode permanecer indiferente aos movimentos turísticos em função das repercussões que serão geradas, devendo apoiar e estimular o desenvolvimento desta atividade, desde que o Estado, além de contar com

os meios econômicos, possua instrumentos jurídicos, administrativos e de política para a sua ordenação e equilíbrio, sobretudo ambiental.

## **1.2 Turismo e políticas públicas no RN: da Via Costeira aos Polos de Desenvolvimento Turístico**

O turismo no Rio Grande do Norte (RN) foi objeto de diversas tentativas de territorialização<sup>3</sup>, todavia, restrito a ações pontuais e pouco efetivas até o final da década de 1970 e início dos anos 1980. Lopes Júnior (1997) aponta que em 1972, o Governo do RN decidiu criar a Empresa de Promoção do Turismo do RN (EMPROTURN), buscando traçar uma política para o turismo local. Para o autor, o caminho escolhido foi “surrealista” ao criar hotéis em pequenas cidades do interior do estado e revitalizar um velho hotel estatal em Olho D’Água do Milho. Segundo afirma, apenas o Hotel Thermas em Mossoró mostrou-se viável, sendo privatizado nos anos 1990. Para Lopes Júnior (1997), tratou-se de um momento em que desperdício e irracionalidade marcaram as políticas de turismo da época, tendo o turismo potiguar maior expansão somente nos anos 80.

Nesse sentido, a literatura que trata do assunto é quase consensual ao afirmar que o surgimento efetivo da atividade turística<sup>4</sup> no RN se deu a partir de meados dos anos 1980, com a Política dos Megaprojetos que possibilitou a construção do espaço turístico da Via Costeira, cujo projeto foi denominado “Parque das Dunas/Via Costeira - PD/VC” (COSTA, 2007; OLIVEIRA, 2008; DANTAS et al, 2010). Trata-se de uma extensa via litorânea – e urbana – (8,5 km) que passou a ligar a praia de Ponta Negra (zona sul da cidade do Natal, capital do estado) às demais praias urbanas da zona leste da capital, abrigando um moderno parque hoteleiro (COSTA, 2007), contribuindo para o crescimento do turismo e, conseqüentemente, expandindo-o em sua parte sul.

---

<sup>3</sup> De acordo com Candioto (2007), a territorialização turística é uma forma de territorialização do capital e corresponde à entrada de novos objetos técnicos em função do turismo, de novos agentes sociais, das ações desses e suas intencionalidades, de atividades econômicas, usos do solo, dos recursos naturais, da idealização do rural, da cultura e da natureza.

<sup>4</sup> A Organização Mundial do Turismo (OMT) conceitua o turismo como um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, se deslocam de seu lugar de residência habitual para outro, por um período consecutivo igual ou superior a vinte e quatro (24) horas e inferior a um (01) ano, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas relações de importância social, econômica e cultural

Esses megaprojetos para a região Nordeste tiveram, no Rio Grande do Norte, sua experiência inicial. Para Benevides e Cruz (1997), o RN inaugurou esta política ao implantar o "Projeto Turístico Parque da Dunas - Via Costeira", promovendo a urbanização turística de um trecho da orla natalense através da implantação do parque hoteleiro. Segundo os autores, o que marca essa política é:

A participação determinante do poder público em todas as suas etapas, à extensão territorial das áreas abrangidas e ao volume de capital empregado, constituindo a distância dos principais pólos (*sic*) emissores de turistas em território brasileiro fator determinante de sua gênese (BENEVIDES; CRUZ, 2003 p. 03).

Taveira (2016) apoia esta opinião quando afirma que

[...] o marco fundamental para a expansão local e, especialmente para a produção social da capital do Estado como cidade turística, foi a construção da Via Costeira (via urbana litorânea com 8,5 km de extensão) e por meio da política de megaprojetos turísticos (TAVEIRA, 2016, p. 201).

Esse projeto beneficiou, primeiramente, a elite local, pois possibilitou a concessão de terrenos através de incentivos financeiros em locais privilegiados da cidade de Natal, municípios circunvizinhos e em demais localidades no interior do estado. Em contrapartida, os beneficiários assumiriam o compromisso de construir redes hoteleiras que comportassem e ajudassem a desenvolver e propagar o turismo no estado (ALVES; LOPES, 2015).

Para Cruz (2003) a Via Costeira fez parte dessa política destinada a transformar as cidades em “oásis” de investimentos, dando à capital condições de investimento e retorno. Tais megaprojetos, enquanto política pública de turismo, dotaram os territórios, parafraseando Santos (1999), de novos objetos técnicos, estranhos ao lugar e imersos numa lógica técnica capitalista.

O discurso dessas políticas (nos âmbitos federal e estadual) se pautou na promoção da redução das desigualdades sociais, muito embora a concentração de investimentos e recursos públicos em áreas estratégicas tenha reforçado a centralidade do capital nos espaços escolhidos como áreas de atratividade e valorização imobiliária. O projeto da Via Costeira, objeto de polêmica ambiental<sup>5</sup> nos anos 1970 e 1980, possibilitou toda uma gama de mudanças para a década seguinte, imprimindo novas ações e novos sentidos a vida econômica da capital, Natal.

---

<sup>5</sup> Esta polêmica ambiental pode ser verificada no extenso e pioneiro trabalho de Cavalcante (1993).

A atividade turística pós Via Costeira na capital deu à geografia econômica local uma maior complexificação de seu terciário, antes ligado basicamente ao comércio e serviços, e com a chegada da economia do turismo dificultou – dando maior densidade – as atividades econômicas oferecidas na orla natalense e áreas de influência, resultando no surgimento de hotéis, pousadas, flats, albergues, motéis, bares, restaurantes, pequenos shoppings, casas de câmbio, locadoras de veículos, etc. A paisagem da cidade de Natal foi substantivamente alterada, não apenas pelos hotéis cinco estrelas instalados na orla, mas sobretudo pelas repercussões socioespaciais por ela desencadeadas.

Dessa forma, a década de 1980 representou, para o Rio Grande do Norte, a concretização dos primeiros reflexos do planejamento sistematizado da atividade turística, pois foi a partir da política de megaprojetos que o fluxo turístico do estado aumentou de forma considerável, imprimindo no território potiguar uma nova funcionalidade econômica e reduzindo as crises possíveis da monofuncionalidade do espaço (COSTA, 2007). Para Maia e Ferreira (2011), a multifuncionalidade no espaço oferece possibilidades para a instalação de novas atividades econômicas, utilizando recursos já existentes e criando novas perspectivas de vida econômica.

Nos anos 1990, dando prosseguimento à expansão das políticas de turismo da região, surgiu o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE, cuja primeira edição, em 1996, objetivou impulsionar o desenvolvimento do turismo na região, a partir da implantação de ações direcionadas para a estruturação urbana das capitais e cidades circunvizinhas, propondo como resultado a geração de emprego e a melhoria das condições de vida da população. Tal política foi criada pelos governos dos estados do Nordeste, com o apoio do Governo Federal. De acordo com a Secretaria de Turismo do estado do Rio Grande do Norte (SETUR/RN),

A primeira fase do PRODETUR/NE recebeu investimentos da ordem de US\$ 670 milhões, dos quais o Governo Federal assumiu 14,9% e os Estados com 85,1%. O montante foi aplicado nas melhorias de infraestrutura de 8 aeroportos, estradas, saneamento básico de áreas turísticas, preservação de meio ambiente e recuperação de patrimônio histórico e cultural de diversas áreas das principais capitais do Nordeste. O impacto desse investimento foi direto no incentivo à criação de novos equipamentos turísticos. Nesse período, a iniciativa privada investiu mais de US\$ 6,6 bilhões na implantação de pequenos, médios e grandes empreendimentos em todas as regiões beneficiadas com os investimentos, o que gerou mais de 3,8 milhões de novos empregos diretos e indiretos, consequência do aumento do fluxo turístico que passou de 6,9 milhões em 1995 para 12 milhões de turistas em

2001, beneficiando mais de 52 diferentes atividades da cadeia produtiva do turismo (SETUR/RN, 2017).

Sobre este programa, Benevides e Cruz (1997, p. 03) também destacam que:

Quando da concepção do PRODETUR-NE, o Rio Grande do Norte já buscava inserir-se nos principais roteiros turísticos nacionais, através do megaprojeto Parque das Dunas - Via Costeira, restrito à ampliação da capacidade hoteleira de Natal, sem contemplar outras obras de infraestrutura turística. Outros estados do Nordeste, que antes viveram o boom do turismo, repetiram esse planejamento 'míope', ao investirem em equipamentos turísticos desvinculados de seus respectivos contextos urbanos, criando lapsos concretos e profundos entre "territórios turísticos" e seus respectivos entornos [...] O PRODETUR-NE surge como estratégia de planejamento governamental regional, voltado para abarcar diferentes elementos da infraestrutura das localidades abrangidas pelo Programa. O PRODETUR-RN obedece essas diretrizes gerais.

No Rio Grande do Norte, seis municípios foram contemplados inicialmente com o programa (Natal, Ceará-Mirim, Extremoz, Parnamirim, Nísia Floresta e Tibau do Sul). As obras realizadas por este projeto foram financiadas pela parceria entre o governo do Estado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, objetivando a concessão de recursos para dotar materialmente os territórios litorâneos de infraestrutura básica e turística, de modo a tornar o RN competitivo frente ao turismo nacional e internacional. Como exemplo dessas obras, destaca-se os 89 km de estradas que possibilitou o acesso às principais praias da região, além da implantação da rede de saneamento da Via Costeira, parte dos bairros Mãe Luíza e Ponta Negra, pavimentação de todas as vias, urbanização e drenagem do bairro de Ponta Negra, melhorias no Parque das Dunas, elaboração dos Planos Diretores das cidades de Ceará-Mirim, Extremoz, Parnamirim, Nísia Floresta e Tibau do Sul e desenvolvimento institucional de órgãos governamentais ligados ao turismo (SETUR/RN, 2017). Segundo SETUR/RN (2017), as obras do PRODETUR beneficiaram mais de 1,1 milhão de habitantes, incluindo todos os municípios do RN atingidos pelo Programa.

Oliveira (2008) compreende que:

O aporte de recursos financeiros visa à mitigação de problemas urbanos e a promoção de alguma modernização do território, através da indução de investimentos em infraestrutura turística, observando a participação de estados e municípios que devem investir em infraestrutura básica e de serviços públicos (OLIVEIRA, 2008, p. 07).

As cidades de Natal e Tibau do Sul (mais especificamente a Praia de Pipa) ganharam destaques nos investimentos do PRODETUR/RN I, possibilitando melhores condições

competitivas no contexto das exigências do mercado turístico, o que resultou na dinâmica socioespacial nesses municípios (ALVES; LOPES, 2015). Conforme afirmação de Costa (2007), por possuir uma infraestrutura mais complexa e reunir uma maior gama de equipamentos turísticos, Natal foi a maior beneficiária desses investimentos. Dessa forma, as ações contribuíram de forma expressiva e com menores riscos para a consolidação do turismo no estado, proporcionando a construção de um cenário favorável ao efetivo desenvolvimento turístico local. Os demais municípios foram abrangidos de forma subsidiária com relação aos investimentos do PRODETUR/RN I, pois “foram contemplados basicamente com obras referentes à construção e melhorias de estradas, colocando-os numa posição secundária e mantendo-os como subprodutos do destino Natal” (ALVES; LOPES, 2015, p. 151).

Tendo concentrado seus esforços em espaços próximos a Natal, conforme apontado por Costa (2007), o PRODETUR/RN I terminou reforçando o turismo de sol e mar na região metropolitana da capital, dando ao capital local e internacional maior capacidade de reprodução.

A fim de esclarecer e compreender melhor tal programa, Fonseca (2005, p. 124) explica que “os investimentos do PRODETUR/RN foram distribuídos em três componentes, a saber: desenvolvimento institucional, obras múltiplas e aeroportos”. Do ponto de vista institucional, o autor coloca que o incentivo a construção de Planos Diretores e Legislação Urbanística como instrumentos de planejamento urbano, contribuíram significativamente para o fortalecimento de diferentes órgãos estaduais e municipais.

Com relação aos investimentos em obras, em sua primeira versão (1996-2002), o programa concentrou-se em ações estruturais no bairro de Ponta Negra, como por exemplo: esgotamento sanitário, drenagem, pavimentação, urbanização e iluminação de Ponta Negra, além do esgotamento sanitário da Via Costeira, tornando-o um espaço propício para os empreendedores turísticos nacionais e internacionais. Além disso, foi responsável por obras de acessibilidade a trechos do litoral sul do estado, buscando integrar os seis municípios contemplados à dinâmica do turismo natalense.

Por fim, a reforma e ampliação do Aeroporto Augusto Severo possibilitou a chegada de mais voos regulares ao Rio Grande do Norte. De acordo com o relatório final sobre o PRODETUR/NE do Banco do Nordeste do Brasil (BNB, 2005), a demanda de passageiros desse terminal aumentou de 300/hora para 800/hora, possibilitando a ampliação diária do fluxo de pessoas de 260.000 para 1.500.000. Foram construídos, também, edifícios de apoio para ampliar a área de estacionamento de veículos, assim como acesso viário e obras

correspondentes. Essas obras foram, portanto, a intervenção que demandou o maior volume de recursos do PRODETUR/RN I (BNB, 2005).

Para Dantas et al (2010), o PRODETUR I foi o divisor de águas no que concerne às políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento da atividade turística em escala regional. Para o autor, a política pública teve ações marcantes no domínio logístico, alavancando transformações importantes no ordenamento territorial da Região Nordeste, com ênfase na sua zona costeira.

A segunda versão do PRODETUR, iniciada no ano de 2002, ampliou os municípios contemplados e focou, basicamente, no quesito qualificação profissional. O objetivo era dar continuidade às obras da primeira fase do programa e identificar as falhas ocorridas neste primeiro momento, dando maior suporte à gestão e ao planejamento da atividade, assim como incentivar maiores estratégias para o desenvolvimento institucional do turismo nos estados e municípios.

O discurso do programa era: investir materialmente nos municípios e, em seguida, qualificar os recursos humanos oferecendo cursos de qualificação profissional à população local para serviços vinculados ao setor turístico, como cursos de línguas e técnicos em segurança do trabalho. Assim, iniciou-se a tentativa de expandir a interiorização do turismo, ampliando o raio de ação da política de turismo para 16 municípios.

O PRODETUR-RN II, implantado no ano de 2002 durante o governo de Fernando Antônio da Câmara Freire (2002-2003), iniciou os investimentos previstos para um número maior de municípios (Natal, Ceará-Mirim, Extremoz, Maxaranguape, Rio do Fogo, Touros, São Miguel do Gostoso, Pedra Grande, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Nísia Floresta, Senador Georgino Avelino, Arêz, Tibau do Sul, Canguaretama e Baía Formosa), o que possibilitou a inclusão de localidades com potencial turístico a fazerem parte da agenda do Governo Estadual e receberem investimentos, implantação ou melhoria da infraestrutura urbana desses municípios (TAVEIRA, 2016, p 203-204).

Nesta fase do programa, cada estado ficaria responsável por elaborar o seu plano de ação, sendo este denominado de Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS). Estes planos deveriam contemplar o planejamento das ações do PRODETUR II a partir dos polos de turismo prioritários. No RN, a Secretaria de Turismo do Estado (SETUR/RN) elegeu, novamente, o Polo Costa das Dunas como o maior beneficiário deste programa, assim como ocorreu no PRODETUR I. Segundo a secretaria, embora os investimentos do PRODETUR II devessem se basear no tripé *interiorização*,



*desconcentração e diversificação do produto turístico* do Brasil, correspondendo aos anseios ideológicos do “Plano Nacional de Turismo 2007-2010: uma viagem de inclusão” (PNT 2007-2010), o Rio Grande do Norte privilegiou a zona litorânea oriental do estado devido à ausência de recursos para contemplar os demais polos de turismo do RN.

O fato de a capital do estado fazer parte do Polo Costa das Dunas e ser a principal responsável por toda a dinâmica turística do RN contribuiu bastante para a intensidade do direcionamento das ações do PRODETUR II para este polo. Devido a isso, o PDITS do Polo Costa das Dunas (ou PDITS - Costa das Dunas) fora o único plano de turismo que teve suas intervenções executadas no âmbito do RN no período do PRODETUR II.

Assim, pode-se afirmar que o turismo no estado do RN apresenta uma forte concentração no litoral, em especial em sua capital Natal, irradiando pendularmente para as faixas de praia dos municípios de Ceará-Mirim, Extremoz, São Gonçalo do Amarante, Parnamirim, Nísia Floresta e Tibau do Sul, este último como município da Praia de Pipa, distrito turístico internacionalmente conhecido (ALVES; LOPES, 2015).

A terceira fase do programa, denominada PRODETUR Nacional (ou PRODETUR III), visa dar continuidade às ações adotadas pelos estados com relação ao turismo. Nessa fase do programa, foi realizada uma nova parceria do MTUR com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), permitindo com que, além dos estados brasileiros, municípios com mais de 1 milhão de habitantes acordassem diretamente com os órgãos de incentivo para efetivação de suas propostas de turismo. Na visão de Alves e Lopes (2015),

Essa mudança é reflexo da percepção do poder público de que as grandes cidades são as principais dinamizadoras do turismo em âmbito nacional, na medida em que polarizam o setor e demandam, a partir de si, o consumo dos espaços em seu entorno. Ou seja, a mudança na contratação que abre a possibilidade direta com o município é reflexo dessa realidade de turismo urbanizado no Brasil, contudo, implicará na continuidade de centralização do turismo na escala de município, que é uma das grandes deficiências no que concerne ao planejamento do setor em nosso país (ALVES; LOPES, 2015, p. 158).

O fato do estado do RN não possuir nenhum município com mais de 1 milhão de habitantes inviabilizou a formação de uma proposta municipal individualizada. À vista disso, o governo do estado foi mais uma vez o ente federativo responsável por pleitear recursos para o PRODETUR, dessa vez, colocando em uma única proposta, por meio do PDITS, demandas para captação de recursos com o objetivo de fortalecer a atividade turística de três polos turísticos: Polo Seridó, Costa Branca e Costa das Dunas.

É importante destacar que, mesmo com o grande direcionamento de recursos voltados ao polo Costa das Dunas (de acordo com a SETUR/RN, praticamente 70% de todo o valor destinado ao estado é voltado para este polo), e o programa fomentar, mais uma vez, a concentração das ações de promoção e de centralidade do turismo no litoral do entorno da capital Natal, percebe-se que o estado assume, em todas essas políticas, uma função produtiva, ao dotar os municípios de infraestrutura e possibilitar a vinda de capitais. Oliveira (2008) denota que a forte participação do poder público serve como um importante indutor do desenvolvimento turístico, exercendo suas funções tradicionais diante do capital, dentre as quais se podem destacar a facilitação do crédito, a formação da mão de obra e a regulação jurídica da atividade.

Esta função produtiva no turismo potiguar já vinha se efetivando visivelmente desde a criação do projeto PD/VC. O trabalho de Cavalcanti (1993) foi pioneiro em mostrar que a Via Costeira não foge a regra e demonstra que o RN assumiu um papel crucial e decisivo para dotar a capital de condições atrativas, possibilitando, ainda, condições de infraestrutura para sua instalação e ampliação. Reis e Ataíde (2016) reforçam essa aproximação entre capital e Estado ao destacar o

Emprego de recursos públicos utilizados na instalação de infraestrutura urbana necessária ao desenvolvimento da atividade hoteleira que beneficia e dá suporte aos usos ali instalados e, portanto, priorizam e garantem o desenvolvimento das atividades de interesse do capital privado (REIS; ATAÍDE, 2016, p. 07).

Em síntese, Taveira (2016, p. 200) coloca que:

As políticas de Megaprojetos (PD/VC) e o PRODETUR-RN possibilitaram que o Rio Grande do Norte se inserisse na rota turística doméstica e internacional, provendo-se como destino turístico de lazer voltado para o segmento de ‘sol e mar’.

Fonseca (2005) também destaca que ambas as políticas públicas de turismo – Megaprojetos (PD/VC) e o PRODETUR/RN – apresentam suas especificidades quanto aos objetivos, pois o PD/VC foi um programa de implantação de infraestrutura turística, enquanto o PRODETUR/RN privilegiou a implantação de infraestrutura básica e o desenvolvimento institucional. Isso fez com que as duas políticas, juntas, possibilitassem o aprimoramento do produto turístico potiguar.

Silva (2010) acrescenta que o desenvolvimento do turismo potiguar somente assumiu maior relevância econômica a partir da intervenção do poder público. As políticas públicas destinadas a promoção do turismo local, com a construção do PD/VC e o PRODETUR/RN I, foram responsáveis por atrair e inserir o capital privado no setor turístico, tornando o estado do RN mais competitivo e dinâmico economicamente. A atuação do poder público local também foi responsável pelo intenso processo de ocupação das praias do sul de Natal, que se iniciou através da construção de residências secundárias após as melhorias na Rodovia Rota do Sol no decorrer dos anos 1980, proporcionando melhores condições de acessibilidade às praias do litoral a zona sul da capital (SILVA, 2010).

O resultado espacial da implantação e execução das políticas de turismo traduziu-se na ampliação e melhoria da infraestrutura turística, representada pelo aumento do número dos meios de hospedagem nos espaços turísticos e entornos, atraindo, também, investidores internacionais, culminando com a instalação de novos estabelecimentos, tanto na praia de Ponta Negra como na Via Costeira (SILVA, 2007). Sobre esta informação, Fonseca (2005, p. 131) complementa mostrando que

A partir da melhoria do produto turístico potiguar, propiciada pelos investimentos do PRODETUR/RN, ocorreu um aumento do fluxo de turistas internacionais e as redes hoteleiras internacionais começaram a se instalar no Rio Grande do Norte, como por exemplo, o grupo Pestana (Português).

Destarte, a reorganização e reestruturação da geografia econômica do RN, pelas mãos do turismo, teve início na capital Natal, com a implantação de um parque hoteleiro dotado de condições competitivas frente a demanda internacional. Em termos geográficos, a Via Costeira significou substantiva alteração da paisagem natalense. A então bucólica Natal recebeu a implantação de hotéis de grande porte, cinco estrelas, capazes de dar início a uma atividade turística na então denominada cidade do sol. Em termos territoriais, redefiniu as lógicas econômica e urbanística para a zona sul da cidade, redirecionando investimentos e valorizando o bairro de Ponta Negra e áreas de sua influência, imprimindo novas relações de poder entre o parque produtivo, o capital imobiliário, residentes e o poder público.

Fonseca (2007) acredita que, dos anos 2000 em diante, passa a se verificar, sobretudo, uma internacionalização e uma interiorização do turismo no RN, resultado de novos fluxos de capitais e da necessidade de criação de novos destinos diferentes da homogeneidade do binômio sol e mar. Nesse sentido, já a partir de 2002, visando retomar a lógica da

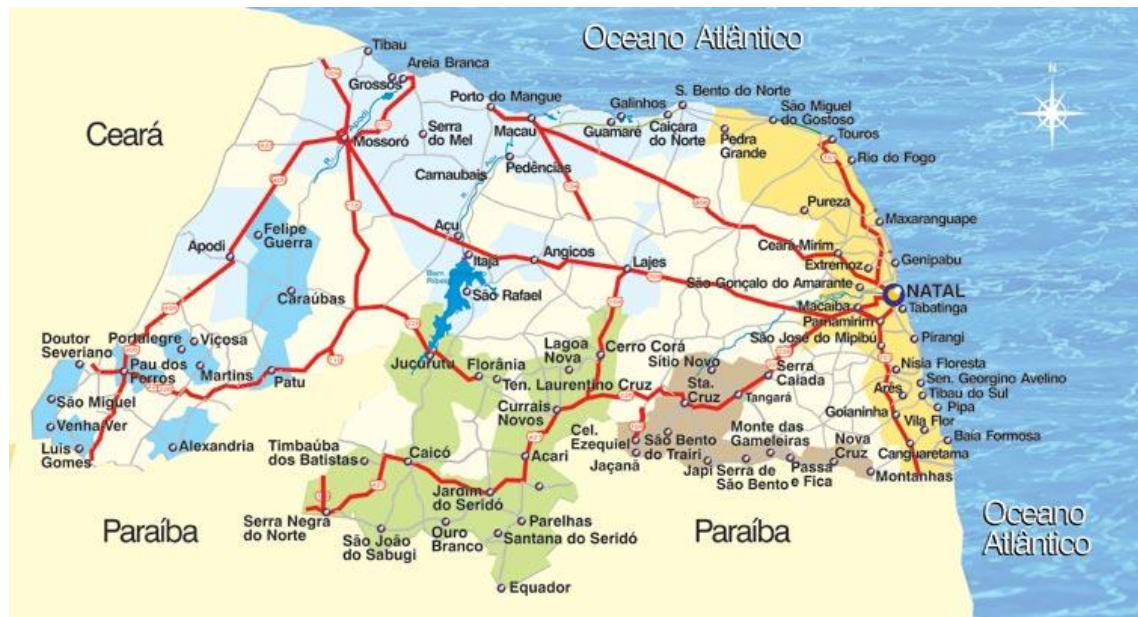
interiorização, contudo sem reproduzir os equívocos do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) implementada nos anos 1990 no governo Fernando Henrique Cardoso, o governo Lula cria, na primeira fase do seu primeiro governo (2003-2007), o Ministério do Turismo (MTUR), possibilitando, segundo o próprio MTUR (2003), o surgimento de novas políticas para desenvolver o turismo nas regiões interioranas. Dentre estas destaca-se o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), que visou transformar a ação centrada na unidade municipal em uma política pública voltada para resultados regionais, por meio de planejamentos que buscam preparar os municípios integrantes de cada região para, conjuntamente, coordenarem seus esforços e tornarem-se mais competitivos, garantindo melhores resultados nas suas ações para o desenvolvimento turístico local e regional (MTUR, 2003). O PRT teve como objetivo buscar uma maior sintonia com essa necessidade de diversificação da oferta turística nacional, sobretudo visando corrigir desequilíbrios regionais a partir do turismo.

Com a expansão da denominada interiorização do turismo e da internacionalização de capitais, o litoral potiguar terminou recebendo maior pressão imobiliária e alguns municípios foram eleitos pelo capital turístico e imobiliário como espaços de valorização espacial. O litoral norte de Natal, por exemplo, foi praticamente loteado pelo capital estrangeiro, tendo portugueses e espanhóis como principais investidores (FONSECA, 2007).

Apesar dessa visível expansão e diversificação de espaços turísticos no RN, ainda impera uma concentração do turismo na capital. Ampliando as ideias de Costa (2007), pode-se dizer que os polos interioranos servem mais como produtos complementares do “portão de entrada” do estado (cidade de Natal) do que como destinos turísticos consolidados. A exceção da Praia de Pipa (Tibau do Sul), os demais destinos potiguares são reféns da centralidade do turismo natalense ou sobrevivem com demandas insignificantes, ou mesmo de romarias, como é o caso do município de Santa Cruz.

### **1.3 Os espaços turísticos hegemônicos no território potiguar**

Como exemplo do PRT e sua lógica aglutinadora por espaços de atratividade comuns, no Rio Grande do Norte foram instituídos cinco polos de desenvolvimento turístico, como mostra o mapa 01 a seguir: Polo Costa das Dunas (mancha amarela), Polo Agreste-Trairi (mancha cinza), Polo Serrano (mancha azul-escuro), Polo Seridó (mancha verde) e Polo Costa Branca (mancha azul-claro), abrangendo um total de 65 municípios.



**Mapa 01 – Polos de Turismo no RN**

Fonte: <http://natalbrasil.tur.br/o-rio-grande-do-norte/mapas/>

Efetivamente, o turismo no território potiguar se concentra no denominado Polo Costa das Dunas (que compreende boa parte da região metropolitana de Natal) e, afunilando ainda mais sua luminosidade espacial (SANTOS, 1999), existe racionalmente na cidade de Natal e algumas praias vizinhas, além de Tibau do Sul (e seu destino Praia de Pipa). Para Santos (1999), há territórios que acumulam densidade técnica e informação e, por isso, tornam-se mais capazes de atrair atividades econômicas modernas atreladas a fluxos de capitais e tecnologias. Segundo o autor, tratam-se de espaços luminosos<sup>6</sup>. O turismo potiguar, parafraseando este conceito miltoniano de espaço luminoso, pode ser considerado detentor desta densidade técnica e informacional basicamente no turismo natalense e em sua zona de expansão econômica, tendo em vista que congrega os maiores fluxos de capitais internacionais do terciário turístico norte-rio-grandense. Areia Branca seria, então, um espaço opaco do ponto de vista da modernidade da economia turística.

Diante disso, a intervenção do Estado em ações pontuais como infraestrutura é relevante no desenvolvimento das políticas de turismo. O próprio PRODETUR é um programa que trouxe inúmeros benefícios ao nordeste do país por meio de investimentos em infraestrutura turística, tanto melhorando os objetos técnicos, quanto as redes informacionais do turismo potiguar.

<sup>6</sup> Os espaços contrários seriam os espaços opacos.

Em relação às ações contidas no PRT, o objetivo é que o programa beneficie tanto os municípios propensos ao turismo quanto os que não possuem vocação para a atividade, atuando como provedores ou fornecedores de mão de obra ou de produtos destinados a atender o turista (MTUR, 2017). O trabalho regionalizado permite, assim, ganhos não só para o município que recebe o visitante, mas para toda a região.

O Polo Serrano, constituído por dezoito municípios<sup>7</sup>, está situado na zona oeste do Estado e faz divisa com os estados do Ceará e Paraíba, possuindo uma superfície territorial de 5.025,00 km<sup>2</sup> (SETUR/RN, 2017).

A região é formada principalmente por serras, açudes, cachoeiras, grutas, poços, pedras de formatos distintos e sítios arqueológicos. Ganha destaque, nesse Polo, o Sítio Arqueológico Lajedo de Soledade, situado em Apodi, que reúne fósseis pré-históricos e inscrições rupestres.

As cidades de Martins e Portalegre, principais destinos turísticos do polo, exploram basicamente recursos naturais como o clima ameno das serras, e vivem praticamente da sazonalidade de eventos gastronômicos locais. Em Portalegre, por exemplo, encontra-se uma diversidade de atividades ligadas ao Turismo de Aventura e o ecoturismo. De acordo com Viana e Nascimento (2009, p.79),

O Município de Portalegre, no Rio Grande do Norte, possui um rico acervo histórico, cultural e ambiental, apresentando recursos potenciais e infraestrutura viáveis economicamente para o turismo. Além de possuir diversos atrativos que são compatíveis com o Turismo de Aventura, como, cachoeiras, sítios arqueológicos, serras, grutas e fontes naturais.

O Polo Agreste-Trairi, formado por onze municípios<sup>8</sup>, localiza-se a cerca de 108 km de Natal, capital do estado. Essa proximidade constitui uma vantagem comparativa para o polo, no sentido de captação de turistas do principal mercado turístico do estado.

A região é conhecida pela religiosidade dos destinos que o integram, tendo em vista que o Complexo Turístico e Religioso, Alto de Santa Rita de Cássia (complexo turístico que abriga a estátua de Santa Rita de Cássia - hoje, expressivo espaço de romaria - considerada a maior estátua religiosa cristã do mundo, com 56 metros de altura), está localizado na cidade de Santa Cruz (SETUR/RN, 2017). Além disso, a região é dotada de cânions e rochas,

---

<sup>7</sup> Alexandria, Apodi, Caraúbas, Doutor Severiano, Frutuoso Gomes, José da Penha, Lucrécia, Luís Gomes, Major Sales, Martins, Patu, Paus dos Ferros, Portalegre, Riacho da Cruz, São Miguel, Serrinha dos Pintos, Venha Ver e Viçosa

<sup>8</sup> Coronel Ezequiel, Jaçanã, Montanhas, Monte das Gameleiras, Nova Cruz, Passa e Fica, Santa Cruz, São José de Campestre, Serra de São Bento, Sítio Novo e Tangará.

possibilitando atividades ligadas ao seguimento “Turismo de Aventura” através de escaladas, trilhas e rapel.

O polo Seridó é composto por nove municípios<sup>9</sup> potiguares e está situado na zona oeste do Estado. A região, que faz divisa ao sul com o estado da Paraíba, praticamente não possui uma cidade de destaque, tendo o turismo pedagógico e o geoturismo como atrações em alguns municípios.

Os sítios geológicos e arqueológicos do Polo Seridó são os atrativos de maior destaque dessa região. As atividades de lazer mais relevantes giram em torno da realização de trilhas para caminhadas, cavalgadas, atividades de rapel, motocross, passeios de jipe e quadriciclo. Atualmente, ações voltadas ao Geoparque<sup>10</sup> Seridó possuem importâncias relevantes no contexto de desenvolvimento regional por permitir a disseminação do turismo para municípios que contemplam o geoparque, sendo uma forma de descentralizar o turismo na capital do estado, além de permitir uma educação ambiental aos moradores e visitantes do local.

O polo Costa das Dunas, como já afirmado de forma atenta, é o principal ponto receptor de turistas no Rio Grande do Norte, em virtude de nele se situarem as cidades de Natal (capital do Estado), Tibau do Sul e São Miguel do Gostoso, os três principais destinos turísticos do estado. Constituído por dezessete (17) municípios<sup>11</sup>, observa-se que o principal atrativo natural do polo é o turismo de sol e mar<sup>12</sup>.

A cidade de Natal, com sua infraestrutura de serviços, faz papel de centro receptor e irradiador de turistas para os demais municípios, agregando e incorporando diversos outros atrativos e produtos localizados fora de seu limite territorial, como é o caso das praias de Genipabu e Pitangui (da cidade de Extremoz), Pirangi (Parnamirim), Maracajaú (Maxaranguape), Lagoa de Jacumã (Ceará-Mirim), entre outros. O município de Tibau do Sul, em especial a Praia de Pipa, é o segundo destaque no turismo do estado e do Polo Costa

---

<sup>9</sup> Acari, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Currais Novos, Florânia, Lagoa Nova, Parelhas e Santana dos Matos.

<sup>10</sup> Segundo a definição da UNESCO, um geoparque é "um território de limites bem definidos com uma área suficientemente grande para servir de apoio ao desenvolvimento socioeconômico local". Deve abranger um determinado número de sítios geológicos de relevo ou um mosaico de entidades geológicas de especial importância científica e rara, que seja representativa de uma região e da sua história geológica, eventos e processos. No Seridó, atualmente, existe um cadastramento de dezesseis geosítios localizados nos municípios de Cerro Corá, Lagoa Nova, Currais Novos, Caicó, Acari, Carnaúba dos Dantas e Parelhas (SETUR/RN, 2017).

<sup>11</sup> Baía Formosa, Canguaretama, Ceará-Mirim, Extremoz, Macaíba, Maxaranguape, Natal, Nísia Floresta, Parnamirim, Pedra Grande, Rio do Fogo, São Gonçalo, São José de Mipibu, São Miguel do Gostoso, Senador Georgino Avelino, Tibau do Sul e Touros

<sup>12</sup> O Polo Costa das Dunas localiza-se num extenso litoral de praias de águas mornas, falésias, arenitos de praia, planícies de deflação, dunas, mangues, rios, lagoas e as formações vegetais associadas aos remanescentes de Mata Atlântica, restinga e manguezal (SETUR/RN, 2017).

das Dunas. Ao contrário da maior parte dos municípios que integram o Costa das Dunas, Tibau do Sul e, mais especificamente, Praia de Pipa, conta com certa autonomia como destino turístico, mas ainda depende em grande parte da infraestrutura de outros municípios. O polo está situado na zona leste do estado, especificamente no litoral, compreendendo uma faixa litorânea extensiva de 210 km.

Por fim, o PRT contempla o Polo Costa Branca, situado na zona oeste do estado e contígua ao estado do Ceará. Este polo possui uma faixa litorânea extensiva de 170 km, que compreende uma extensa parte do litoral norte do Rio Grande do Norte. Atualmente, o “Polo Costa Branca” possui 10 municípios<sup>13</sup> do litoral da Costa Branca inseridos, e tem como objetivo implantar e desenvolver o turismo no litoral através de obras e ações que possam dotar os municípios inseridos de infraestrutura necessária à atração de novos empreendimentos para o setor.

É importante salientar o poder de atração de visitantes que oferece o município de Mossoró - basicamente pela oferta em meios de hospedagens - pois abriga trabalhadores das economias do sal, petróleo, parques eólicos e fruticultura irrigada. Além disso, o lugar que o município ocupa na história do estado, através de seu patrimônio histórico, sua oferta cultural, eventos, recursos de suporte (serviços e equipamentos relacionados ao destino) e sua localização e acessibilidade geográfica entre duas capitais nordestinas (Fortaleza e Natal), impera no polo a dominância da cidade como área de concentração de investimentos voltados para o turismo. Igualmente como ocorre em Natal, Mossoró, dentro do Polo Costa Branca, termina concentrando (quantitativa e qualitativamente) praticamente o conjunto de infraestrutura, equipamentos e serviços da região, criando e reforçando as centralidades socioespaciais já existentes.

Outra atração difundida pelo polo são os 42 quilômetros de orla do município de Areia Branca/RN, cidade dotada de uma vasta área litorânea e composta por diversos atrativos naturais (praias, dunas e falésias). Por ser considerada “potencialmente” turística, ela tem sido alvo de algumas iniciativas locais e de políticas públicas que visam transformá-la num dos principais atrativos turísticos da região da Costa Branca.

O município se insere, neste sentido, no contexto maior apontado por Dantas et al (2010, p. 67-68), que mostra que o “turismo litorâneo se apresenta, portanto, como tábua de salvação [...] atendendo, de um lado, uma demanda econômica e de outro lado, política”.

---

<sup>13</sup> O Polo Costa Branca é composto, atualmente, por 10 municípios, sendo eles: Areia Branca, Galinhos, Grossos, Guamaré, Macau, Mossoró, Porto do Mangue, São Rafael, Serra do Mel e Tibau.



Em se tratando da política municipal, no ano de 2006 foi elaborado, pelo consultor Milton Guedes o chamado Plano de Ação Turística (PAT), um documento que contemplava vários projetos destinados ao desenvolvimento turístico do município com uma visão voltada para a “sustentabilidade”. Tal Plano não passou de quimera local de suas elites políticas e até hoje o turismo na cidade é residual e dependente de visitantes aventureiros que desbravam seu litoral em busca de alguns esportes náuticos e de aventura. Os meios de hospedagem da cidade basicamente sobrevivem, em termos de ocupação hoteleira, da permanência de trabalhadores que laboram por temporadas no município, ocupados na economia salineira, parques eólicos e carcinicultura.

São poucos empreendimentos na cidade. O maior deles é o Hotel Costa Atlântico, único empreendimento materialmente capaz de hospedar um público maior e mais exigente. Os demais se dividem entre pequenas pousadas, distribuídas irregularmente ao longo de sua orla. Em termos de bares e restaurantes, a paisagem da geografia econômica do turismo também não muda. São, na maioria, empreendimentos familiares, que empregam mão de obra desqualificada e quase sempre informal, empresas essas que praticamente dependem de um fluxo local e irregular de clientes.

Numa política de desenvolvimento local, o turismo em Areia Branca se insere como uma tentativa dessa atividade em promover esse desenvolvimento, como pode ser observado no Plano de Governo para Areia Branca (2016-2020) da atual gestão municipal, que elenca uma série de ações intencionais para fomentar o turismo no município, conforme segue:

- Capacitar mão-de-obra para as áreas de hotelaria, alimentos, bebidas e guias turísticos;
- Criar e implementar o “Projeto de Guias Turísticos”, assim como criar Equipes do Turismo Ecológico e do Turismo Cultural;
- Regionalizar comida típica advinda do mar para fomentar a potencialidade alimentícia da Areia Branca;
- Fazer mapeamento dos pontos turísticos, tanto histórico, quanto ecológico para criar roteiros turísticos para os visitantes;
- Criar o “Projeto Destino Turístico” para fomentar o turismo o ano todo na cidade em seus mais diversos pontos nas zonas urbana e rural pelo turismo sustentável, a ser incluído em calendário anual turístico do município, tais como: o turismo de eventos tradicionais; o turismo esportivo e o turismo ecológico;
- Planejar e resgatar o turismo de eventos festivos tradicionais da cidade (Carnaval, festa social de Nossa senhora dos Navegantes, Emancipação, Dia do evangélico e Réveillon) além de incentivar a Criação do Auto da paixão de Cristo, Auto dos Navegantes e Auto do Natal, cortejo de Iemanjá, semana da consciência negra, assim como incentivar a continuidade da tradição alusivos ao padroeiro (a) nas comunidades e dos eventos;

- Criar o Festival da Pesca na qual resultará na realização de diversas competições e atividades culturais relacionadas a pesca e degustações com a Gastronomia da Pesca;
- Criar o Festival da gastronomia do Pescado na intenção de promover a valorização da cultura alimentar do município, assim como atrair turistas, visitantes locais, empresários para gerar emprego e renda;
- Implantar feiras de artesanato no Município incentivando os artesões, através da criação de espaços para comercialização dos seus produtos em espaços estratégicos da cidade;
- Construir infraestrutura para promoção do turismo, como a padronização de barracas na orla da praia; a construção de calçadão e orla marítima iluminada na praia de Ponta do Mel; construir acesso à praia em Redonda, Morro Pintado e a praia de São Cristóvão.
- Realizar a Festa de Emancipação política do Município com o objetivo de valorizar a história, a memória e a cultura da cidade e dos seus personagens, assim como tornar este evento um destino turístico da cidade; entre outros. (TSE, 2015)

Em termos gerais, o surgimento efetivo e a expansão do turismo no RN se deram pelas mãos do Estado e suas políticas públicas. Em Areia Branca, o que se observa é um incipiente turismo, fruto do resultado local de um conjunto de atores e vontades, em vez de um planejamento racional para a produção de um espaço turístico *funcional e complexo* (SANTOS, 1999).

Como citado anteriormente, o turismo é uma atividade que produz espaço, principalmente por meio do Estado. No Plano de Governo supracitado, percebe-se a intenção de desenvolver diversas atividades que modificam o espaço, tais como: criar um local para comércio do artesanato local e a construção de infraestrutura para a promoção do turismo por meio de barracas na orla da praia, calçadão e orla marítima, bem como a construção de acesso a algumas localidades litorâneas. Tais ações, contudo, desconsideram a base espacial pré-existente, que carece de infraestrutura básica de saneamento, gestão de resíduos, abastecimento de água potável e fiscalização ambiental. O resultado desse descompasso se materializa exatamente nos problemas ambientais previamente existentes, objeto dos capítulos seguintes.

## **2 A PRODUÇÃO DO TERCIÁRIO TURÍSTICO NA FAIXA DE PRAIA NA CIDADE DE AREIA BRANCA/RN**

O turismo é um importante indutor de transformações do espaço, pois ao se apropriar dele, territorializa-o, numa relação de poder imposta pelo capital (CRUZ, 2003). Santos (1988, p. 25) apresenta o conceito de espaço como “um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos”. Para ele, o espaço resulta da ação do homem sobre o próprio espaço, inserido pelos objetos, naturais e artificiais. Numa contribuição mais recente, Santos (2006) afirma que o espaço é formado por “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2006, p. 39). O autor complementa afirmando que o espaço se configura, hoje, como uma artificialidade cada vez mais evidente, formado por um sistema de objetos e ações cada vez mais artificiais e tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes. Através dessas palavras, percebe-se a intenção do autor em afirmar que, ao longo da história, a natureza formada por objetos naturais vai sendo substituída pela natureza artificial, dotada de objetos fabricados, técnicos, mecanizados, fazendo com que esses ambientes artificiais tendam a funcionar como uma máquina.

A noção de espaço surge como produto extraído da história da humanidade, reproduzindo-se ao longo do tempo e, em cada momento da história, em função das estratégias e virtualidades contidas em cada sociedade. Para Carlos (2001), o espaço é o lugar onde se manifesta a vida. Ele é condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda sua multiplicidade. Para ele, se de um lado o espaço é um conceito abstrato, de outro tem uma dimensão real e concreta como lugar de realização da vida humana, que ocorre diferentemente no tempo e no lugar e que ganha materialidade por meio do território.

Lefebvre (2006) acredita que a concepção de espaço passa a ser concebida como um local de reprodução social, ou seja, ele reproduz as relações sociais de produção e não deve ser entendido como espaço absoluto, vazio e puro; nem como produto puro da sociedade, como diz a geografia tradicional.

Assim, Carlos (2001) corrobora a ideia de que a produção do espaço deve ser entendida sob dupla perspectiva: ao mesmo tempo em que se realiza um movimento que constitui o processo de mundialização da sociedade humana, acentua-se a fragmentação tanto do espaço quanto do indivíduo. Essa produção realiza-se no plano da vida cotidiana e aparece como forma de ocupação e uso de determinado lugar, em um movimento específico. Desse

modo, o espaço dominado, controlado, impõe novos modos de apropriação, pelo estabelecimento de novos usos que excluem/incluem os habitantes. A autora reitera sua abordagem numa contribuição mais recente, quando afirma que “o ato de produção da vida é, conseqüentemente, um ato de produção do espaço e sua apropriação” (CARLOS, 2011, p. 40-41). Dessa forma, pressupõe-se que a espacialidade das relações sociais pode, efetivamente, ser compreendida no plano da vida cotidiana e, a partir dela, articulada e redefinida como plano de reprodução das relações sociais. Nessa perspectiva, a produção se abre para a noção de apropriação, que se revela em atos e situações em que a ação humana se realiza produzindo um mundo real e concreto.

As condições históricas determinadas que estão na base da civilização envolvem as condições necessárias à manutenção da vida real através da satisfação das necessidades que mantêm os homens vivos, bem como sua procriação, como momentos da reprodução da espécie. Desse modo, Carlos (2011, p. 43-44) acredita que:

A formulação sobre a possibilidade do homem se autocriar no processo histórico, produzindo seu mundo com determinações próprias de cada época, abre a possibilidade de compreensão da produção do espaço como produto histórico, condição necessária da realização da vida material como conteúdo da práxis.

Tal processo aponta e situa o trabalho como mediação necessária entre o homem e a natureza, no sentido de tirar desta as condições necessárias à realização da vida. Assim, a produção do espaço tem por conteúdo relações sociais, mas também se cumpre numa materialidade como suporte das mesmas enquanto conjunto das relações cotidianas reais. O sujeito se realiza produzindo-se, numa luta frequente contra a natureza e entre as forças políticas e sociais.

Diante do exposto, percebe-se que a produção do espaço se insere na lógica da produção capitalista, que transforma todo o produto dessa produção em mercadoria.

Segundo Corrêa (2004), existem cinco agentes que produzem o espaço nas suas práticas cotidianas: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais ligados à indústria da construção civil; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos.

Para o autor, os grandes proprietários das indústrias e das grandes empresas comerciais, donos dos meios de produção, em razão da dimensão de suas atividades, são um dos mais efetivos agentes consumidores de espaço. Dessa forma, precisam de terrenos amplos

e baratos que acomodem as atividades de suas empresas. Suas raízes estão na propriedade fundiária, vestígio da história colonial do Brasil. São originários, também, dos descendentes de imigrantes, vinculados ao comércio de exportação-importação. São eles quem comandam a vida econômica e política do país.

Em se tratando dos proprietários fundiários, Corrêa (2004) aponta para os que podem exercer pressão junto ao Estado, especialmente na esfera municipal, visando interferir no processo de determinação das leis de uso do solo e do zoneamento urbano. Esta pressão não é feita uniformemente, nem beneficia a todos esses agentes. Alguns, os mais poderosos, poderão até ter suas terras valorizadas através do investimento público em infraestrutura, especialmente a viária.

Com relação a origem do promotor imobiliário, há desde o proprietário fundiário que se transformou em construtor e incorporador, ao progressivo comerciante que diferencia suas atividades criando uma incorporadora, passando pela empresa industrial, que em momentos de crise ou ampliação de seus negócios cria uma subsidiária ligada à promoção imobiliária. Tem como exemplo os grandes bancos e o Estado, que atuam como promotores imobiliários.

No tocante ao Estado como agente produtor do espaço, Corrêa (2004) lembra que é preciso considerar que sua ação se processa em três níveis político administrativo e espacial: federal, estadual e municipal. É no nível municipal, no entanto, que os interesses dominantes se tornam mais evidentes e o seu discurso menos eficaz. Afinal, muitos poderes sobre o espaço urbano estão garantidos na legislação municipal, poderes que, provavelmente, advêm de uma longa tradição, reforçada pelo fato de que, numa economia cada vez mais monopolista, os setores fundiários e imobiliários menos concentrados constituem-se numa produtiva área de atuação para as elites locais.

Os grupos sociais excluídos tornam-se, de fato, agentes formadores quando produzem seu próprio espaço. Na maioria dos casos são independentes e contrários a outros agentes. A produção deste espaço, geralmente, é uma forma de resistir e sobreviver às adversidades impostas a grupos sociais recém-expulsos do campo ou de áreas urbanas que foram submetidas às operações de renovação, pois lutam pelo direito a cidade.

Considerando os agentes produtores do espaço apontados por Corrêa (2004), a turistificação significa a materialização de espaços eleitos para a produção e consumo turísticos, ou seja, para que essas novas funcionalidades aconteçam, faz-se necessário prover um espaço geográfico com equipamentos e serviços turísticos, que são aqueles destinados a satisfação de necessidades, preferências e motivações dos turistas, como os serviços de alimentação, hospedagem, entretenimento, agenciamento e transporte. Em essência, deve-se

contemplar, também, os atrativos turísticos como elementos que integram o espaço e são capazes de atrair turistas, ou seja, provocar deslocamentos. Além dos elementos físicos destinados basicamente para atender os turistas, o espaço turístico necessita ser provido de um sistema de serviços urbanos de apoio ao turismo, ou seja, serviços disponíveis para a população residente. Como exemplo, existem os variados serviços urbanos, entre eles: serviços bancários, de saúde, de segurança, de transporte e os de infraestrutura básica destinada ao atendimento da população, mas que também beneficiam os turistas, como rede de energia, comunicação, sinalização e iluminação.

Nesse mesmo segmento, Knafou (1996) proporciona uma análise da seletividade espacial no turismo. Esses fatores são denominados fontes de turistificação de lugares e territórios e compreendem, além do turista, o mercado e os planejadores territoriais. Assim, o autor aponta três fontes como alimentos do processo da relação entre turismo e território: os turistas, que estão na gênese do turismo, promovendo a criação de lugares turísticos; o mercado, que tem por finalidade principal a geração e a disposição de produtos turísticos, sendo visto como a segunda fonte de criação desses lugares; e os planejadores e promotores territoriais, que tratam de iniciativas locais, regionais e/ou nacionais no esforço de planejamento, cuja intenção é o desenvolvimento local. Para o autor, essas três lógicas são essenciais para a compreensão da existência do turismo e dos lugares turísticos, nas quais “a ligação dos três atores mencionados é desigual e, em todos os casos, o processo de turistificação não vem do próprio lugar” (KNAFOU, 1996, p. 71).

O autor ainda expõe necessidades para a ocorrência de territórios turísticos, uma vez que é necessário, minimamente, a reunião de condições materiais, recursos financeiros e tempo livre para a prática desta atividade. Dessa forma, apesar do progresso dos transportes e da ideia de acessibilidade a qualquer local, Knafou (1996) aponta uma grande quantidade de pessoas e lugares que não fazem parte do mundo do turismo. Para ele, esses lugares correspondem aos territórios sem turismo e são cada vez mais raros.

O autor considera, também, que existe o caso do turismo sem território. Ele refere-se a produtos turísticos que ignoram por completo os territórios em que estão inseridos. A forma mais completa de “turismo sem território, isto é, do turismo que se contenta com sítios e lugares equipados, é o turismo ‘fora do solo’, quase completamente indiferente à região que o acolhe e onde a extensão planejada nada mais é que um espaço-receptáculo” (KNAFOU, 1996, p. 72). Esse tipo de relacionamento do turismo com o território está presente em *Center Parks e Resorts* que criam seu próprio ambiente e, teoricamente, podem ser instalados em

qualquer ponto, possuindo como fatores mais relevantes a acessibilidade ou proximidade de mercados potenciais.

A terceira possibilidade de relação entre turismo e território corresponde à existência de territórios turísticos, ou seja, “territórios inventados e produzidos pelos turistas, mais ou menos retomados pelos operadores turísticos e pelos planejadores” (KNAFOU, 1996, p.73). O poder de mercado e dos promotores territoriais define e delimita lugares turísticos, criando a impressão de controle da direção dos fluxos turísticos. Isso pode acarretar problemas de planejamento, já que não abrange somente o espaço pretendido, mas toda a sociedade envolvida.

Neste sentido, os agentes se unem para resultar em uma representação do espaço, que deixa de ser espaço para se tornar o território visto e/ou vivido. Portanto, o território turístico se formará através de uma prática social e uma rede de interesses e exercício de poder que envolvem os fatores sociais, políticos e econômicos dos atores envolvidos - empresários, políticos e população local – que almejam o desenvolvimento local com inserção do turismo.

Carvalho (2009, p. 22) destaca o turismo:

Enquanto um fenômeno social e que tem por objeto de consumo o espaço, transforma-o em mercadoria pela sua lógica capitalista, uma vez que esta atividade não está alheia ao que acontece no mundo, pelo contrário, o mesmo também é ditado pelas normas atuais vigentes.

Dessa forma, o turismo é considerado um fenômeno apto a transformar e (re) organizar o espaço geográfico ao territorializá-lo - numa relação de poder imposta pelo capital - sendo capaz de provocar (des) territorialização e (re) territorialização do espaço, ou seja, abandonar territórios e fundar novos.

O espaço turístico não corresponde apenas a um determinado tipo de atrativo, ele é a soma dos aspectos geográficos, históricos, culturais, equipamentos e serviços constituintes no espaço (CARVALHO, 2009). Assim, ele não deve ser analisado numa visão estreita, mas integrado ao conjunto de relações de dominação e apropriação, evidenciando, dessa forma, não apenas o aspecto econômico, mas também o natural, social e cultural. Então, é possível dizer que o espaço representa a matéria prima para o consumo do turismo, ou seja, o território turístico se forma a partir do espaço. Costa (2010, p. 41) define o espaço turístico como um espaço socialmente produzido e convertido em mercadoria, “passando ar os ditames de toda a lógica de ordenamento e condução da vida de muitas cidades”. O autor destaca, também, a função produtiva que esta atividade assume quando cria e recria novas formas de arranjos

espaciais através da geração de serviços que precisam ser comercializados turisticamente. É o caso das “redes de empresas, serviços específicos, infraestrutura, órgãos públicos setoriais, postos de trabalho, etc.” (COSTA, 2010, p. 41-42).

Logo, Cruz (2010, p. 23) entende que “se a produção do espaço é um processo complexo e conflituoso, entender a participação do turismo no mesmo requer o desvendamento de sua natureza, de sua complexidade e de seus conflitos”. Para a autora, o uso do espaço pela atividade turística forma o que se conhece como “território turístico”, isto é, pequenas partes do espaço geográfico em que a produção do turismo foi e ainda é decisiva. Com isso, o que se observa é que o turismo nasce como um dos vieses para a procura de crescimento local, visto que uma localidade, em todos os casos, é afetada com a deterioração de suas riquezas naturais e culturais. Dessa maneira, compreende-se o quanto o planejamento no turismo é importante para o desenvolvimento de um local, levando em consideração o fato de ser um processo contínuo, que necessita estar constantemente em avaliação e, à medida que for necessário, ser submetido a alterações e mudanças para responder as novas exigências do mercado, sem comprometer o uso do espaço e os princípios da sustentabilidade.

Em relação ao espaço turístico, observa-se que a sua valorização através de políticas públicas envolve variáveis além da questão monetária. Este espaço se valoriza tanto pelas tomadas de decisões públicas quanto privadas, transformando o espaço, a paisagem e, conseqüentemente, o lugar. Aspectos como a ocupação urbana, implantação de infraestrutura, saneamento, equipamentos de hospedagem e lazer, estradas e rodovias são elementos que influenciam o processo de produção dos espaços. Cruz (2003) destaca que o turismo introduz no espaço objetos (técnicos) definidos pela possibilidade de permitir o desenvolvimento da atividade. Para ela, “a dinâmica da produção de territórios turísticos (ou seja, da apropriação dos espaços pela prática social do turismo) comporta, com a incorporação de novos espaços, o abandono parcial ou total de outros”. (CRUZ, 2003, p. 12).

Os espaços litorâneos, geralmente, são inseridos em processos de “turistificação<sup>14</sup>”, e desde que permaneçam sendo interesse do capital, continuam em expansão, e a tendência está sendo cada vez mais acelerar o crescimento dos equipamentos e fluxos turísticos nessa área. Dessa forma, o turismo tornou-se importante para os estudiosos no tocante a análise e compreensão do chamado desenvolvimento local - e da própria sociedade - assim como dos problemas que esta atividade provoca.

---

<sup>14</sup> A turistificação ocorre quando um espaço é apropriado pelo turismo, fazendo com que haja um direcionamento das atividades para o atendimento dos que vem de fora, alterando a configuração em função de interesses mercadológicos (ISSA, Y. et. al, 2006).



Assim, é importante reconhecer que as políticas de turismo afetam de forma contundente os espaços de um determinado destino turístico, e que seus efeitos influenciam diretamente o dia a dia do funcionamento do local.

No município de Areia Branca/RN, essa produção do espaço obedece a critérios locais, mas os aspectos globais também estão no local. Assim, apesar de não ser uma cidade turisticamente moderna (do ponto de vista econômico) na sua produção do espaço, é uma cidade que vem se inserindo numa lógica global de reprodução do capitalismo, e que escolheu a atividade turística como uma atividade econômica complementar para o seu território.

Areia Branca possui uma população estimada em 27.176 habitantes (IBGE, 2016) e está localizada a 327 km da capital do Estado do Rio Grande do Norte - RN (Natal) e a 287 km da capital do Ceará - CE (Fortaleza). O principal meio de acesso é rodoviário, por meio da BR 110, distante apenas 47 km de Mossoró-RN, segunda maior cidade do Estado do RN que, por sua vez, é adjacente de municípios cearenses de alto fluxo turístico - como Canoa Quebrada (Aracati - CE), por exemplo - o que poderá contribuir significativamente para o aumento do fluxo de visitantes (COSTA; SOUZA, 2010), pois ao divulgar o município turisticamente nessas localidades - que já possuem o turismo consolidado - os turistas poderão visitar o município por considerá-lo de fácil acesso, podendo retornarem como turistas do local e/ou atraírem novos visitantes.

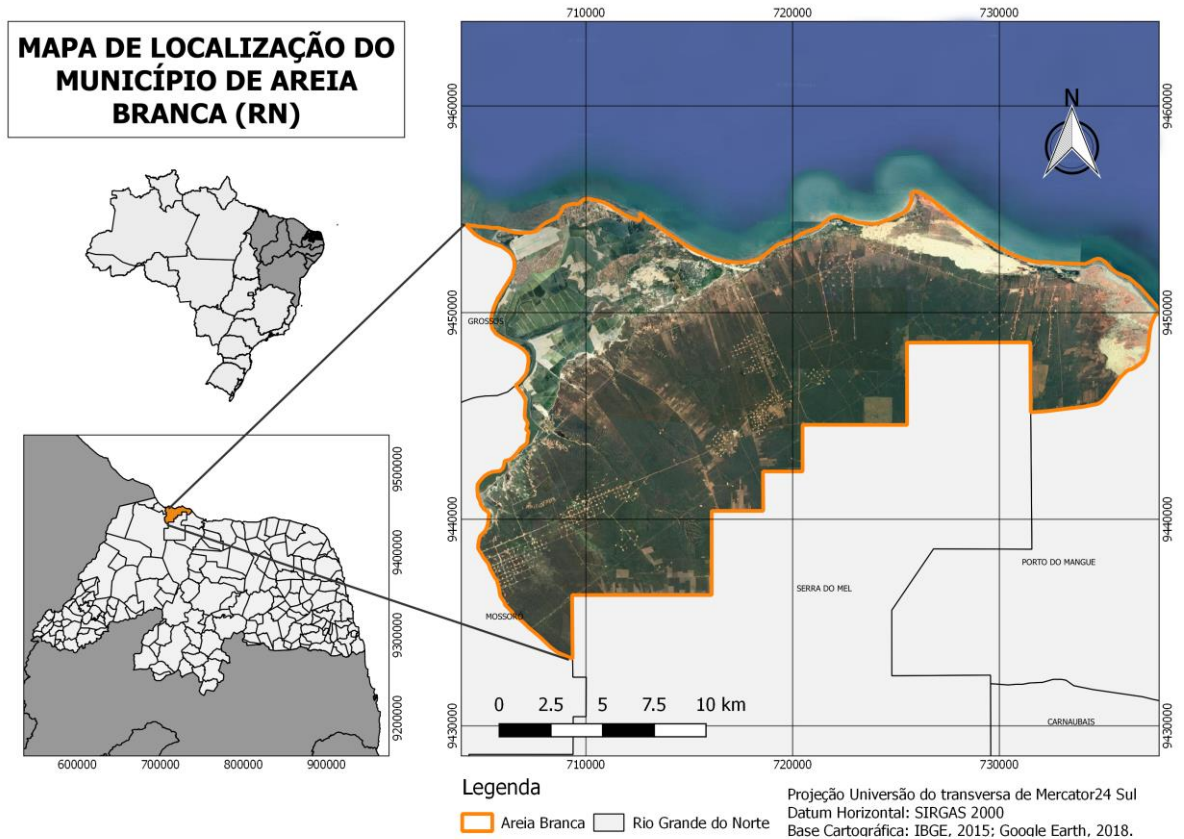
Chega-se a cidade, também, por via fluvial, através da travessia de veículos e passageiros realizada por lanchas e balsas que trafegam pelo Rio Apodi-Mossoró (chamado também de Rio Ivipanim) entre os municípios de Grossos-RN e Areia Branca.

A cidade possui uma vasta área litorânea<sup>15</sup> composta por atrativos naturais praticamente inexplorados pela atividade turística (praias, dunas e falésias), num cenário onde se observa o encontro do sertão com o mar através da presença de mandacarus<sup>16</sup>. Possui como fonte de riquezas econômicas o sal, o petróleo, a pesca, o terminal portuário e, recentemente, a energia eólica, de onde são extraídas as bases da economia local. Segue o mapa 02 de localização da cidade:

---

<sup>15</sup> O litoral areia-branquense é composto por seis principais praias: Upanema, Baixa Grande, São Cristóvão, Redonda, Morro Pintado e Ponta do Mel.

<sup>16</sup> Essa planta é típica da caatinga, possui água no caule e nos espinhos e pode resistir a períodos de forte estiagem no sertão.



**Mapa 02 - Localização do Município de Areia Branca, RN**

Os primeiros sinais da povoação de Areia Branca datam de 1641 (GURGEL, 2002), quando navegadores holandeses descobriram a existência de sal cristalizado nos baldes naturais da foz do rio Mossoró. A história registra que, mesmo após a expulsão dos holandeses do Brasil, já existiam núcleos habitacionais à direita da Ilha de Maritacaca (Upanema, Redonda e Ponta do Mel), como era chamada a antiga Areia Branca. Coberto por uma vegetação de árvores nativas, o território possuía apenas poucas palhoças improvisadas por pescadores que costumavam exercer suas atividades à margem direita do rio, próximo a sua foz, que serviam apenas para se abrigarem dos raios solares durante suas pescarias. Em 1867, o Governo Provincial decidiu transferir o armazém da Jurema – barracão construído para armazenamento das mercadorias em trânsito para Mossoró e outras áreas – para a Ilha das Areias Brancas, visando facilitar o comércio existente entre a Freguesia de Santa Luzia de Mossoró e as embarcações que vinham para o Porto de Jurema e Porto da Ilha através do referido rio. Nas palavras de Medeiros (1978, *apud* SILVA, 200-):

A esta época, na ilha a beira da maré, existiam 4 a 5 ranchos de palha (sic) de coqueiros pertencentes a Francisco Gomes da Silva e seus filhos e irmãos,

moradores que eram no próximo povoado da Barra. Estes ranchos, porém, não constituíam (sic) habitações. Os moradores da Barra e Grossos, proprietários de canoas e armadilhas de pesca mantinham esses ranchos na ilha das areias brancas com o fim exclusivo de abrigarem os pescadores da canícula na “espera maré” e (sic) aguardarem a hora propícia para lançarem as redes de tresmalhos.

Em 1870, João Francisco de Borja (Joca Soares), um abastado comerciante mossoroense, resolveu transferir-se, juntamente com sua família, de sua cidade natal para Areia Branca, antevendo assim o desenvolvimento local em faces de sua posição estratégica – próxima ao rio Mossoró – e da vinda do referido armazém para o território. Joca Soares foi um forte incentivador à povoação da localidade, pois além da construção de sua residência, desenvolveu atividades comerciais na região através da edificação de uma padaria e de um açougue, o que serviu de impulso a outros investidores. Estimulava moradores de núcleos habitacionais vizinhos a se mudarem para o local, e o primeiro a atender a sua convocação foi João Menino, um morador do pequeno povoado da Barra. Pouco a pouco o lugar foi se desenvolvendo, e atraídos por este fato vários moradores de Upanema, Grossos, Barra e Redonda abandonaram seus antigos povoados e foram habitar em Areia Branca. Numa análise sobre o perfil de Joca Soares, Silva (2001) comenta que ele:

Teve um espírito empreendedor e de liderança, visto que, enfrentou e veio morar nesta localidade quando ainda ninguém a habitava no *stricto sensu* da palavra, cogitando que o local pudesse se desenvolver, devido a instalação neste local, do armazém do Governo Provincial. Sua cogitação passo (sic) a concretizar-se, graças a sua coragem para dar o primeiro passo (SILVA, 2001).

Outro fato que contribuiu para o aumento populacional da comunidade, segundo Silva (2001), foi a invasão de retirantes vindos dos sertões tangidos pela fome, consequência da seca de 1877-1879 que atingiu todo o Nordeste brasileiro. Pare ele, as proximidades do mar e a presença do rio Mossoró foram responsáveis por atrair estes “flagelados” famintos ao povoado, pois eles perceberam as facilidades que encontrariam para desenvolver atividades pesqueiras. O autor ainda ressalta que este fato contribuiu significativamente para os impactos ambientais decorrentes do desmatamento e da degradação do solo, pois em pouco tempo, a exuberante vegetação que cobria o lugarejo foi dando lugar às choupanas improvisadas pelos sobreviventes desta seca.

Areia Branca foi se popularizando gradativamente com o passar dos anos, e na década de 1920 o município foi projetado por um arquiteto e urbanista italiano chamado Giácomo

Palumbo, o mesmo responsável pela elaboração do “Plano de Sistematização Urbana de Natal” que, segundo Gurgel (2002), trouxe grandes benefícios para o desenvolvimento urbanístico da capital potiguar. Palumbo foi contratado por Francisco Fausto de Souza (Coronel Fausto), o mais “famoso” parente de Joca Soares, que naquela época possuía o cargo de Presidente da Intendência<sup>17</sup> de Areia Branca, sendo mais tarde eleito o primeiro prefeito da cidade. Fausto prestou um papel relevante na estrutura física da localidade, pois ao implantar rigorosamente o projeto elaborado por Palumbo, transformou um amontoado de casas e ruas mal traçadas construídas sem qualquer alinhamento, num “exemplo de planejamento”<sup>18</sup> urbanístico que vigora até os dias atuais. No meio da Vila, traçou um eixo central perpendicular ao rio Mossoró, onde se situam, até hoje, os principais prédios públicos da cidade (igreja, praça, prefeitura, mercado público, usina, escola, praça de esportes (onde se localiza o INSS<sup>19</sup> atualmente), correios, clube, posto de saúde, praça e maternidade). Demarcou duas ruas paralelas ao eixo principal – destinadas a comércios e serviços – e ruas transversais destinadas às residências.

A ampliação territorial, que se deu através da construção de novas casas e pequenos comércios, abriu outras ruas que foram até os limites da ilha, caracterizando a cidade aos dias atuais.

---

<sup>17</sup> Intendente era o administrador que exercia o cargo correspondente ao de prefeito atual. Coronel Fausto conseguiu eleger-se presidente da Intendência de Areia Branca em 1915, permanecendo neste cargo até 1929, ano em que uma Lei Federal transformou as Intendências em Prefeituras Municipais. Elegeu-se prefeito no ano seguinte e governou a cidade até 1931, quando veio a falecer aos 70 anos de idade. (GURGEL, 2002).

<sup>18</sup> Este termo (exemplo de planejamento) foi usado por Gurgel (2002) provavelmente com o intuito de passar ao leitor uma imagem de cidade-modelo, talvez para incitar a curiosidade dos que ainda não a conhece.

<sup>19</sup> Instituto Nacional de Seguridade Social.

### 3 METODOLOGIA

O estudo em questão representa uma perspectiva crítica, assim como esboçado pela *Geografia Crítica*. Apesar de trabalhar a questão ambiental, não cai no discurso do sistemismo funcionalista, cuja visão de mundo está alicerçada na perspectiva da organicidade (coesão) do mundo social. Do mesmo modo, apesar da utilização de questionários, esta pesquisa também não cai na causalidade do positivismo, cuja quantificação do mundo limita os aspectos sensíveis da realidade subjetiva. Destarte, optou-se pela Geografia Crítica, de inspiração materialista, tendo como autores fundamentais, por exemplo, Milton Santos, Roberto Lobato Correa e Rita Cruz. Busca-se, com isso, observar a questão ambiental perpassada pela dinâmica contraditória existente entre estado, mercado e sociedade, analisando a lógica desigual promovida pela produção dos espaços turísticos.

Em termos operacionais, este estudo se baseia, metodologicamente, na realização de pesquisas bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de registros disponíveis em trabalhos e estudos anteriores, constituídos principalmente de livros e artigos científicos, assim como revisão da literatura visando levantar estudos empíricos já realizados sobre este recorte espacial e/ou outros similares. É através da pesquisa bibliográfica que se consegue subsídios para a construção de bases teóricas e conceituais e para a elaboração de estruturas de análise para a investigação do objeto de estudo. Para Gil (1989, p. 71), “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Esse tipo de pesquisa tem por finalidade investigar as diferentes contribuições científicas sobre determinado tema, de forma que se possa utilizá-la para confirmar, confrontar ou enriquecer as proposições existentes.

A pesquisa documental foi realizada através da busca e análise de documentos (planos e/ou projetos voltados para a atividade turística e o meio ambiente) existentes na Secretaria Municipal de Serviços Públicos, Urbanismo e Obras, visando averiguar a existência e eficácia dos mesmos e quais medidas de minimização de danos socioambientais são abordadas por eles. Foi analisado especialmente o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Areia Branca e o Plano de Governo para Areia Branca, 2016-2020, registrado no TSE. Verificou-se, através de visita *in loco*, a ausência de um inventário turístico e/ou um plano de desenvolvimento turístico elaborado pela Gerência de Turismo do município.

A etapa da pesquisa de campo refere-se, inicialmente, à investigação de fatos e fenômenos que ocorrem num determinado espaço geográfico onde é identificado um fato social – um problema – que, primeiramente, passa a ser examinado no próprio local, para depois encaminhá-lo a estudos e explicações através de métodos e técnicas científicas. Gil (1989) esclarece que “a análise e interpretação dos dados serão realizadas com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado” (GIL, 1989, p. 76). Na pesquisa de campo, foram necessários os seguintes procedimentos: I - Levantamento e descrição das atividades terciárias (turísticas) ao longo da orla; II - Check list dos problemas ambientais observados *in loco*; III - Aplicação de questionários com os empreendedores turísticos (proprietários de hotéis, pousadas, bares e restaurantes localizados na faixa de praia); IV - Entrevista com o poder público local (Secretaria Municipal de Serviços Públicos, Urbanismo e Obras).

### **3.1 Levantamento e descrição das atividades terciárias (turísticas) ao longo da orla:**

Este levantamento foi realizado através de visitas *in loco* aos estabelecimentos turísticos situados na orla de Areia Branca/RN, visando fazer reconhecimento da área e descrever o objeto de estudo.

O estudo buscou atingir um caráter censitário, todavia, esbarrado na existência de alguns empreendimentos fechados e/ou sem funcionamento. Levantamos 42 empreendimentos (hotéis, pousadas, bares e restaurantes) diretamente estabelecidos na faixa de praia do litoral areia-branquense, de modo que conseguimos ter acesso a 32 deles. O estudo se deu, destarte, por acessibilidade.

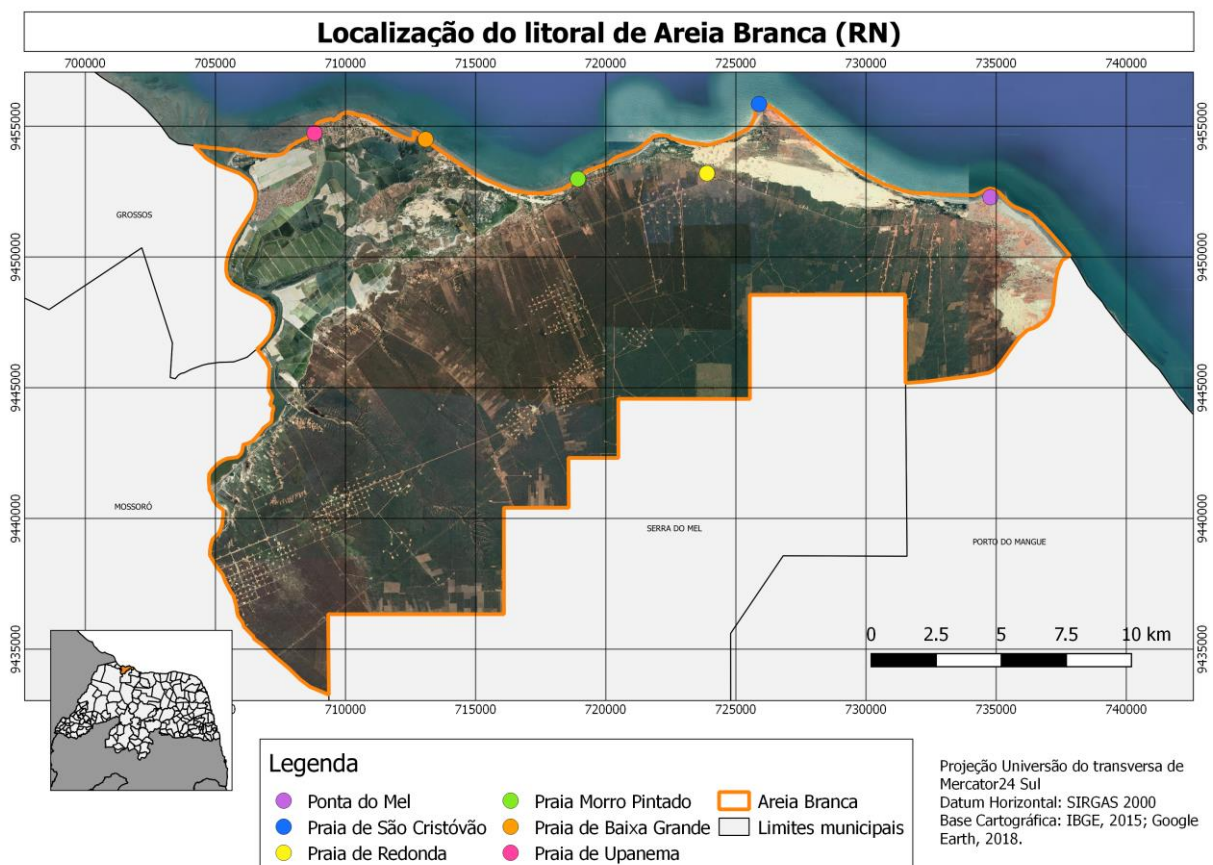
### **3.2 Check list dos problemas ambientais observados *in loco***

Esta etapa da pesquisa consistiu na identificação e categorização dos problemas ambientais observados ao longo da orla, ocasionados a partir da oferta dos serviços turísticos da cidade (bares, restaurantes, meios de hospedagem, etc.) e da possível negligência por parte do poder público, apontando os instrumentos e o comportamento dos produtores e usuários consumidores desses serviços em relação à preservação do meio ambiente. Teve como objetivo identificar os pontos críticos desses setores.

Segundo Carvalho e Lima (2010), o check list é um dos métodos mais utilizados na

avaliação de problemas ambientais, pois consiste na “identificação e enumeração dos impactos, a partir da diagnose ambiental realizada por especialistas dos meios físico, biótico e socioeconômico” (CARVALHO; LIMA, 2010, p. 5). Assim, esse instrumento possibilitará relacionar os problemas decorrentes das fases de implantação e operação dos empreendimentos, categorizando-os em positivos ou negativos, conforme o tipo da modificação antrópica que esteja sendo introduzida no local. De acordo com Rovere (1992), “os métodos check-lists são relações padronizadas de fatores ambientais a partir das quais identificam-se os impactos provocados por um projeto específico” (ROVERE, 1992, p. 15). Carvalho e Lima (2010, p. 6), por sua vez, ressaltam que as vantagens desse método estão no seu “emprego imediato, na avaliação qualitativa dos impactos mais relevantes e na sua capacidade em ajudar a lembrar todos os fatores ambientais que podem ser afetados, evitando omissões de impactos relevantes”. O objetivo do check list é servir como uma ferramenta prática de apoio em todas as fases da criação do questionário (próxima fase da pesquisa de campo), isto é, sua abrangência deve possibilitar consultá-lo antes, durante e depois de se elaborar as questões.

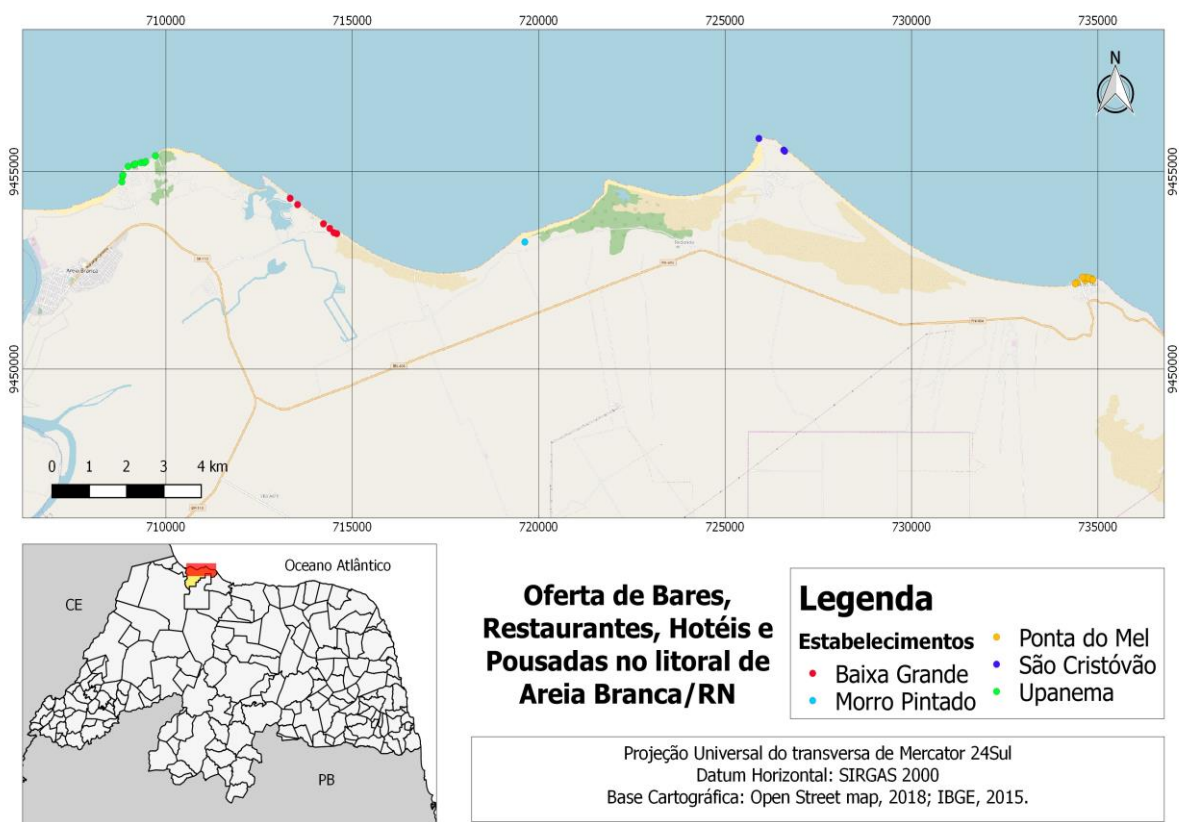
O check-list foi realizado em toda faixa das principais praias do município, englobando as praias elencadas conforme mapa 03 a seguir:



**Mapa 03 - Litoral de Areia Branca, RN**

### 3.3 Aplicação de questionários com os empreendedores turísticos (donos de empreendimentos situados ao longo da orla)

Foram aplicados um total de trinta e dois (32) questionários com os proprietários dos meios de hospedagens, alimentos e bebidas, localizados ao longo da orla. No Mapa 04 a seguir, tem-se uma genérica espacialização<sup>20</sup> do entorno espacial das empresas captadas pelo presente estudo.



**Mapa 04 - Oferta de Bares, Restaurantes, Hotéis e Pousadas no Litoral**

Os questionários abordaram questões fechadas, visando identificar as possíveis ações de preservação ambiental desenvolvidas pelos donos dos empreendimentos turísticos situados ao longo da orla. De acordo com Marchesan e Ramos (2012), os “questionários são instrumentos desenvolvidos para medir características importantes de indivíduos e para coletar dados que não estão prontamente disponíveis ou que não podem ser obtidos pela

<sup>20</sup> A proximidade das empresas terminou, no mapa, sobrepondo os pontos de localização. Deste modo, o mapa em questão serve mais como uma referência genérica do que como técnica de geo-referenciamento da oferta de serviços no litoral areia-branquense.



observação” (MARCHESAN; RAMOS, 2012, p. 452). Por sua vez, Gil (1989) esclarece que o questionário é uma “técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.” (GIL, 1989, p. 124).

### **3.4 Entrevista com o poder público local (Secretaria de Serviços Públicos, Urbanismo e Obras)**

A entrevista foi realizada de forma estruturada (questões pré-definidas), com o objetivo de revelar não só o entendimento do entrevistado, como também o seu nível de informação e os instrumentos que estão sendo utilizados - ou os que pretendem utilizar - para minimizar os possíveis danos ambientais ocasionados mediante o desenvolvimento e a oferta dos serviços turísticos.

Vergara (2009) considera a entrevista uma situação social complexa, pois “representa uma teia de elementos de toda ordem, que dizem respeito à objetividade e à subjetividade do entrevistador e do entrevistado, bem como das realidades nas quais estão inseridos” (VERGARA, 2009, p. 4). Dessa forma, ela requer do pesquisador o domínio de referências, tanto das teorias quanto da metodologia, para facilitar a captação de sinais nem sempre explícitos pelo entrevistado, assim como possibilitar melhorias e redirecionar perguntas, sempre com o cuidado de excluir a tendenciosidade.

Por meio deste estudo espera-se que seja possível comprovar que o desenvolvimento do turismo de massa, no atual momento, trará consequências reversas às pretendidas por esses atores sociais, pois apesar da atividade turística ser ainda limitada, amadora e incipiente, neste recorte espacial já podem ser observados certos tipos de danos ocasionados pelos empreendimentos pretensos ao turismo, tais como poluição visual, poluição sonora, poluição do solo pelo lançamento de águas residuais diretamente no solo e pela destinação incorreta de resíduos sólidos, especulação imobiliária, precariedade laboral, etc.

No contexto do turismo litorâneo do município de Areia Branca/RN, espera-se contribuir com a geração de conhecimentos relevantes para a compreensão dos problemas que o turismo provoca nas localidades onde se desenvolve, visando a conscientização dos atores sociais (empreendedores, poder público, população) acerca dos impactos causados pela atuação dos empreendimentos turísticos local.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 NATUREZA E SOCIEDADE NA ORLA AREIA-BRANQUENSE: CHECK-LIST AMBIENTAL E ESPACIALIZAÇÃO DOS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS

Apesar de pequena e “rica” em termos econômicos, o município de Areia Branca/RN vive hoje um contraste social bastante alarmante por possuir sua renda distribuída de forma assimétrica<sup>21</sup>, sendo esta centrada numa minoria populacional. Isso proporciona à cidade um alto índice de pobreza, pois mais da metade da população é de baixa renda<sup>22</sup>, o que ocasiona uma considerável disparidade entre ricos e pobres.

Além disso, o município é carente em infraestrutura, possuindo um precário serviço médico-hospitalar<sup>23</sup>, assim como escolas mal estruturadas e falta de transportes para se deslocar até o interior, local onde se encontra a maior parte de sua riqueza natural.

Por ser dotada de atrativos naturais como praias, dunas e falésias, Areia Branca é considerada, discursivamente por alguns atores sociais locais (poder público, empresários e residentes), uma cidade “potencialmente” turística. Logo, devido esses atrativos naturais, a localidade tem sido alvo de ações, desde o início deste breve século, que visam transformá-la em “cidade turística” com o objetivo de atrair emprego e renda para a população residente. Inicialmente, foi contratado o Plano de Ação Turística da cidade (PAT), programa elaborado pelo consultor Milton Guedes que contemplava vários projetos destinados ao desenvolvimento turístico do município com uma visão anunciada para a “sustentabilidade”. Numa sondagem exploratória junto ao poder público municipal (secretaria de turismo), constatou-se que este plano, basicamente, não saiu do papel, e está praticamente esquecido pelo atual governo municipal.

No município, percebe-se a precariedade dos equipamentos turísticos existentes, visto que, atualmente, não poderia atender um possível aumento da demanda turística. Percebe-se também a instabilidade dos trabalhos oferecidos neste setor à população local, pois a maioria dessa mão de obra trabalha além da carga horária prevista<sup>24</sup> e não possui carteira assinada,

---

<sup>21</sup> A cidade possui uma população estimada em 27.401 habitantes (IBGE, 2017) e um PIB *per capita* de R\$ 24.205,18/hab, o que se mostra bastante alta comparada à Natal (capital do Estado), cuja população e PIB *per capita* são de 885.180 hab e R\$ 24 029,17/hab respectivamente, e à Mossoró (segunda maior cidade do Estado), que possui uma população de 295.619 hab e um PIB *per capita* de R\$ 20.983,80, (IBGE, 2015).

<sup>22</sup> Segundo IBGE (2003), 60,03% da população areiabranquense vivem em condições de pobreza

<sup>23</sup> O sistema de saúde do município não atende as necessidades da população no presente momento, pois o número de leitos é insuficiente e o atendimento é feito preferencialmente na cidade vizinha (Mossoró).

<sup>24</sup> A partir do dia 11 de novembro de 2017, com a atualização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) - através da Lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017-, a jornada de trabalho, que antes era fixada em 8 (oito) horas

recebendo provavelmente remuneração inferior a um salário-mínimo. A falta de qualificação profissional no setor é outra deficiência registrada, assim como a escassez de infraestrutura da maioria dos empreendimentos “turísticos” existentes.

Andar pelo litoral areia-branquense nos revelou algumas faces contraditórias do desenvolvimento de uma rudimentar economia dos serviços na orla. Foi perceptível que não há uma densa expansão do terciário na faixa de praia, conforme exposto nos capítulos anteriores<sup>25</sup>. Mesmo assim, verificou-se que o mínimo de terciarização da faixa de praia termina ocasionando alterações na paisagem e problemas de ordem ambiental, sobretudo em razão da ausência efetiva<sup>26</sup> do poder público em regular o uso do solo e do caráter familiar das atividades econômicas desenvolvidas. A improvisação das barracas de praia, aliada a falta de infraestrutura de gestão pública de resíduos sólidos, esgoto e abastecimento de água, termina imprimindo na paisagem litorânea cenas de degradação ambiental, algumas mais pontuais, outras mais preocupantes.

Com base na categorização pensada por Corrêa (2004) e numa breve observação *in loco* realizada na orla do município no dia 15 de janeiro de 2018, o município de Areia Branca-RN apresenta os cinco agentes produtores do espaço pretensamente turístico, embora atuando aleatoriamente e de forma tímida no território: os proprietários dos meios de produção, representados basicamente pelos donos de alguns estabelecimentos de alimentos e bebidas e hospedagem; os proprietários fundiários, donos dos condomínios localizados nas Praias de Upanema e São Cristóvão; o promotor imobiliário (aqueles que vendem os terrenos para as construções imobiliárias); o Estado (que atua através do Polo Costa Branca e da prefeitura municipal, mesmo agindo, ainda, com intuito de alavancar o turismo); e os grupos sociais excluídos representados, basicamente, pelos pescadores e marisqueiras, que fornecem os produtos do mar para os proprietários de estabelecimentos de alimentos e bebidas, e que buscam se inserir no jogo desigual e contraditório de um território que se tece na busca por uma atividade que não dispõe de condições estruturais pra sua efetivação.

---

diárias, passa a autorizar uma jornada de 12 (doze) horas diárias (em todas as atividades), desde que o funcionário trabalhe por 12 horas consecutivas e folgue nas próximas 36 horas. Essa possibilidade já existia antes da reforma trabalhista, porém era restrita a algumas atividades. É preciso destacar que essa jornada, para valer, precisa ser estabelecida em acordo ou convenção coletiva. O acordo individual é válido somente no setor da saúde.

<sup>25</sup> Não há desenvolvimento, no sentido qualitativo do conceito, tampouco há a concretude de uma rede de serviços turísticos ao longo da orla.

<sup>26</sup> Dizemos “efetiva” em razão do fato da Prefeitura dispor de um Plano Municipal de Saneamento Básico, contudo, ainda na fase de implantação na zona urbana e distante de se solidificar na faixa de praia e nas áreas rurais do município.

Os empresários dos meios de hospedagem, bares, restaurantes e barracas de praia, concentram-se na faixa litorânea das comunidades e na sede do município. São de origem do município em sua maioria, embora existam empreendedores de cidades vizinhas e até de outros Estados, como é o caso da pousada e restaurante “Oasis Mel Beach”, empreendimento localizado na Praia de Ponta do Mel, que oferece um ambiente diferenciado - comparado aos outros empreendimentos vizinhos - em termos de infraestrutura, como mostram as ilustrações a seguir:



**Figura 01 – Oasis Mel Beach - Praia de Ponta do Mel**  
Foto: Erika Souza (2018)

Outro estabelecimento que merece destaque é o Hotel Costa Atlântico – único hotel da cidade atualmente. Localizado na Praia de Upanema, o hotel oferece um restaurante aberto ao público, que se destaca pela sua infraestrutura e pelos equipamentos de lazer ofertados (figuras a seguir):



**Figura 02 – Hotel Costa Atlântico - Praia de Upanema**  
Foto: Erika Souza (2018)

Além do Hotel Costa Atlântico e do restaurante e pousada “Oásis Mel Beach”, existem, atualmente, outros meios de hospedagem localizados ao longo da orla. A maioria das empresas é administrada por familiares e possuem infraestrutura simples.

Os proprietários das barracas de praia também são considerados importantes agentes produtores do espaço em Areia Branca - segundo categorização apontada por Corrêa (2004) – pois esses estabelecimentos são, em sua maioria, administrados pelas famílias e estruturados de forma limitada, implicando numa expressiva precariedade de infraestrutura. Por ser de administração familiar, utilizam trabalho informal e mão de obra precária, baseada numa organização primitiva das atividades, sem se preocuparem com a publicidade e propaganda, pois geram renda apenas para suas sobrevivências. Seguem abaixo imagens dos estabelecimentos:



**Figura 03 – Barracas da Praia de Baixa Grande**  
Foto: Erika Souza (2018)



**Figura 04 – Barracas da Praia de Ponta do Mel**  
Foto: Erika Souza (2018)

Ainda com relação às barracas, observou-se que os banheiros são improvisados e não há saneamento. Pode-se observar que os efluentes são direcionados para fossas, algumas bem próximas à faixa de praia e sem a correta impermeabilização, podendo ocasionar contaminação do lençol freático em caso de aumento de fluxo. As figuras a seguir mostram a situação:



**Figura 05 – Fossa próxima à faixa de praia - Praia de Upanema**  
Foto: Erika Souza (2018)



**Figura 06 – Banheiros próximos à faixa de praia - Praia de Baixa Grande**  
Foto: Erika Souza (2018)

Observa-se, também, que as águas residuais de alguns estabelecimentos são direcionadas às caixas coletoras de gorduras, mas apesar de serem um receptor adequado para águas residuais, estão localizadas próximas à faixa de praia que, em dias de maré alta, podem

romper-se e misturar-se às águas do mar, causando conseqüentemente, poluição das águas e do solo. É o que nos mostram as imagens seguintes:



**Figura 07 – Caixa coletora de gorduras – Barraca da Praia de Baixa Grande**  
Foto: Erika Souza (2018)



**Figura 08 – Caixas coletoras de gorduras – Barraca da Praia de Upanema**  
Foto: Erika Souza (2018)

Em entrevista com os empresários e o poder público municipal (detalhada no próximo item), constatou-se que na maior parte da orla não há rede de abastecimento de água. A água é oriunda de escavação de poços ou através de caminhões pipas, que abastecem as comunidades uma vez no mês. As águas vindas dos poços podem ocasionar riscos à saúde da população, já



que existem fossas na faixa da orla que podem contaminar o lençol freático, utilizado como recurso hídrico para retirada da água dos poços.



**Figura 09 – Caixa d’água – Barraca da Praia de Baixa Grande**

Foto: Erika Souza (2018)



**Figura 10 – Poço para abastecimento de água - Praia de São Cristóvão**

Foto: Erika Souza (2018)

A barraca “Fenda do Biquíni”, localizada na Praia de São Cristóvão, possui características distintas com relação às outras barracas presentes na orla, por oferecer uma gastronomia particular e possuir atendimento diferenciado aos adeptos do Reggae, único gênero musical permitido no local. Apesar de possuir, aparentemente, estrutura um pouco superior às outras, a “Fenda do Biquíni” é abastecida com água de poço e, assim como as outras, possui fossa próxima ao mar. Além disso, observou-se que a maioria de seus frequentadores são oriundos da cidade de Mossoró e região.



**Figura 11 - Barraca “Fenda do Biquíni” - Praia de São Cristóvão**  
Foto: Erika Souza (2018).

Dessa forma, temos, segundo Knafou (1996), uma relação que oscila entre território sem turismo (observado pela falta de infraestrutura turística presente na cidade) e território turístico com pouca complexidade funcional e estrutural, com estabelecimentos compostos por atividades e serviços não modernos, geralmente abastecidos pelo nível de venda e varejo e pelo comércio em pequena escala, utilizando para essa finalidade, o trabalho intensivo em lugar da tecnologia.

Dando continuidade à categorização dos agentes produtores do espaço em Areia Branca, percebe-se nos donos dos condomínios localizados nas praias de Upanema e São Cristóvão, os proprietários fundiários apontados anteriormente por Corrêa (2004). Em Upanema está localizado o Condomínio “Pontal do Mar” - empreendimento residencial localizado em sua Orla - e na Praia de São Cristóvão está em construção o “Residencial Jardins do Cristóvão”, que se encontra em fase inicial de construção, ainda com distribuição de lotes, conforme imagens a seguir:



**Figura 12 – Condomínio Pontal do Mar - Praia de Upanema**  
Foto: Erika Souza (2018)



**Figura 13 – Lotes “Residencial Jardins do Cristóvão” - Praia de São Cristóvão**  
Foto: Erika Souza (2018)

A expansão tímida desses condomínios já revela sua interseção e princípio de funcionalidade com o entorno territorial do território areia-branquense. Os condomínios são vendidos para as classes médias e elites locais da própria cidade e de cidades vizinhas, como Mossoró. Além disso, servem também para o usufruto de trabalhadores qualificados,

empregados nas economias das eólicas, sal e petróleo, atividades que fazem parte da paisagem do município.

Os promotores imobiliários são representados pelos proprietários e corretores dos terrenos onde estão sendo construídos os condomínios, além de especuladores imobiliários que se aventuram na construção de bairros novos e loteamentos, principalmente na sede do município. De acordo com Corrêa (2004), eles contribuem com a produção do espaço através das vendas dos terrenos para a construção dos empreendimentos.

Outro agente importante apontado pelo autor é o Estado, que nesse caso está representado pela prefeitura municipal, através da Gerência de Turismo, e pelo governo do estado através do Polo Costa Branca, projeto com o intuito de alavancar o turismo na região ao qual o município está inserido. Mesmo agindo de forma tímida, ambos têm a pretensão de alavancar o turismo no município, pois apesar da cidade apresentar um discurso imagético de vocação turística, a atividade se apresenta ainda incipiente e pouco explorada.

Por último, Corrêa (2004) aponta os grupos sociais excluídos que, no caso de Areia Branca e sua incipiente dinâmica econômica terciária litorânea, são representados pelos pescadores e marisqueiras que fornecem os produtos do mar para os proprietários de empreendimentos de alimentos e bebidas, além de trabalhadores fragilmente ocupados nesses empreendimentos familiares. Estes não participam - ou participam de forma muito tímida - do processo de turistificação, já que foram excluídos (ou precariamente incluídos<sup>27</sup>) durante a produção do espaço local.

Em Areia Branca a formatação desses agentes não se dá de forma muito clara e didática. Os proprietários dos meios de produção, no tocante ao terciário litorâneo, praticamente subsistem caso comparados ao grande capital modernizador das economias turísticas litorâneas do Nordeste brasileiro. Os proprietários fundiários têm se expandido recentemente no litoral areia-branquense, sobretudo a partir de uma lógica imobiliária que tem feito a especulação imobiliária dar seus primeiros passos nas áreas litorâneas mais distantes da zona urbana da cidade. Com isso, mesmo que ainda seja um movimento recente e pontual, já surgem os primeiros promotores imobiliários, ávidos por otimizar a reprodução do capital imobiliário viabilizado pelos proprietários fundiários. Nesse meio tempo, o Estado, cuja Prefeitura Municipal é seu braço mais imediato, termina assistindo esse movimento de forma passiva, tendo em vista seu anseio por dinamizar um turismo que parece não querer chegar de forma efetiva na cidade, além de sua frágil estrutura institucional em termos de legislação e

---

<sup>27</sup> Conforme discussão presente em Martins (1997).

infraestrutura ambiental. Nesse sentido, sobra para a população os já conhecidos trabalhos informais, serviços de intermediação e fornecimento de pescado, ou mesmo uma mínima inserção nos efeitos indiretos e induzidos trazidos por esses pequenos empreendimentos. Como consequências mais visíveis, vigora na cidade e, principalmente em sua fixa litorânea, uma realidade ambiental à mercê do imprevisto e das frágeis condições materiais de seus agentes locais.

De acordo com o check list de observação realizado ao longo da orla do município, constatou-se que, na Praia de Upanema, trecho mais próximo da zona urbana da cidade, verificam-se os problemas mais evidentes. Inclusive o próprio poder público municipal alegou que neste trecho litorâneo existem as maiores cenas de degradação ambiental, conforme o relato do informante entrevistado nesta pesquisa. Segundo afirma, “Eu acredito que Upanema seja a praia mais afetada por ser mais populosa” (ENTREVISTA PODER PÚBLICO, 2018).

Destarte, neste espaço da orla impera uma maior concentração de atividades de alimentação e hospedagem, imprimindo na morfologia da paisagem diversas mudanças antrópicas.

O quadro 01 abaixo (onde vermelho representa presença de dano ambiental ou ausência de fator de conservação ambiental e verde representa presença de fator de conservação ambiental ou ausência de dano ambiental), resultado do check-list dos problemas verificados na Praia de Upanema, demonstra alguns dos efeitos provocados pela frágil economia dos serviços no lugar. Dessa forma, verificou-se na análise da paisagem aspectos basilares de degradação ambiental: lixo exposto, alguns trechos de áreas desmatadas<sup>28</sup>, erosão, construções irregulares e esgoto lançado na faixa de praia por alguns estabelecimentos comerciais. O Quadro a seguir expõe tal situação:

---

<sup>28</sup> Embora não sejam predominantes, percebe-se rapidamente a retirada ou pisoteio de vegetação em função do uso da praia por acesso veicular automotivo ou mesmo por construções de bares e restaurantes.

Item/Observados	Trecho da Orla		
	Praia de Upanema		
<b>I. Lixo</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não se Aplica</b>
I.a Ao percorrer a área encontrou lixo?			
I.b A área tem lixeira?			
I.c Há placa orientando o destino correto do lixo?			
I.d Existem áreas de dejetos de resíduos (lixões)?			
<b>II. Danos à Vegetação</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não se Aplica</b>
II.a A área apresenta desmatamento?			
II.b As margens da orla apresentam vegetação?			
II.c Foram observados galhos quebrados ou plantas pisoteadas?			
II.d Há placa orientando quanto aos cuidados com a vegetação?			
II.e Existem queimadas de áreas verdes visíveis?			
<b>III. Erosão</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não se Aplica</b>
III.a São observados sulcos ou outras formas de erosão na área?			
III.b Nesse trecho é comum encontrar raízes exposta na superfície?			
III.c São observados deslocamento de areia e/ou dunas?			
III.d A vegetação na área de preamar foi preservada?			
<b>IV. Construções Irregulares</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não se Aplica</b>
IV.a As construções existentes estão harmonizadas com a paisagem?			
IV.d Existem construções na faixa de praia?			
IV.c Existem construções que ocupam áreas de risco?			
IV.d As construções obedecem a padrões estabelecidos por leis?			
<b>V. Esgotamento Sanitário</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não se Aplica</b>
V.a Existe esgoto a céu aberto na área?			
V.b Existe esgoto lançado na faixa de praia?			
V.c Os estabelecimentos próximos a faixa de praia possuem banheiros?			

**Quadro 01- Check-List Ambiental Praia de Upanema, Areia Branca/RN (2018)**

Fonte: Pesquisa de Campo da Autora

Upanema é a praia “urbana” do município de Areia Branca que congrega o maior volume de atividade comercial litorânea da cidade e apresenta, pela proximidade com a zona urbana, maior fluxo de casas (de residentes e de veraneio), empresas (dentre elas o maior hotel da cidade – Hotel Costa Atlântico) e fluxo de consumidores (maior parte residentes). Possui alguns hotéis, pousadas, bares e restaurantes na faixa de praia, todos detentores de fossa séptica.

Para Medeiros, Cunha e Almeida (2018, p. 12):

[...] percebe-se uma área urbanizada e em expansão na praia de Upanema. Aqui não se verifica erosão preocupante, talvez devido à presença de beach-rocks na praia, bem como devido a um muro paralelo à linha de costa, de cerca de 50 cm de altura. Contudo, há aí uma maior vulnerabilidade devido à presença de estruturas urbanas, como estrada pavimentada paralela à linha de costa, hotel, áreas residenciais e pequenos estabelecimentos comerciais ligados ao turismo. Todo esse trecho costeiro também passou por mudanças originadas pelo ser humano.

Na faixa de praia areia-branquense não existe saneamento básico público (esgoto) e nem abastecimento de água (exceto em Upanema) pela Companhia de Águas e Esgoto do Rio

Grande do Norte (CAERN). O representante da Prefeitura Municipal foi enfático ao mostrar que o saneamento ainda é uma realidade em fase de implementação na zona urbana da cidade (embora em um percentual abaixo do esperado) e que não há abastecimento encanado de água pela CAERN nas comunidades praianas.

Primeiro, não há saneamento na faixa de praia:

Do saneamento básico temos, inicialmente, 40% de toda tubulação aterrada no município, só na zona urbana. A prefeita do município está em busca de recursos pra colocar isso em prática, pois só fizeram a instalação há alguns anos e ninguém fez mais nada. Fomos em busca de técnicos para analisarem a estrutura e implantarem mais tubulações, chegando a 60% na zona urbana. Nós não temos saneamento implantado nas zonas rurais (em nenhuma das praias), pois **a água do esgoto é dispensada a céu aberto**. Estamos com uma equipe de engenheiros da Funasa (equipe de Brasília), estudando como poderíamos implantar esse saneamento básico nas zonas rurais do município, ou pelo menos ter uma ideia de como minimizar a questão do esgoto ser dispensado a céu aberto. Acredito que uma das praias que tem mais esse esgoto a céu aberto é Ponta do Mel (ENTREVISTA PODER PÚBLICO, 2018, destaque nosso).

Segundo, a água da CAERN é restrita à zona urbana:

**Nós só temos água encanada na Praia de Upanema, que é abastecida pela CAERN. No restante das comunidades rurais e litorâneas são abastecidas através de carros pipas.** O abastecimento é feito mensalmente. Temos o cadastro das famílias da zona rural, e abastecemos a cada 30 dias (entre 8 a 10 mil litros de água). Todos os moradores recebem essa água, independente da renda. Alguns moradores de Ponta do Mel possuem poços artesanais e não têm dificuldades com relação a abastecimento de água. Então a água é destinada mais às comunidades que não moram na beira da praia. Temos um convênio com o governo federal, um programa que se chama “operação pipa”, em que a prefeitura entra com a parte da água e o governo federal com os caminhões pipas. São dois caminhões disponibilizados para abastecer as comunidades de Areia Branca - dando suporte - além dos outros caminhões contratados pelo município (ENTREVISTA PODER PÚBLICO, 2018, destaque nosso).

O quadro 01 acima, representando a praia de Upanema, se repetirá praticamente no restante do litoral areia-branquense, com mudanças pontuais na conjuntura ambiental nas praias mais distantes da zona urbana, sobretudo nas praias de Redonda e São Cristóvão. A sequência de quadros a seguir pouco mudará em termos ambientais, exceto em variáveis pontuais a depender do nível de atividade econômica exercida no território.

Baixa Grande é a praia seguinte. Apresenta o mesmo padrão visualizado em Upanema, conforme o Quadro 02 a seguir.

Item/Observados	Trecho da Orla		
	Praia de Baixa Grande		
<b>I. Lixo</b>	Sim	Não	Não se Aplica
I.a Ao percorrer a área encontrou lixo?			
I.b A área tem lixeira?			
I.c Há placa orientando o destino correto do lixo?			
I.d Existem áreas de dejetos de resíduos (lixões)?			
<b>II. Danos à Vegetação</b>	Sim	Não	Não se Aplica
II.a A área apresenta desmatamento?			
II.b As margens da orla apresentam vegetação?			
II.c Foram observados galhos quebrados ou plantas pisoteadas?			
II.d Há placa orientando quanto aos cuidados com a vegetação?			
II.e Existem queimadas de áreas verdes visíveis?			
<b>III. Erosão</b>	Sim	Não	Não se Aplica
III.a São observados sulcos ou outras formas de erosão na área?			
III.b Nesse trecho é comum encontrar raízes exposta na superfície?			
III.c São observados deslocamento de areia e/ou dunas?			
III.d A vegetação na área de preamar foi preservada?			
<b>IV. Construções Irregulares</b>	Sim	Não	Não se Aplica
IV.a As construções existentes estão harmonizadas com a paisagem?			
IV.b Existem construções na faixa de praia?			
IV.c Existem construções que ocupam áreas de risco?			
IV.d As construções obedecem a padrões estabelecidos por leis?			
<b>V. Esgotamento Sanitário</b>	Sim	Não	Não se Aplica
V.a Existe esgoto a céu aberto na área?			
V.b Existe esgoto lançado na faixa de praia?			
V.c Os estabelecimentos próximos a faixa de praia possuem banheiros?			

**Quadro 02- Check-List Ambiental Praia de Baixa Grande, Areia Branca/RN (2018)**

Fonte: Pesquisa de Campo da Autora

A única alteração entre Upanema e Baixa Grande é a ausência de lixeiras nesta última. Os problemas observados não configuram choques de grande intensidade, mas já demonstram o peso da ação antrópica sobre o meio e já mostram a fragilidade legal em termos de controle ambiental. Novamente frisando: como não há infraestrutura mínima, nem fiscalização ambiental efetiva, os empresários terminam recorrendo a estruturas improvisadas. Os banheiros são o maior exemplo disso. Além disso, a dinâmica dos finais de semana e a efetividade de um uso mais intensivo das barracas de praia terminam acentuando certos problemas, principalmente a questão do lixo espalhado nas praias.

A questão de bares e restaurantes, o que se tem percebido é que, passa sexta, sábado e domingo, e nas segundas-feiras a praia fica muito suja porque os frequentadores deixam lixos espalhados na praia, e a gente percebe também que os donos de bares e restaurantes não têm esse cuidado de limpar nem a frente do local de seus estabelecimentos (ENTREVISTA PODER PÚBLICO, 2018).



Em Morro Pintado há o mesmo padrão vislumbrado em Upanema e Baixa Grande. Uma característica marcante deste trecho de praia é a improvisação sanitária. O Quadro 03 segue o padrão anterior e assinala a problemática da ausência mínima de controle sanitário dos banheiros dos estabelecimentos.

Item/Observados	Trecho da Orla		
	Praia de Morro Pintado		
<b>I. Lixo</b>	Sim	Não	Não se Aplica
I.a Ao percorrer a área encontrou lixo?			
I.b A área tem lixeira?			
I.c Há placa orientando o destino correto do lixo?			
I.d Existem áreas de dejetos de resíduos (lixões)?			
<b>II. Danos à Vegetação</b>	Sim	Não	Não se Aplica
II.a A área apresenta desmatamento?			
II.b As margens da orla apresentam vegetação?			
II.c Foram observados galhos quebrados ou plantas pisoteadas?			
II.d Há placa orientando quanto aos cuidados com a vegetação?			
II.e Existem queimadas de áreas verdes visíveis?			
<b>III. Erosão</b>	Sim	Não	Não se Aplica
III.a São observados sulcos ou outras formas de erosão na área?			
III.b Nesse trecho é comum encontrar raízes exposta na superfície?			
III.c São observados deslocamento de areia e/ou dunas?			
III.d A vegetação na área de preamar foi preservada?			
<b>IV. Construções Irregulares</b>	Sim	Não	Não se Aplica
IV.a As construções existentes estão harmonizadas com a paisagem?			
IV.d Existem construções na faixa de praia?			
IV.c Existem construções que ocupam áreas de risco?			
IV.d As construções obedecem a padrões estabelecidos por leis?			
<b>V. Esgotamento Sanitário</b>	Sim	Não	Não se Aplica
V.a Existe esgoto a céu aberto na área?			
V.b Existe esgoto lançado na faixa de praia?			
V.c Os estabelecimentos próximos a faixa de praia possuem banheiros?			

**Quadro 03- Check-List Ambiental Praia de Morro Pintado, Areia Branca/RN (2018)**

Fonte: Pesquisa de Campo da Autora

No único estabelecimento pretenso ao turismo existente no local, foi visível o improvisado do banheiro. Uma caixa de madeira com areia funcionava como estrutura retentora de dejetos.



**Figura 14 – Barraca de praia - Praia de Morro Pintado**  
Foto: Erika Souza (2018)



**Figura 15 – Banheiro improvisado da barraca de praia – Praia de Morro Pintado**  
Foto: Erika Souza (2018)

Em redonda, conforme o Quadro 04, verificou-se um melhoramento no quadro ambiental no que concerne a questão do esgoto a céu aberto. O melhoramento das variáveis ambientais se deu na não constatação de esgoto a céu aberto. Vale destacar que não foram encontrados estabelecimentos comerciais pretensos ao turismo ao longo da orla. Porém, lixo (mesmo sem a presença de empresas), dados a vegetação, erosão e construções irregulares foram observadas ao longo deste trecho litorâneo.

Item/Observados	Trecho da Orla		
	Praia de Redonda		
<b>I. Lixo</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não se Aplica</b>
I.a Ao percorrer a área encontrou lixo?			
I.b A área tem lixeira?			
I.c Há placa orientando o destino correto do lixo?			
I.d Existem áreas de dejetos de resíduos (lixões)?			
<b>II. Danos à Vegetação</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não se Aplica</b>
II.a A área apresenta desmatamento?			
II.b As margens da orla apresentam vegetação?			
II.c Foram observados galhos quebrados ou plantas pisoteadas?			
II.d Há placa orientando quanto aos cuidados com a vegetação?			
II.e Existem queimadas de áreas verdes visíveis?			
<b>III. Erosão</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não se Aplica</b>
III.a São observados sulcos ou outras formas de erosão na área?			
III.b Nesse trecho é comum encontrar raízes exposta na superfície?			
III.c São observados deslocamento de areia e/ou dunas?			
III.d A vegetação na área de preamar foi preservada?			
<b>IV. Construções Irregulares</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não se Aplica</b>
IV.a As construções existentes estão harmonizadas com a paisagem?			
IV.d Existem construções na faixa de praia?			
IV.c Existem construções que ocupam áreas de risco?			
IV.d As construções obedecem a padrões estabelecidos por leis?			
<b>V. Esgotamento Sanitário</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não se Aplica</b>
V.a Existe esgoto a céu aberto na área?			
V.b Existe esgoto lançado na faixa de praia?			
V.c Os estabelecimentos próximos a faixa de praia possuem banheiros?			

**Quadro 04- Check-List Ambiental Praia da Redonda, Areia Branca/RN (2018)**

Fonte: Pesquisa de Campo da Autora

Podemos inferir que quanto maior o volume de atividades exercidas sobre o território, maior tem sido, no litoral analisado, a possibilidade de problemas ambientais. Não é uma relação de causa-efeito, mas em Areia Branca, devido sua base territorial pré-existente, termina sendo uma constatação empírica demonstrável.

Em se tratando de território, o papel que os agentes produtores do espaço desempenham na estruturação dos destinos e sua qualidade ambiental é primordial. Os trechos de praias com danos ambientais menos visíveis estão na praia de São Cristóvão e Redonda. Ao se afastar da zona urbana do município, já são percebidas alterações ambientais na paisagem. Por exemplo, na praia de São Cristóvão já não se encontra lixo exposto na orla, tampouco esgoto a céu aberto. O Quadro 05 a seguir apresenta os resultados.

Item/Observados	Trecho da Orla		
	Praia de São Cristóvão		
<b>I. Lixo</b>	Sim	Não	Não se Aplica
I.a Ao percorrer a área encontrou lixo?			
I.b A área tem lixeira?			
I.c Há placa orientando o destino correto do lixo?			
I.d Existem áreas de detritos de resíduos (lixões)?			
<b>II. Danos à Vegetação</b>	Sim	Não	Não se Aplica
II.a A área apresenta desmatamento?			
II.b As margens da orla apresentam vegetação?			
II.c Foram observados galhos quebrados ou plantas pisoteadas?			
II.d Há placa orientando quanto aos cuidados com a vegetação?			
II.e Existem queimadas de áreas verdes visíveis?			
<b>III. Erosão</b>	Sim	Não	Não se Aplica
III.a São observados sulcos ou outras formas de erosão na área?			
III.b Nesse trecho é comum encontrar raízes expostas na superfície?			
III.c São observados deslocamento de areia e/ou dunas?			
III.d A vegetação na área de preamar foi preservada?			
<b>IV. Construções Irregulares</b>	Sim	Não	Não se Aplica
IV.a As construções existentes estão harmonizadas com a paisagem?			
IV.d Existem construções na faixa de praia?			
IV.c Existem construções que ocupam áreas de risco?			
IV.d As construções obedecem a padrões estabelecidos por leis?			
<b>V. Esgotamento Sanitário</b>	Sim	Não	Não se Aplica
V.a Existe esgoto a céu aberto na área?			
V.b Existe esgoto lançado na faixa de praia?			
V.c Os estabelecimentos próximos a faixa de praia possuem banheiros?			

**Quadro 05 - Check-List Ambiental Praia de São Cristóvão, Areia Branca/RN (2018)**

Fonte: Pesquisa de Campo da Autora

Nesta praia, conforme apresentado em capítulo anterior, há pequenos empreendedores que possuem ações de educação ambiental, como é o caso do bar 'Fenda do Biquíni'. Neste empreendimento, apesar de familiar, vigoram diversas ações de educação ambiental, como a coleta seletiva e o tratamento artesanal do esgoto.

Contudo, mesmo apresentando visualmente melhores condições ambientais, não significa dizer que não há problemas. Parece ser um padrão em todo litoral do município, por exemplo, a retirada de vegetação costeira (visando a construção de barracas e pequenas casas), ocasionando o problema da erosão do solo e do deslocamento acentuado nas áreas de duna.

Não significa dizer, também, que o afastamento das atividades comerciais abrande a questão. O problema não pode ser simplificado ao ponto de inferir que atividades econômicas terminem por trazer degradação ambiental ou que a sua ausência traga maior qualidade das áreas naturais. A relação não é causal, mas no município a produção do espaço terciário na orla tem acelerado impactos que poderiam facilmente ser abonados com maior protagonismo do poder público em fiscalizar e, concomitantemente, dos empresários locais em evitar certas ações de degradação. O problema maior, contudo, não decorre simplesmente na boa ou má vontade dos comerciantes locais, mas da própria infraestrutura precária do município no que

tange ao abastecimento de água e tratamento de lixo e esgoto. A lógica socioeconômica vigente termina limitando outras perspectivas qualitativamente positivas para o litoral e, de quebra, imprime na paisagem e no espaço danos ambientais que poderiam ser evitados com infraestrutura e gestão ambiental. Diante disso, surgem as improvisações sanitárias visíveis ao longo da orla. Delas decorrem muitos dos danos ambientais acima apontados.

A última praia do município é Ponta do Mel, verificando um padrão intermediário entre os Quadros concretos de Redonda e São Cristóvão e as praias mais próximas da zona urbana municipal.

Item/Observados	Trecho da Orla		
	Praia de Ponta do Mel		
<b>I. Lixo</b>	Sim	Não	Não se Aplica
I.a Ao percorrer a área encontrou lixo?			
I.b A área tem lixeira?			
I.c Há placa orientando o destino correto do lixo?			
I.d Existem áreas de dejetos de resíduos (lixões)?			
<b>II. Danos à Vegetação</b>	Sim	Não	Não se Aplica
II.a A área apresenta desmatamento?			
II.b As margens da orla apresentam vegetação?			
II.c Foram observados galhos quebrados ou plantas pisoteadas?			
II.d Há placa orientando quanto aos cuidados com a vegetação?			
II.e Existem queimadas de áreas verdes visíveis?			
<b>III. Erosão</b>	Sim	Não	Não se Aplica
III.a São observados sulcos ou outras formas de erosão na área?			
III.b Nesse trecho é comum encontrar raízes exposta na superfície?			
III.c São observados deslocamento de areia e/ou dunas?			
III.d A vegetação na área de preamar foi preservada?			
<b>IV. Construções Irregulares</b>	Sim	Não	Não se Aplica
IV.a As construções existentes estão harmonizadas com a paisagem?			
IV.d Existem construções na faixa de praia?			
IV.c Existem construções que ocupam áreas de risco?			
IV.d As construções obedecem a padrões estabelecidos por leis?			
<b>V. Esgotamento Sanitário</b>	Sim	Não	Não se Aplica
V.a Existe esgoto a céu aberto na área?			
V.b Existe esgoto lançado na faixa de praia?			
V.c Os estabelecimentos próximos a faixa de praia possuem banheiros?			

**Quadro 06 - Check-List Ambiental Praia de Ponta do Mel, Areia Branca/RN (2018)**

Fonte: Pesquisa de Campo da Autora

Ponta do Mel, praia mais distante da porção urbana do município, termina sendo o polo concorrente da estrutura dos serviços presentes em Upanema (praia urbana). Possui alguns empreendimentos melhor estruturados, sobretudo o Restaurante Oasis Mel Beach, cujos serviços se diferenciam do improvisado das demais barracas de praia do restante do litoral. Mesmo assim, em Ponta do Mel, verifica-se a mesma estrutura básica ambiental dos trechos anteriores, mitigada apenas em trechos mais desertos.

## 4.2 A PERCEPÇÃO DOS EMPRESÁRIOS LOCAIS SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL

A análise dos dados coletados a partir das entrevistas com os empreendedores locais comprovou e reforçou o já percebido visualmente pelo *check list* ambiental. As seis variáveis investigadas (lixo, impactos sobre a vegetação, erosão, construções irregulares, abastecimento de água e gestão do esgoto) demonstraram que, mesmo a tímida expansão de um terciário pretenso ao turismo, já desencadeia alguns problemas sobre o litoral areia-branquense. Apesar da incipiência de racionalidade econômica na orla, são perceptíveis algumas alterações na *morfologia da paisagem* (SAUER, 1998)<sup>29</sup>, sobretudo: a) resíduos sólidos jogados na faixa de praia, em especial nos dias mais intensos de uso desses estabelecimentos comerciais; b) bares funcionando sem nenhuma estrutura sanitária, com abastecimento improvisado de água e jogando na praia as águas servidas; c) princípios de desmatamento e erosão; d) construções irregulares promotoras desse desmatamento e de precária estrutura sanitária.

No tocante ao lixo, a tabela 01 a seguir mostra como a produção de resíduos sólidos decorrente das atividades comerciais termina tendo, na visão dos empresários locais (sem distinção de trecho litorâneo), repercussões sobre o meio ambiente.

Tabela 01 - Lixo

Lixo	Sim	Sim (f%)	Não	Não (f%)	Não sabe ou não se aplica	Não sabe ou não se aplica (f%)
O lixo é coletado com frequência regular?	32	100	0	0	0	0
O lixo coletado tem sempre o mesmo destino?	30	93,75	0	0	2	6,25
O lixo é selecionado e destinado a coleta seletiva?	11	34,4	20	62,5	1	3,1
Quando não coletado o lixo é queimado ou enterrado?	0	0	0	0	32	100
Os visitantes deixam resíduos na faixa de praia?	23	71,9	9	28,1	0	0

Fonte: pesquisa de campo da autora (2018).

<sup>29</sup> Por morfologia da paisagem Sauer entende o conjunto das formas (naturais e culturais) associadas em área, sendo o resultado da cultura ao longo do tempo sobre o ambiente natural.

Os informantes foram unânimes em informar que a coleta pública do lixo é realizada com frequência regular, conforme a tabela 01 acima. Segundo entrevista realizada com o poder público municipal, a coleta é realizada “três vezes por semana na cidade. Na faixa de praia, parece que é menos, é duas vezes só” (ENTREVISTA PODER PÚBLICO, 2018). Contudo, Madeiros (2018, p.78) atesta que “o atendimento de resíduos sólidos domiciliares não é realizado para todos, sendo os dados fornecidos para esses eixos relacionados somente a área urbana do município”. Em seu estudo, Madeiros (2018) mostra que, referente a coleta de resíduos sólidos, o município de Areia Branca apresentou que se trata de um serviço que está longe da universalização.

Tal fato desemboca na problemática da gestão de resíduos sólidos, tendo o lixo, quando coletado, um destino certo: um aterro localizado no próprio município, já nas proximidades da BR 110, se aproximando da zona urbana e da via de ligação às praias.

O aterro funciona como um depósito a céu aberto e recebe todo o lixo produzido na cidade. Segundo o representante da prefeitura:

Areia Branca recebeu um incentivo da Petrobras para construir um aterro controlado, e assim foi feito. Começou-se a depositar o lixo e cobri-lo regularmente. De lá pra cá perdeu-se o controle, esse lixo parou de ser coberto e hoje ele está num depósito a céu aberto. Agora o Ministério Público tá batendo em cima desses interiores que possuem lixão e está exigindo que regularizem essa situação. Areia Branca já foi convocada e ficou acertado que transformaremos esse lixão em um aterro de valas. Tomaremos algumas medidas como obter um cercamento do aterro como um todo, cercamento só da célula e fazer uma guarita, colocar um guarda, retirar os animais de dentro... (ENTREVISTA PODER PÚBLICO, 2018).

A imagem abaixo mostra visualmente o aterro e suas condições improvisadas e danosas ao entorno ambiental local:



**Figura 16 – Aterro de lixo do município de Areia Branca, RN**  
Foto: Erika Souza (2018).

Voltando a tabela 01, contudo, apenas 34,4% dos entrevistados informaram existir coleta seletiva dos resíduos. Esta coleta seletiva é realizada, segundo informado por alguns empreendedores, por uma cooperativa de catadores. Atualmente essa cooperativa se encontra praticamente desativada, aguardando a retomada das atividades, segundo informações da própria Prefeitura Municipal:

Estamos retornando com as atividades da coleta seletiva. Temos uma associação que funcionava há alguns anos. Quando a gente assumiu, ela estava desativada. Eles tinham uma dívida na Receita Federal. Nós pagamos a dívida e agora estamos retomando esse processo. Hoje eles têm uma casa cedida para fabricação de vassouras, sabão ecológico... Estamos vendo a questão do prédio para construir o galpão deles, pois o prédio sempre foi alugado. Estou tentando, junto com a equipe, conseguir um terreno da prefeitura para doar pra eles construírem seu próprio galpão [...], para ficar uma coisa fixa pra eles. O nome da cooperativa é “Associação Rotativa”. Essa cooperativa existiu até o final de 2015 (ENTREVISTA PODER PÚBLICO, 2018).

Sobre resíduos jogados na faixa de praia, 71,9% declarou existir lixo pelas praias da cidade. O gráfico 01 a seguir ilustra a questão:



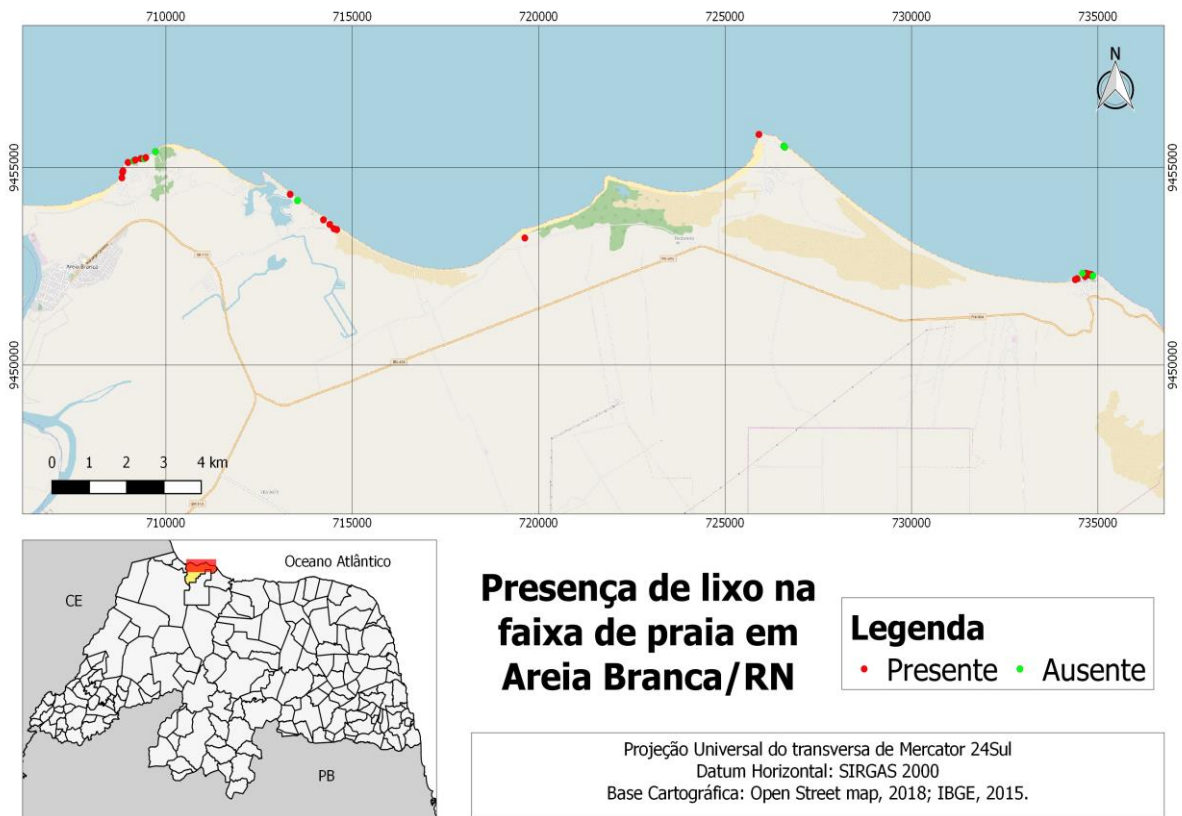


**Gráfico 01 – Lixo percebido pelos empreendedores na faixa de praia**

Fonte: Pesquisa de Campo da Autora (2018)

O check list já exposto ilustrou bem esse aspecto da paisagem local, marcada contraditoriamente pela não ocupação intensiva do litoral por atividades econômicas mas que, mesmo com essa baixa incidência de inversões empresariais, já são percebidos certos problemas, dentre eles a presença de resíduos sólidos abandonados na faixa de praia. Garrafas, plásticos e papéis podem ser facilmente encontrados, principalmente próximo às barracas. A exceção mais ilustrativa foi Praia de São Cristóvão, cujo empreendimento intitulado Fenda do Biquíni termina por realizar uma gestão mais comprometida com certos princípios da sustentabilidade. Nesta barraca há uma série de ações voltadas a educação ambiental e ao controle da produção de resíduos.

O mapa 05 a seguir espacializa a presença de lixo na faixa de praia, segundo a percepção dos empreendedores.



**Mapa 05 – Presença de Lixo na Faixa de Praia**

Percebe-se que há ocorrência de lixo na faixa de praia por todo o litoral, sendo amenizada nos trechos mais desertos ou com menor ocupação comercial. Os pontos vermelhos constataam a percepção dos empreendedores sobre a existência de lixo lançado na faixa de praia. Os pontos verdes a sua ausência ou existência mínima.

Em alguns estabelecimentos existem tambores de lixo, contudo, não se identificou racionalidade sistêmica de lixeiras ao longo da orla areia-branquense, o que demonstra que as lixeiras são muito mais o resultado improvisado de ações dos empresários do que de uma lógica planejada pelo poder público. Vale destacar que essas lixeiras são, na maioria das vezes, arranjadas em tambores e não seguem a proposta de separação dos resíduos.

Referente a possíveis danos à vegetação local, os informantes não tiveram precisão em informar se há um controle sobre as áreas desmatadas. Praticamente metade (46,9%) alegou que não há controle sobre essas áreas. Quase 30% (28,1%) não soube responder.

Tabela 02 – Danos à Vegetação

<b>Danos à Vegetação</b>	<b>Sim</b>	<b>Sim (f%)</b>	<b>Não</b>	<b>Não (f%)</b>	<b>Não sabe ou não se aplica</b>	<b>Não sabe ou não se aplica (f%)</b>
Sabe informar se existe um controle sobre as áreas desmatadas?	8	25	15	46,9	9	28,1
Os visitantes costumam levar/retirar a vegetação nativa?	4	12,5	28	87,5	0	0

**Fonte: pesquisa de campo da autora (2018).**

Há um tímido, porém significativo movimento de retirada de vegetação nativa. Dentre os informantes, 12,5% (tabela 02) dos entrevistados alegou que há retirada dessa vegetação por parte de alguns grupos. As retiradas ocorrem, geralmente, em áreas próximas a encostas ou vegetação arbustiva, visando a limpeza da área para algumas pequenas atividades. Além disso, por parte de agentes locais, outra forma de retirada de vegetação se dá em razão da construção local de vias de circulação e acesso às praias.

Embora não tenha sido uma ação direta empresarial local, vale destacar a construção da rodovia litorânea (RN404) que liga Areia Branca ao município de Porto do Mangue. Esta via foi asfaltada em 2007 e se estende, praticamente, margeando a beira-mar, entre Ponta do Mel (Areia Branca) e Pedra Grande (Porto do Mangue). Esse objeto técnico (SANTOS, 1999) modificou a vegetação nativa e terminou contrastando com a paisagem natural da faixa de praia, modificando-a e trazendo consequências, dentre elas, a própria erosão do solo e o movimento das dunas. Este trecho da RN404 praticamente é tomado (parcialmente) pelas dunas em muitos meses do ano, chegando inclusive a limitar o acesso rodoviário em alguns trechos.



**Figura 17 – RN404 (estrada que liga Areia Branca à Porto do Mangue)**  
Foto: Erika Souza (2018).

A tabela 03 tratou especificamente da problemática da erosão do solo. 59,4% dos empreendedores afirmaram que, durante as chuvas, as águas que escorrem terminam por carregar muitos sedimentos. Tal fenômeno já decorre exatamente dos problemas sobre a vegetação local, que retira do solo as raízes que antes davam sustentação à terra, minimizando os efeitos da erosão. Para Bezerra et al (2004), essa erosão pode ser causada por diversos agentes, dentre eles a ação das chuvas, dos ventos e da ação antrópica. Os autores acreditam que a interferência humana acelera o processo de degradação dos solos, resultado de uso inapropriado.

Tabela 03 – Erosão

Erosão	Sim	Sim (f%)	Não	Não (f%)	Não sabe ou não se aplica	Não sabe ou não se aplica (f%)
Na chuva, as águas que escorrem carregam muitos sedimentos?	19	59,4	11	34,4	2	6,2

**Fonte: pesquisa de campo da autora (2018).**

Em Areia Branca há tanto a ação natural (chuvas e ventos), quanto a ação antrópica, dada sobretudo pela expansão de atividades na faixa de praia. Retirada de vegetação nativa, abertura de vias para buggys e veículos com tração 4x4, além da construção de bares e restaurantes em área nativa, terminam por acelerar os processos erosivos. Trata-se de um

processo dinâmico, de difícil determinação monocausal. Para Galindo et al (2008), resulta de um conjunto entrelaçado de causas e efeitos, tendo o uso e o manejo inadequados dos solos como uma das principais causas antrópicas.

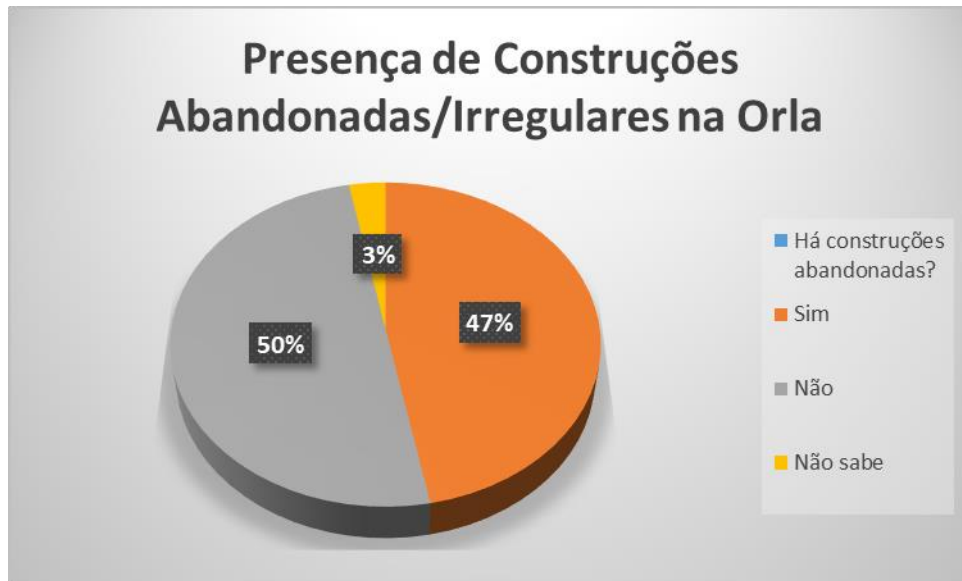
Ainda segundo Galindo et al (2008), essa degradação dos solos reduz a capacidade para produzir bens e serviços. Tratando-se de pensar o turismo, processos erosivos e de retirada de vegetação terminam por mudar a paisagem natural, tecnificando e degradando a outrora paisagem natural conservada.

A retirada de vegetação termina por revelar que já ocorre a expansão de construções irregulares ao longo da orla. Conforme os dados presentes na tabela 04 (igualmente no gráfico 02 abaixo), praticamente metade (46,9%) dos entrevistados informou existir construções abandonadas na faixa de praia. No percurso do check list podemos perceber tal realidade. Palhoças, bares fechados e barracas estavam sem o uso comercial de origem.

Tabela 04 – Construções Irregulares

<b>Construções Irregulares</b>	<b>Sim</b>	<b>Sim (f%)</b>	<b>Não</b>	<b>Não (f%)</b>	<b>Não sabe ou não se aplica</b>	<b>Não sabe ou não se aplica (f%)</b>
Há construções abandonadas?	15	46,9	16	50	1	3,1
Sabe informar se existem regras quanto a implantação de novas construções?	21	65,6	6	18,8	5	15,6
Sabe informar se existe fiscalização para implantação de novas construções?	21	65,6	8	25	3	9,4

**Fonte: pesquisa de campo da autora (2018).**



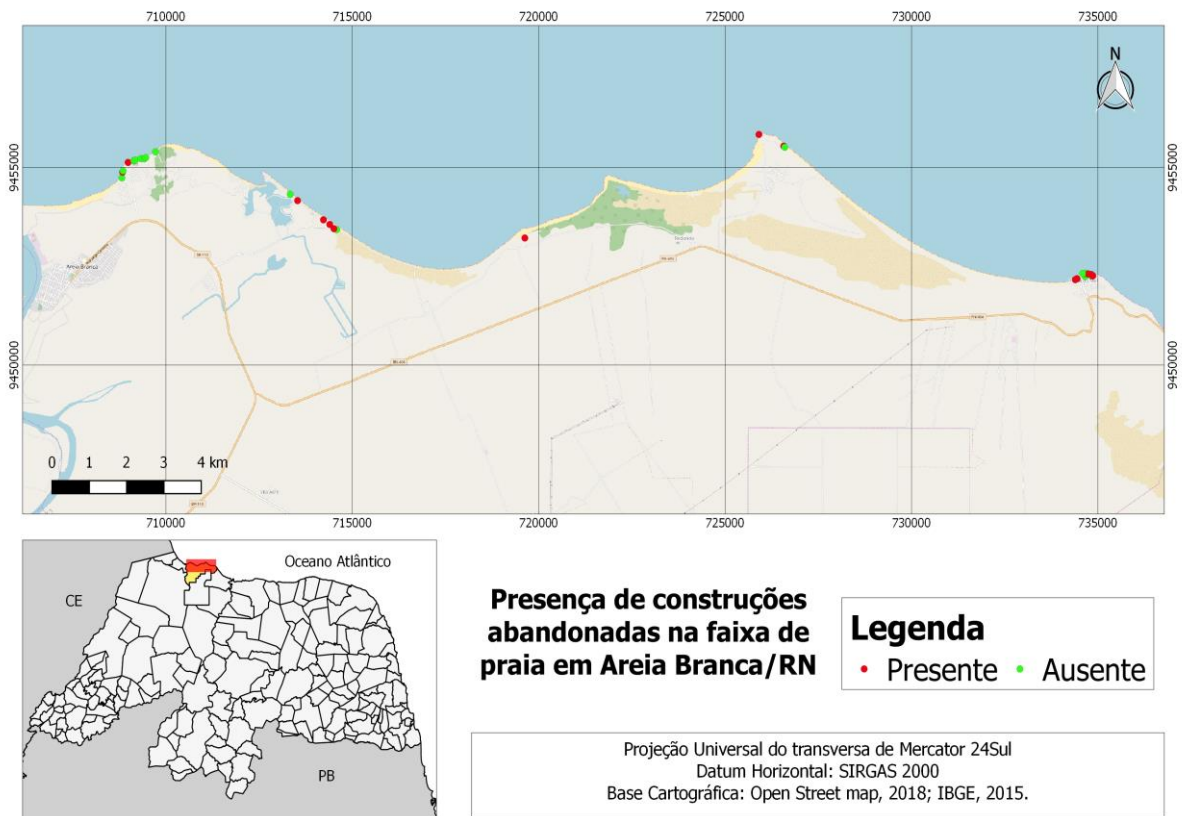
**Gráfico 02 – Construções Irregulares na Faixa de Praia**

Fonte: Pesquisa de Campo da Autora (2018)

Acerca de regras e fiscalização para implantação de novas construções (tabela 04), os entrevistados alegaram, para ambas as questões, que há regras (65,6%), porém, com baixa capacidade de fiscalização (65,6%) por parte do poder público. Vale salientar que trata-se da percepção dos atores sociais entrevistados e não da constatação fenomênica (concreta) da questão.

Foi verificado que há construções praticamente beirando o limite para o mar, construídas à margem da legislação costeira e de qualquer perspectiva que respeite os limites daquele ecossistema. Essas construções são improvisadas e muitas demonstram irracionalidade econômica, já que passam a semana fechadas (sem uso produtivo). Diante disso, fazem pouco ou nenhum investimento no sentido de infraestrutura para melhoramento dos serviços. Improviso e amadorismo definem muitas dessas empresas. Destarte, os problemas ambientais são visíveis e até certo ponto, esperados.

O Mapa 06 a seguir mostra, a partir das informações coletadas com os empreendedores, os focos de construções irregulares e/ou abandonadas ao longo do entorno dos bares, pousadas, restaurantes e hotéis. Não significa necessariamente que há essas construções irregulares, mas sim, que essas são percebidas pelos informantes empreendedores. Contudo, a análise exploratória (visual) pelo litoral, reforçada pelo checklist, terminou por comprovar tal percepção sobre o espaço local.



**Mapa 06 - Construções Abandonadas/Irregulares**

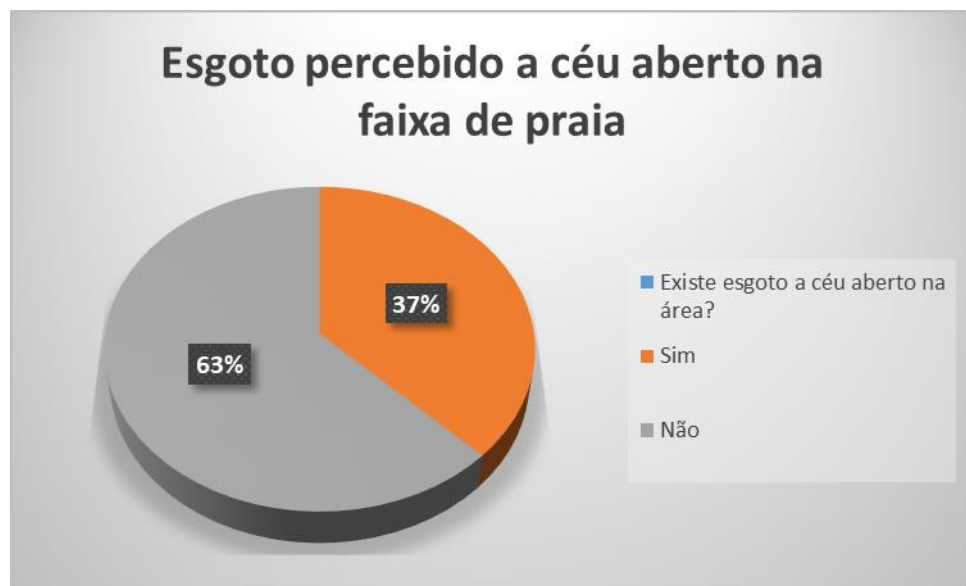
Os pontos vermelhos mostram a quantidade de depoimentos informando a presença de construções abandonadas próximas ao entorno das empresas estudadas. Os pontos verdes pontuam a quantidade de depoimentos informando sobre a ausência ou minimização desta variável nas praias em estudo. Verifica-se, no mapa, que há uma distribuição equilibrada ao longo das praias, contudo, acentuada em Baixa Grande e Ponta do Mel.

A problemática do esgotamento sanitário foi uma das questões mais relevantes do estudo. A tabela 05 abaixo demonstra que, na percepção dos empreendedores locais, há esgoto a céu aberto ao longo da orla (37,5%); existe esgoto lançado na faixa de praia (28,1%) e não há sistema para tratamento de esgoto (84,4%). Embora os dois primeiros percentuais apresentados estejam no limite inferior a 50%, duas ressalvas podem ser colocadas: 1. Nem todos os empresários estavam em áreas predominantemente mais degradadas; 2. Há, então, uma distribuição espacial assimétrica desses problemas, sendo algumas barracas de praia e pousadas localizadas em áreas quase desertas do ponto de vista da expansão econômica dos serviços turísticos.

Tabela 05 – Esgotamento Sanitário

Esgotamento Sanitário	Sim	Sim (f%)	Não	Não (f%)	Não sabe ou não se aplica	Não sabe ou não se aplica (f%)
Existe esgoto a céu aberto na área?	12	37,5	20	62,5	0	0
Existe esgoto lançado na faixa de praia?	9	28,1	23	71,9	0	0
Existe sistema de tratamento de esgoto?	5	15,6	27	84,4	0	0
Os estabelecimentos próximos a faixa de praia possuem banheiros?	31	96,9	1	3,1	0	0
Os banheiros possuem fossas sépticas?	29	90,6	-	-	-	-
Os banheiros possuem fossas rudimentares?	2	6,3	-	-	-	-
Os banheiros possuem valas?	1	3,1	-	-	-	-
Os banheiros possuem saneamento?	0	0	-	-	-	-
Existe fiscalização da vigilância sanitária?	21	65,6	11	34,4	0	0

Fonte: pesquisa de campo da autora (2018).



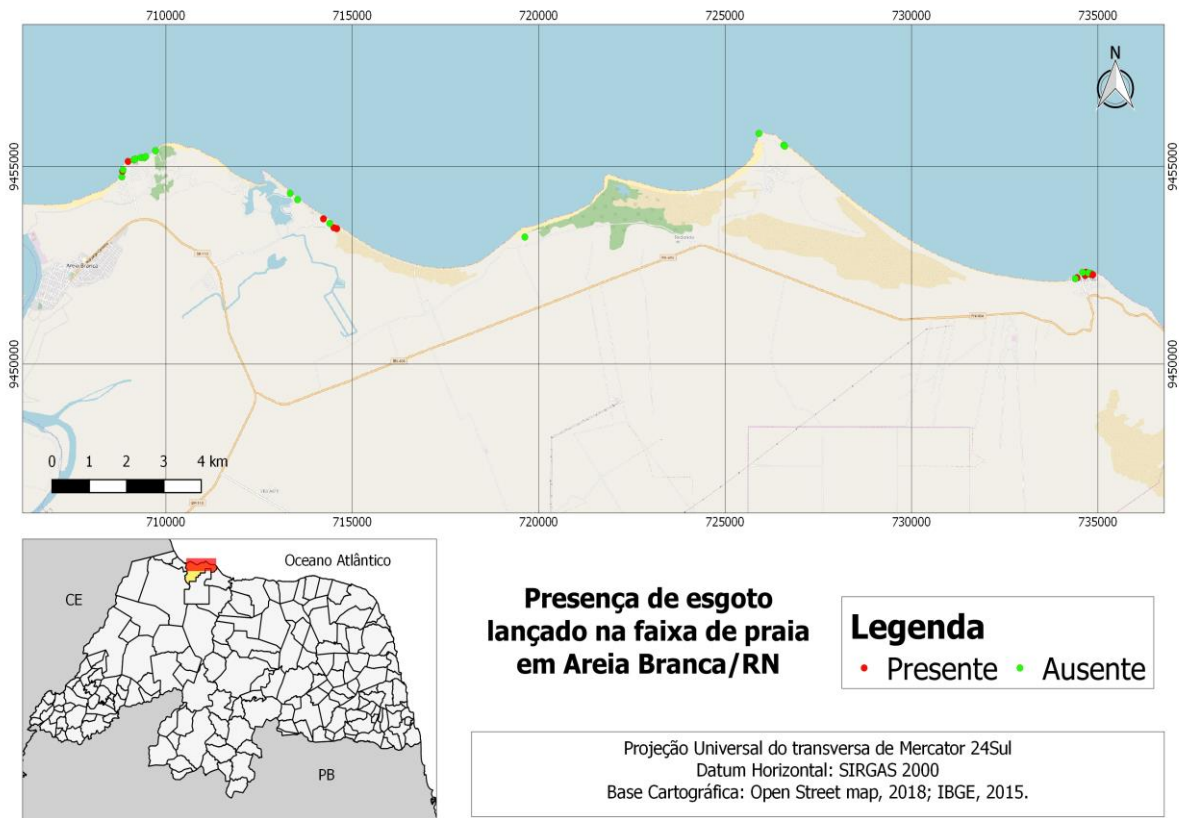
**Gráfico 03 – Esgoto Percebido na Faixa de Praia**

Fonte: Pesquisa de Campo da Autora (2018)

O Mapa 07 abaixo espacializa a tabela 05 e mostra que, neste caso, há uma distribuição irregular desses problemas sobre o litoral do município. Baixa Grande e Ponta do Mel apresentam, segundo os depoimentos dos empreendedores, maior existência de esgoto lançado diretamente na faixa de praia. Em Upanema o foco foi menor, apesar da maior concentração de empreendimentos. Tal fato pode ser justificado pela proximidade com a zona



urbana do município, pelo abastecimento de água pela CAERN e pela maior existência de residências neste trecho de praia.



**Mapa 07 – Presença de Esgoto na Faixa de Praia**

Novamente destacando as palavras do representante do poder público municipal, não há saneamento básico na faixa de praia, restando aos empreendedores o uso de fossas sépticas ou, em alguns casos, o depósito *in natura* das águas servidas na natureza. Para Madeiros (2018), a ausência de saneamento básico no município de Areia Branca contribui para o surgimento da desigualdade ambiental. Segundo afirma, percebe-se que o município de Areia Branca está com *déficit* no que diz respeito ao saneamento básico. Quanto ao esgotamento sanitário do município, verifica-se que este não possui sistema de esgotamento em operação, tendo a população do município utilizado, como maneira alternativa para escoamento de seus dejetos e águas servidas [...] quando presentes na infraestrutura de seus domicílios, fossas sépticas e sumidouros (PREFEITURA DE AREIA BRANCA, 2017 apud MADEIROS, 2018, p. 78).

Um dos principais problemas de Areia Branca, quanto ao esgotamento sanitário, é que o município não possui infraestrutura básica para tal serviço. Na zona urbana, a população encaminha seu esgoto tanto para uma estrutura de rede pública existente quanto para fossas, mas que não possuem tratamento e destinação correta. Enquanto que a zona rural, quando não destinado às fossas dos domicílios, o esgoto é despejado nas vias públicas a céu aberto (MADEIROS, 2018, p. 103).

Sobre a existência de banheiros nos estabelecimentos, apenas um declarou não possuir, funcionando de forma improvisada através do esgotamento por vala. Os demais possuem banheiros, embora não exista área saneada na faixa de praia. As fossas sépticas estavam presentes em 90,6%<sup>30</sup> dos estabelecimentos comerciais analisados.

Ainda na tabela 05, pôde-se perceber que os empreendedores não visualizam fiscalização por parte da vigilância sanitária (65,6%). De fato, algumas barracas de praia funcionam de forma extremamente precária, tendo banheiros improvisados e sem o devido cuidado ambiental. Uma das barracas, por exemplo, sequer tinha banheiro com aparelho sanitário. Funcionava com uma caixa de areia, cuja função é reter os fluídos de forma mecânica.

Este problema do esgotamento sanitário deságua na tabela 06 a seguir. Repetimos, mais uma vez, que não há abastecimento pleno de água por parte da CAERN na faixa de praia. Em apenas 31,2% dos empreendimentos analisados há fornecimento de água por parte da Companhia Estadual de Águas e Esgoto do RN, estes localizados na praia de Upanema, por se tratar de um trecho vizinho a parte urbana do município. Exceto Upanema, as demais praias contam com o abastecimento de água via carros-pipa ou poços artesianos.

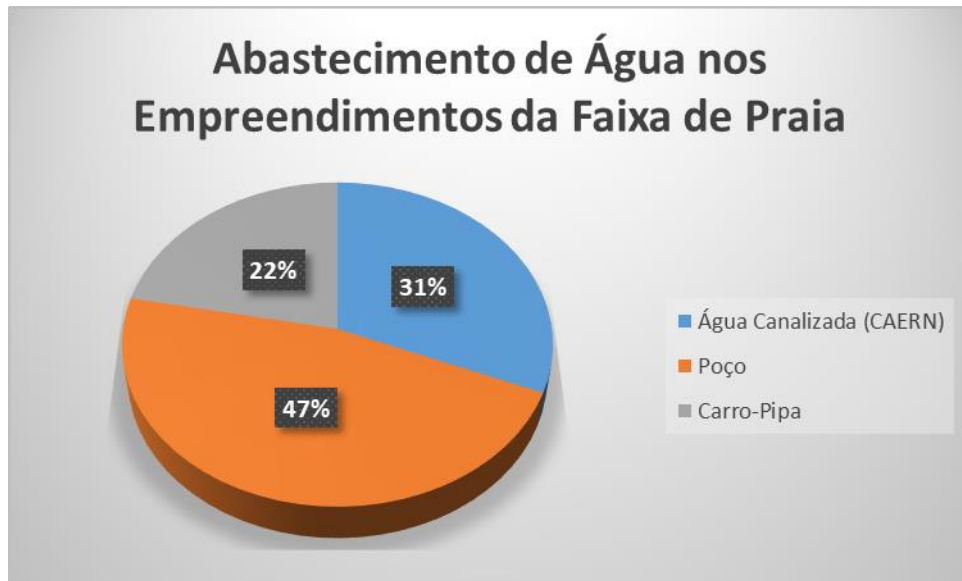
Tabela 06 – Abastecimento de Água

Abastecimento de Água	Sim	Sim (f%)	Não	Não (f%)	Não sabe ou não se aplica	Não sabe ou não se aplica (f%)
A água é canalizada (CAERN)?	10	31,2	22	68,8	0	0
Canalizada de poço?	15	68,2	7	31,8	0	0
Canalizada de nascente?	0	0	0	0	0	0
Canalizada de curso água/barragem?	0	0	0	0	0	0

Fonte: pesquisa de campo da autora (2018).

OBS.: A questão “Canalizada de poço” se restringiu somente aos 22 informantes que alegaram não ter água pública canalizada. Os 7 casos observados utilizam carro-pipa.

<sup>30</sup> Não avaliamos as condições técnicas e funcionais dessas fossas sépticas.



**Gráfico 04 – Abastecimento de Água**  
 Fonte: Pesquisa de Campo da Autora (2018)

O gráfico 04 acima destaca a dependência que a faixa de praia possui em relação aos carros-pipa e aos poços artesanais, cuja relação demonstra a falta de saneamento básico no litoral areia-branquense e as condições ambientais improvisadas.

Novamente destacando o recente estudo técnico realizado por Madeiros (2018, p. 100),

Para a variável abastecimento de água, a média apresentada foi de 0,272, apresentando um desvio padrão de 0,120. Sendo assim, e confrontando um dos principais princípios do saneamento básico, percebe-se que o serviço de abastecimento de água no município está distante da universalização.

Portanto, “apenas 14,70 % da população de Areia Branca possui um abastecimento de água considerado médio nos parâmetros do PNUD<sup>31</sup> para IDH” (MADEIROS, 2018, p. 101).

Há, conforme relato do representante da Prefeitura, um projeto visando abastecer as comunidades litorâneas através de adutoras, mas ainda não efetivado.

Tá em andamento um projeto grandioso solicitado pela nova gestão, que é uma adutora que vai ser instalada na comunidade de São Cristóvão e vai beneficiar tanto São Cristóvão como a comunidade de Ponta do Mel, comunidade de Redonda, comunidade de Morro Pintado e comunidade de São José para levar água encanada pra todo esse povo. O projeto já está pronto, já está em andamento, em tramitação, e a prefeita está buscando

<sup>31</sup> Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

recursos para trazer mais essa conquista para Areia Branca (ENTREVISTA PODER PÚBLICO, 2018).

Destarte, conforme os dados acima e um relato do poder público citado anteriormente, os empreendimentos não atendidos pela CAERN terminam utilizando ou carros-pipa ou, em alguns casos, poços artesanais como forma de canalização de água.

Acerca do papel do poder público municipal na mitigação desses problemas, foi informado que:

...algumas secretarias e gerências se juntaram para pensar num projeto de conscientização desses donos de bares, restaurantes, pousadas e hotéis da faixa de praia, junto com o projeto cetáceo da Costa Branca, que são grandes parceiros. Então estamos bolando projetos pra conversar e conscientizar os empresários da faixa de praia, porque a equipe de limpeza não dá conta de limpar sozinha [...] Sempre tem ações ambientais na praia conscientizando banhistas, moradores, turistas... Na semana de emancipação da cidade, a gente fixou, junto com o projeto cetáceo, alguns pôsteres em cada restaurante e bar de toda faixa de praia, sobre a questão do plástico nos oceanos, pedindo essa conscientização, e colocamos até umas imagens bem chocantes nos pôsteres pra chamar atenção, como tartarugas e outros animais marinhos que acabam vindo a óbito por conta desses plásticos que são jogados na faixa de praia e acabam entrando no mar. Então estamos sempre batendo na tecla e conscientizando. Sempre que possível a gente faz uma atividade de conscientização ambiental na praia, coletamos lixos, fazemos campanha de coleta de lixo na praia... (ENTREVISTA PODER PÚBLICO, 2018).

No geral, do ponto de vista geográfico, temos mais um exemplo de cidade litorânea nordestina fortemente influenciada pelos discursos do turismo como ‘salvação da lavoura’ mas que, em termos mínimos, não tem condições de suportar ambientalmente a expansão da atividade. Impera no território areia-branquense, pois, uma lógica territorial mercantil amadora, decorrente de empresas familiares, e a ação dispersa do poder público em regular e gerir questões ambientais básicas de seu litoral. Nesse sentido, a produção do espaço do terciário na cidade, embora seja pensada a partir de uma lógica global de reprodução de um turismo moderno, termina sendo mais a reprodução socioespacial de desigualdades locais, já pré-existentes no território em sua forma-conteúdo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se lançou ao desafio de entender o turismo como um fator que tanto pode desencadear o desenvolvimento sob um viés qualitativo, da forma como foi problematizado no capítulo 1, quanto pode ser um instrumento de reprodução de desigualdades pré-existentes no território, sendo neste caso impactante em termos de conflitos indesejáveis.

No capítulo 1 destacamos a importância de se entender que o desenvolvimento não é apenas a expansão racional da lógica econômica sobre os territórios. Implica muito mais questões, principalmente o elemento humano tomado em sentido amplo. O meio ambiente, neste caso, assume certo protagonismo, uma vez que passa a ditar certos aspectos da qualidade de vida nas cidades, dentre elas, as litorâneas. Ainda no capítulo primeiro destacamos como o turismo se efetivou no Rio Grande do Norte e de que maneira as políticas públicas têm, no estado, promovido um turismo focado na sua capital, Natal. Deste modo, o restante do RN, com algumas pontuais exceções, termina não experimentando a dinâmica do turismo, o que faz com que muitos municípios ávidos por crescimento e “desenvolvimento” busquem no turismo uma salvação para algumas de suas limitações. Em Areia Branca não seria diferente. Desde o início do século XX a cidade busca, pelo menos no discurso, que o turismo seja uma atividade complementar a sua dinâmica econômica, marcada pelas atividades do petróleo, sal, carcinicultura e recentemente parques eólicos.

No capítulo 2 buscamos apresentar a cidade de Areia Branca, algumas questões ligadas ao pretense turismo local e apresentamos parte da dinâmica dos serviços de bares, restaurantes, hotéis e pousadas nas seis maiores praias do município: Upanema, Baixa Grande, Morro Pintado, Redonda, São Cristóvão e Ponta do Mel.

No capítulo 3 apresentamos a metodologia utilizada, explicando o tipo de pesquisa realizada, sua conceituação e os procedimentos adotados para a coleta dos dados.

O capítulo 4 mostrou, através de um check-list ambiental, que as seis variáveis investigadas (lixo, impactos sobre a vegetação, erosão, construções irregulares, abastecimento de água e gestão do esgoto) demonstraram que mesmo a tímida expansão de um terciário pretense ao turismo já desencadeia alguns problemas sobre o litoral areia-branquense. Pelo fato de não existir uma demanda intensa por tais serviços de hospedagem e alimentação, os problemas são menores, contudo, não menos desprezíveis do ponto de vista socioambiental. Ainda no capítulo 4, demonstramos como os 32 empresários estudados percebem esta questão

ambiental. Para eles, os problemas existem e o poder público é responsável por uma parte desses, tendo em vista que na faixa de praia não urbana não há abastecimento encanado de água (exceto a praia de Upanema), não há saneamento básico referente a coleta e tratamento de esgoto e a gestão dos resíduos sólidos termina sendo pontual e improvisada em um aterro a céu aberto.

Como síntese do observado e das entrevistas com os empreendedores locais, percebe-se que:

- a) Os problemas ambientais decorrentes dos serviços de bares, restaurantes e meios de hospedagem em Areia Branca ainda são pontuais, caso se realize uma análise comparativa com destinos turísticos consolidados;
- b) Muitos desses problemas decorrem mais da falta de infraestrutura básica do que da ação premeditada dos empreendedores;
- c) O fluxo de visitantes é limitado, o que contribui para a minimização de maiores problemas;
- d) Todavia, vale destacar que, mesmo com a ausência da massificação de visitantes, já existe no litoral de Areia Branca um quadro socioambiental que requer atenção. Não há estrutura mínima para uma possível expansão de serviços turísticos na orla;
- e) Essa estrutura mínima se refere a abastecimento público de água, saneamento ou mesmo fiscalização sanitária regular, aspectos basilares de uma economia de serviços baseada na venda de hospedagem, alimentos e bebidas;
- f) Há uma distribuição espacial assimétrica dos problemas ambientais decorrentes das atividades terciárias presentes na orla, isto é, as praias mais ocupadas nos finais de semana, devido a massificação do uso e da ausência de sistemas de gestão ambiental nas empresas (bares, restaurantes e meios de hospedagem), terminam por imprimir no espaço local maiores problemas;
- g) As maiores empresas apresentaram melhores condições ambientais. Não significa dizer que empresas de médio porte são ambientalmente responsáveis e as familiares não são. Não se trata disso. Mas, na orla investigada, foi percebido que há empresas familiares extremamente amadoras, algumas das quais com péssimas condições de higiene básica, justamente pela ausência de água encanada, saneamento básico e o mínimo de estrutura física;
- h) Esse amadorismo termina, diante do quadro vislumbrado, tornando a cidade pouco atrativa aos olhos dos visitantes.

Acerca da relação entre turismo, desenvolvimento e qualidade ambiental, é perceptível que a cidade de Areia Branca não está preparada para um maior fluxo de visitantes, tendo em vista a forma como os agentes produtores do espaço se articulam e interagem, sua base territorial pré-existente e a falta de infraestrutura básica. O avançar de um maior fluxo de turistas apenas intensificaria os problemas já apontados e o tão desejado desenvolvimento não passaria de uma fantasia promotora de mais desigualdades impostas ao território.

Destarte, esses problemas, especificamente neste estudo, são menores em virtude da delimitação do recorte espacial da pesquisa, visto se tratar de pequenos trechos litorâneos que contam com oferta de bares, pousadas e restaurantes. Contudo, vale lembrar que “Areia Branca está localizada próxima ao estuário do rio Apodi-Mossoró, ambiente que naturalmente possui ecossistema de mangue. Esse ecossistema vem sendo bastante degradado devido a uma das atividades econômicas mais atuantes no estado, que são as salinas” (MADEIROS, 2018). Assim sendo, as condições socioambientais do município são muito maiores (e complexas) do que o pequeno recorte espacial aqui delimitado.

## REFERÊNCIAS

ALVES, L. S. F; LOPES, R. M. R. **O desenvolvimento do turismo no estado do Rio Grande do Norte a partir da ação pública**. Revista de Cultura e Turismo – CULTUR. Ano 09 – n. 03 – Out/2015. Disponível em: <periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/download/940/868> Acesso em: 02 ago. 2018.

ANDRADE, Vanilza da Costa. **Política de desenvolvimento territorial e o Programa Casa Nova, Vida Nova no alto sertão sergipano**. SERNNE, UFPB, 2012. Disponível em: <http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/sernne/artigo75.pdf>. Acesso em: 28. mar. 2018.

ARAÚJO, Paulo S. Oliveira de. Desenvolvimento do turismo e população local. In: CORIOLANO, L. N. M. T (Org.). **Turismo com ética**. Fortaleza: UECE, 1998.

ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro. Por uma estratégia de civilização. In: ARBIX, Glauco et. al. (org). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: UNESP; Edusp, 2001.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo et.al (Org). **Turismo em Foco**. Belém: NAEA, 2013.

AZEVEDO, M. B. A. de; LIMA, A. C. A. de; NOBRE, M. F. **Identificação de impactos ambientais associados à atividade turística nas praias de Baixa Grande e Morro Pintado, município de Areia Branca-RN**. Revista Turismo: Estudos e Práticas - UERN, Mossoró/RN, vol. 1, n. 1, p. 53- 74, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/turismo/article/viewFile/245/152>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

BARBOSA, Fábila Fonseca. **O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional**, 2004. (Artigo de mestranda em Geografia). p. 107-114. Disponível em: [http://www.ig.ufu.br/revista/volume14/artigo10\\_vol14.pdf](http://www.ig.ufu.br/revista/volume14/artigo10_vol14.pdf). Acesso em: 28 jun. 2016.

BENEVIDES, Ireleno Porto. O Prodetur – CE: o planejamento territorial do turismo como caso de planejamento governamental no Ceará. In: RODRIGUES, Adyr A. B. **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**, 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BENEVIDES, I. P; CRUZ, R. C. A. **Políticas governamentais de turismo dos estados do Ceará e Rio Grande do Norte: especificidades locais no (re)descobrimento do Nordeste do Brasil**. VI Encuentro de Geografos de América Latina – EGAL. Universidad de Buenos Aires: Buenos Aires, 1997. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiacaeconomica/557.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2018.



BEZERRA, José Fernando Rodrigues. et al. **Estudo do uso e ocupação do solo como condicionante aos processos erosivos no município de São Luís, Maranhão.** V Simpósio Nacional de Geomorfologia I Encontro Sul-Americano de Geomorfologia UFSM - RS, 02 a 07 de Agosto de 2004. Disponível em: <http://lsie.unb.br/ugb/sinageo/5/5/Jose%20Fernando%20Rodrigues%20Bezerra.pdf>. Acesso em: 14. Out. 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo.** Brasília, 2017. Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br/aceso-a-informacao/63-acoes-e-programas/4882-programa-de-regionalizacao-do-turismo.html>>. Acesso em: 17 abr 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. **Gestão Territorial: Limites da Zona Costeira.** Brasília, 1988. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/gerenciamento-costeiro/a-zona-costeira-e-seus-m%C3%BAltiplos-usos/caracteristicas-da-zona-costeira>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, 2016 Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=240110>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Plano de Governo para Areia Branca, 2016-2020.** Disponível em: < [http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/RN/16217/2/200000009396/proposta\\_governo\\_1471297417652.pdf](http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/RN/16217/2/200000009396/proposta_governo_1471297417652.pdf)>. Acesso em: 04 ago 2018.

BNB. PRODETUR/NE. **Relatório final do projeto.** Banco do Nordeste do Brasil, 2005. Disponível em: < [http://edi.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/docum\\_9\\_pcr\\_i.pdf](http://edi.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/docum_9_pcr_i.pdf) >. Acesso em: 03 ago. 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole.** São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Condição Espacial.** São Paulo: Contexto, 2011.

CANDIOTTO, L. Z. P. **Turismo rural na agricultura:** uma abordagem geográfica do circuito italiano de turismo rural (CITUR), Município de Colombo - PR. / Luciano Zanetti Pessoa Candiotto. – Florianópolis, 2007. 397 p.

CARVALHO, Adriana Garcia de. **Turismo e produção do espaço no litoral de Pernambuco.** São Paulo, 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) da Universidade de São Paulo - USP. Disponível em: [www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/.../ADRIANA\\_GARCIA\\_CARVALHO.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/.../ADRIANA_GARCIA_CARVALHO.pdf). Acesso em: 29 nov 2017.

CARVALHO, D. L.; LIMA, A. V. **Metodologias para Avaliação de Impactos Ambientais de Aproveitamentos Hidrelétricos**. Anais... XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, 2010. Disponível em: <[www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=2568](http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=2568)>. Acesso em: 08 mai. 2017.

CAVALCANTI, K.B. **Estado e política de turismo**: o caso da Via Costeira da cidade de Natal. Dissertação (mestrado em Administração) Natal: CCSA/UFRN, 1993.

CEMAT. **Glossário do desenvolvimento territorial**. Conferência europeia dos Ministros Responsáveis pelo Ordenamento do Território do Conselho da Europa. Portugal: DGOTDU, 2011. Disponível em: [http://www.colit.pr.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/glossario\\_do\\_desenvolvimento\\_territorial.pdf](http://www.colit.pr.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/glossario_do_desenvolvimento_territorial.pdf). Acesso em: 02 abr 2018.

CORIOLOANO, Luzia Neide. A Contribuição do Turismo ao Desenvolvimento Local. In: PORTUGUEZ, G. F. S, et al (Org). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Editora Universitária -UFPB, 2012. Disponível em: <<http://www.geociencias.ufpb.br/~paulorosa/Documentos/Divulgacao/livros/livroGEPTEEDL.pdf>>. Acesso em: 21 abr 2018.

\_\_\_\_\_. **Lazer e turismo para o desenvolvimento na escala humana**. Revista Lusófona de Estudos Culturais, Vol. 1, n. 2, p. 126-141, 2013. Disponível em:<<http://estudosculturais.com/revistalusofona/index.php/rlec/article/viewFile/52/4>>. Acesso em: 21 abr 2018.

CORRÊA, Vanessa Petrelli. **Desenvolvimento territorial e a implantação de políticas públicas brasileiras vinculadas a esta perspectiva**. IPEA. Regional, urbano e ambiental | 03 | dez. 2009.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. (Org). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1995.

\_\_\_\_\_. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2004. (Série Princípios).

COSTA, Jean Henrique. **Trabalhadores de verão**: políticas públicas, turismo e emprego no litoral potiguar. Dissertação – Mestrado em Geografia, PPGE/UFRN, 2007. 227 f.

\_\_\_\_\_. **Turismo, desenvolvimento desigual e relações de trabalho no litoral potiguar**. In: COSTA, J.H; SOUSA, M. (Org.). Política de turismo e desenvolvimento: reflexões gerais e experiências locais. Mossoró-RN: Fundação Vingt-Un Rosado, 2010.

CRUZ, R. C. A. **Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira.** In: COSTA, J.H; SOUSA, M. (Org.). Política de turismo e desenvolvimento: reflexões gerais e experiências locais. Mossoró-RN: Fundação Vingt-Un Rosado, 2010.

\_\_\_\_\_. **Introdução a Geografia do Turismo.** São Paulo: Roca, 2003.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia et al. (orgs.). **Turismo imobiliário nas metrópoles.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade.** 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

\_\_\_\_\_. Teorizando o turismo: conceitos e definições. In: \_\_\_\_\_. **Sociologia do Turismo.** São Paulo: Atlas S.A, 2003.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao turismo.** São Paulo: Atlas, 2005.

DOWBOR, Ladislau. Gestão social e transformação da sociedade. In: ARBIX, Glauco et. al. (org). **Razões e ficções do desenvolvimento,** São Paulo: UNESP; Edusp, 2001. p. 197-221.

FAYOS-SOLÁ, Eduardo. Competitividad y calidad en la nueva era del turismo. **Estudios Turísticos,** n.º 123 (1994), pp. 5-10. <http://estadisticas.tourspain.es/img-iet/revistas/ret-123-1994-pag5-10-73142.pdf>

FANDÉ, M. B.; PEREIRA, V. F. **Impactos ambientais do turismo: um estudo sobre a percepção de moradores e turistas no Município de Paraty-RJ.** Revista do Centro do Ciências Naturais e Exatas - UFSM, Santa Maria, V. 18, n. 3, p.1170-1178, 2014. Disponível em: < <http://periodicos.ufsm.br/reget/article/view/13864/pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

FIRMINO, F. S. **Dinâmica do Turismo na Zona Costeira Nordestina: Questões Conflitantes do Desenvolvimento Turístico da Praia dos Carneiros (Tamandaré/PE).** Recife/PE, 2006. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais) da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Disponível em:<[http://repositorio.ufpe.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/6317/arquivo8124\\_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.ufpe.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/6317/arquivo8124_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 22 jun. 2016.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes. **Espaço, Políticas de Turismo e Competitividade.** Natal (RN): Edufrn, 2005.

\_\_\_\_\_. Tendências atuais do turismo potiguar: a internacionalização e a interiorização. In: NUNES, E.; CARVALHO, E.; FURTADO, E.; FONSECA M. (orgs). **Dinâmica e gestão do território potiguar**. Natal: EDUFRN, 2007. p. 213-233.

GALINDO, Izabel Cristina de Luna. et al. Relações solo-vegetação em áreas sob processo de desertificação no município de Jataúba, PE. **R. Bras. Ci. Solo**, 32:1283-1296, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcs/v32n3/a36v32n3.pdf>. Acesso em: 16. Out. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1989. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social-1989.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2017.

GURGEL, Deífilo. **Areia Branca: a Terra e a Gente**. Natal/RN: Fundação José Augusto, 2002.

KNAFOU, Rémy. Turismo e território. Por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, A. B. (org.) **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006. Disponível em: [http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq\\_interface/1a\\_aula/A\\_producao\\_do\\_espaco.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf). Acesso em: 20 mar 2018.

LOPES JUNIOR, Edmilson. **A construção social da cidade do prazer: urbanização turística, cultura e meio ambiente em Natal (RN)**. 1997. 164f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279816>. Acesso em: 23 jul. 2018.

MADEIROS, Heleriany de Medeiros. **Saneamento básico e desigualdade ambiental no município de Areia Branca (RN)**. 150 f. Dissertação (Mestrado), Geografia, UERN, 2018.

MADUREIRA, Eduardo M. Prata. **Desenvolvimento Regional: Principais teorias**. Revista *Thêma et Scientia*, Vol. 5, n. 2, jul/dez 2015. Disponível em: <https://www.fag.edu.br/upload/arquivo/1457726705.pdf>. Acesso em: 20 mar 2018.

MAIA, Luís Parente; RODRIGUES, Rosa Alice. **Impactos Ambientais na Zona Costeira e a Qualidade de Vida das Comunidades**. *Anais... II Congresso sobre Planejamento e Gestão das Zonas Costeiras dos Países de Expressão Portuguesa; IX Congresso da Associação*

Brasileira de Estudos do Quaternário; II Congresso do Quaternário dos Países de Língua Ibéricas, 2003. Disponível em: <[http://www.abequa.org.br/trabalhos/sensoriamento\\_337.pdf](http://www.abequa.org.br/trabalhos/sensoriamento_337.pdf)>. Acesso em: 08 nov. 2016.

MAIA, A. C.; FERREIRA, D. A de O. Gestão do território: Multifuncionalidade e turismo como estratégias para o desenvolvimento rural. **Rosa dos Ventos**, vol. 3, n. 2, 2011.

MARCHESAN, M. T. N; RAMOS, A. G. Check list para a elaboração e análise de questionários em pesquisas de crenças. **Revista Eletrônica de Linguística – UFU**, Uberlândia – MG, V. 6, n. 1, p. 449-460, 2012.

MEDEIROS, Wendson Dantas de Araújo; CUNHA, Lúcio José Sobral da; ALMEIDA, Antônio Campar de. Riscos ambientais na orla costeira do município de Areia Branca (Nordeste do Brasil). **Revista GeoInterações**, Assú, v.2, n.1, p.3-16, jan./jun. 2018.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. São Paulo: Annablume, 2007.

MOREIRA, A. C. M. L. **Conceitos de ambiente e de impacto ambiental aplicáveis ao meio urbano**. Estrato da tese de doutorado intitulada Megaprojetos & Ambiente urbano: metodologia para elaboração do Relatório de Impacto de Vizinhança. São Paulo: FAU-USP, 1997. Disponível em:<[http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu\\_doc/moreira6-conceito\\_impacto\\_urbano.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/moreira6-conceito_impacto_urbano.pdf)>. Acesso em: 20 mai. 2017.

OLIVEIRA, Marcos Antônio de. Interiorização do Turismo: uma alternativa de Desenvolvimento Sustentável para o Semi-Árido do Rio Grande do Norte. **Anais... IV Encontro Nacional da Anppas**, Brasília, DF, 4,5 e 6 de junho de 2008.

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE AREIA BRANCA. **Diagnóstico preliminar técnico participativo**. Prefeitura Municipal de Areia Branca e UFRN, 2017.

REIS, T. F. B; ATAÍDE , R. M. C. **(Re)produção do espaço no contexto litorâneo: o caso da via costeira em Natal/RN**. Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – IV ENANPARQ. Porto Alegre, 2016. Disponível em: < <https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-4/SESSAO%2009/S09-05-REIS,%20T;%20ATAIDE,%20R.pdf>> Acesso em: 06 ago. 2018.

RODRIGUES, Adyr A. B. Percalços do planejamento turístico: o Prodetur – NE. In: RODRIGUES, Adyr A. B (org). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**, 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 147-162.

RODRIGUES, A. A. B. Turismo e desenvolvimento local: discurso e eficácia. In: 9º Encontro de Geógrafos da América Latina, 2003, Mérida. 9º Encontro de Geógrafos da América Latina. Mérida, 2003.

ROVERE, Emilio Lebre La. **Metodologia de Avaliação de Impacto Ambiental.** Instrumentos de Planejamento e Gestão Ambiental para a Amazônia, Pantanal e Cerrado: Demandas e Propostas. Brasília: Ibama, 1992. Disponível em: <<https://guilhardes.files.wordpress.com/2009/10/aia.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2017.

RUSCHMANN, D. V. de M. **Turismo e Planejamento Sustentável: A Proteção do Meio Ambiente.** Campinas: Papirus Editora. 14ª edição, 2008. 195 p. (Coleção turismo). Disponível em: <[https://books.google.com.br/books/about/Turismo\\_e\\_planejamento\\_sustent%C3%A1vel.html?id=kvK5ujzbZdIC](https://books.google.com.br/books/about/Turismo_e_planejamento_sustent%C3%A1vel.html?id=kvK5ujzbZdIC)>. Acesso em: 28 jun. 2016.

SACHS, Ignacy. Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o âmbito da política. In: ARBIX, Glauco et. al. (org). **Razões e ficções do desenvolvimento**, São Paulo: UNESP; Edusp, 2001. p. 155-163.

SAUER, C. A morfologia da paisagem. In: CORR A, R.L., ROSENDAHL, Z. (orgs.) **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988. Disponível em: <[https://geografiamb2.files.wordpress.com/2009/03/metamorfose\\_do\\_espaco\\_habitado\\_-\\_milton\\_santos.pdf](https://geografiamb2.files.wordpress.com/2009/03/metamorfose_do_espaco_habitado_-_milton_santos.pdf)>. Acesso em: 20 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/16391201/Santos-Milton-a-Natureza-Do-Espaco>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SETUR/RN. Planejamento Estratégico e Marketing para o Turismo do RN: Relatório Final Consolidado – Produto 7. Natal-RN, 2017. Disponível em: <<http://natalbrasil.tur.br/setur/programas/>> Acesso em: 31 jul. 2018.

SILVA, Karina Messias da. **O Processo de Urbanização Turística em Natal: a Perspectiva do Residente.** Dissertação – Mestrado em Geografia, PPGE/UFRN, 2007. 128 f. Disponível em: <<http://www.natal.rn.gov.br/bvn/publicacoes/karinams.pdf>> Acesso em: 30 jul 2018.

SILVA, Kelson de Oliveira. **Políticas públicas e a promoção do turismo no Rio Grande do Norte**. Fortaleza: Revista de Geografia da Universidade Federal do Ceará – UFC, Mercator, vol. 9, n. 18, jan. / abr. 2010.

SILVA, F. J. P. da. **A sustentabilidade alimentar em Areia Branco-RN - Brasil: produção versus consumo**. 112 f. Mossoró – RN, 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – Campus I de Mossoró. 2001. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos/sustentabilidadealimentarbrasil/sustentabilidadealimentar-brasil.shtml>>. Acesso em: 23 mai 2018

SOUZA, Marcelo J. Lopes de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**, 3. ed., São Paulo: Hucitec, 2002. p. 17–22.

TAVEIRA, Marcelo da Silva. Repercussões das políticas de turismo no Rio Grande do Norte, Brasil: o case de São Miguel do Gostoso. **Revista turismo - visão e ação**, vol. 18 - n. 1 – jan/abr 2016.

UEDA, Vanda. **Território, desenvolvimento local e turismo: discutindo conceitos**. In: Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul: construções teóricas no campo do turismo, 2, 2004, Caxias do Sul - RS. Anais... Caxias do Sul: UCS, 2004. Disponível em: <<https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/77-territorio.pdf>>. Acesso em: 29 abr 2018.

VASCONCELOS, F. P; CORIOLANO, L. M. N. T. **Impactos Socioambientais no Litoral: Um Foco no Turismo e na Gestão Integrada da Zona Costeira no Estado do Ceará/Brasil**. Revista da Gestão Costeira Integrada – UNIVALI, Itajaí – SC, V. 8, n. 2, p. 259-275, 2008. Disponível em < [http://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci-134\\_vasconcelos.pdf](http://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci-134_vasconcelos.pdf)>. Acesso em: 21 nov. 2016.

VERGARA, Sylvia Constant. **Método de Coleta de Dados no Campo**. São Paulo: Atlas, 2009

VIANA, F. C. NASCIMENTO, M. A. L. O Turismo de Natureza como atrativo turístico do município de Portalegre, Rio Grande Do Norte. **Pesquisas em Turismo e Paisagens Cársticas**, Campinas, v.1, p. 79-96, mai./set. 2009. Disponível em: <[http://www.sbe.com.br/ptpc/ptpc\\_v2\\_n1\\_079-096.pdf](http://www.sbe.com.br/ptpc/ptpc_v2_n1_079-096.pdf)> Acesso em: 31 jul. 2018.

VIEIRA, Aline R. Mendes. **Planejamento e Políticas Públicas de Turismo: análise dos modos operacionais do Programa de Regionalização do Turismo no Polo São Luís – MA**. Dissertação – Mestrado Profissional em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2011. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9204/1/2011\\_AlineRodriguesMendesVieira.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9204/1/2011_AlineRodriguesMendesVieira.pdf)>.

Acesso em: 16 abr 2018.

VIRGÍNIO, D. F; FERREIRA, L.V. **Gestão pública do turismo**: uma análise da política de regionalização no período 2004-2011 no Rio Grande do Norte, Brasil. In: Caderno Virtual de Turismo, v. 13, n. 2, p. 162-182, 2013.



## ANEXOS



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN  
 FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – FACEM  
 DEPARTAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL – DGA  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PP GEO

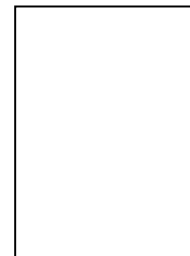
### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar da pesquisa de campo referente ao projeto de pesquisa intitulado: **Turismo, dinâmica do setor de serviços e seus possíveis impactos ambientais no litoral de Areia Branca/RN**, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dra. Silvana Praxedes de Paiva Gurgel. Declaro ainda que, estou ciente que tal Projeto dará origem a uma dissertação de mestrado do programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais investigará os impactos ambientais ocasionados pelos estabelecimentos voltados para o turismo, localizados na orla do município de Areia Branca (RN). Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio da contribuição na elaboração de um check list sobre os impactos ambientais observados na orla do município, ocasionados pelos estabelecimentos voltados ao segmento turístico. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo(a) pesquisador(a) e/ou seu(s) orientador(es) / coordenador(es). Fui ainda informado(a) de que posso me retirar desse(a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Em caso de dúvida a respeito da pesquisa, poderá perguntar de forma direta a então pesquisadora Erika Barboza de Souza, no endereço Rua Hilário Silva, 101 – Apto. 801-B, Mossoró-RN, ou pelo telefone (84) 98822-2843.

Areia Branca, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do pesquisador

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do(a) participante





UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN  
 FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS - FACEM  
 DEPARTAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL – DGA  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo  
**QUESTIONÁRIO – EMPRESÁRIOS DA ORLA (BARES, RESTAURANTES, MEIOS DE  
 HOSPEDAGEM)**

**LOCALIZAÇÃO:** \_\_\_\_\_ – AREIA BRANCA/RN

Item/Observados	Nome do Estabelecimento		
	Sim	Não	Não se Aplica
<b>I. Lixo</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não se Aplica</b>
I.a O lixo é coletado com frequência regular?			
I.b O lixo coletado tem sempre o mesmo destino?			
I.c O lixo é selecionado e destinado a coleta seletiva?			
I.d Quando não coletado o lixo é queimado ou enterrado?			
I.e Os visitantes deixam resíduos na faixa de praia?			
<b>II. Danos à Vegetação</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não se Aplica</b>
II.a Sabe informar se existe um controle sobre as áreas desmatadas?			
II.b Os visitantes costumam levar/retirar a vegetação nativa?			
<b>III. Erosão</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não se Aplica</b>
III.a Na chuva, as águas que escorrem carregam muitos sedimentos?			
<b>IV. Construções Irregulares</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não se Aplica</b>
IV.a Há construções abandonadas?			
IV.b Sabe informar se existem regras quanto a implantação de novas construções?			
IV.c Sabe informar se existe fiscalização para implantação de novas construções?			
<b>V. Esgotamento Sanitário</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não se Aplica</b>
V.a Existe esgoto a céu aberto na área?			
V.b Existe esgoto lançado na faixa de praia?			
V.c Existe sistema de tratamento de esgoto?			
V.d Os estabelecimentos próximos a faixa de praia possuem banheiros?			
V.e Os banheiros possuem fossas sépticas?			
V.f Os banheiros possuem fossas rudimentares?			
V.g Os banheiros possuem valas?			
V.h Os banheiros possuem saneamento?			
V.i Existe fiscalização da vigilância sanitária?			
<b>VI. Abastecimento de Água</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não se Aplica</b>
VI.a A água é canalizada?			
VI.b Canalizada de poço?			
VI.c Canalizada de nascente?			
VI.d Canalizada de curso de água/barragem?			

Fonte: Adaptado de Hüffner (2011) e MTUR. Formulário A1 (2006)



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN  
 FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS - FACEM  
 DEPARTAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL – DGA  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo  
**CHECK-LIST DE OBSERVAÇÃO**

**LOCALIZAÇÃO: PRAIA DE \_\_\_\_\_ – AREIA BRANCA/RN**

Item/Observados	Trecho da Orla		
	Sim	Não	Não se Aplica
<b>I. Lixo</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não se Aplica</b>
I.a Ao percorrer a área encontrou lixo?			
I.b A área tem lixeira?			
I.c Há placa orientando o destino correto do lixo?			
I.d Existem áreas de dejetos de resíduos (lixões)?			
<b>II. Danos à Vegetação</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não se Aplica</b>
II.a A área apresenta desmatamento?			
II.b As margens da orla apresentam vegetação?			
II.c Foram observados galhos quebrados ou plantas pisoteadas?			
II.d Há placa orientando quanto aos cuidados com a vegetação?			
II.e Existem queimadas de áreas verdes visíveis?			
<b>III. Erosão</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não se Aplica</b>
III.a São observados sulcos ou outras formas de erosão na área?			
III.b Nesse trecho é comum encontrar raízes expostas na superfície?			
III.c São observados deslocamento de areia e/ou dunas?			
III.d A vegetação na área de preamar foi preservada?			
<b>IV. Construções Irregulares</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não se Aplica</b>
IV.a As construções existentes estão harmonizadas com a paisagem?			
IV.b Existem construções na faixa de praia?			
IV.c Existem construções que ocupam áreas de risco?			
IV.d As construções obedecem a padrões estabelecidos por leis?			
<b>V. Esgotamento Sanitário</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não se Aplica</b>
V.a Existe esgoto a céu aberto na área?			
V.b Existe esgoto lançado na faixa de praia?			
V.d Os estabelecimentos próximos a faixa de praia possuem banheiros?			

Fonte: Adaptado de Hüffner (2011) e MTUR. Formulário A1 (2006)



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS - FACEM  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL – DGA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo  
**ENTREVISTA COM O PODER PÚBLICO – AREIA BRANCA/RN**

**Roteiro de Entrevista Semiestruturada e por Pautas**

1. Para qual local é destinado o lixo produzido na cidade?

- Aterro sanitário próprio       Aterro sanitário de outro município       Depósito  
exposto a céu aberto

Comente sua resposta.

2. Como o município tem atuado para administrar a problemática da gestão dos resíduos sólidos?

3. Qual a frequência da coleta pública do lixo nas comunidades litorâneas?

4. Existe saneamento básico realizado pela CAERN (saneamento público) na faixa de praia?

5. Como se dá o abastecimento de água nas comunidades litorâneas?

6. Existe cooperativa de coleta seletiva de catadores de lixo no município? Se sim, qual?  
Se não, já existiu?

7. O sr. (a) conhece algum problema ambiental na faixa de praia decorrente da exploração comercial de bares, restaurante e pousadas?

8. Há alguma comunidade litorânea mais afetada ambientalmente por questões de exploração de serviços ou prática de segunda residência?